



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ADRIANA CARLA RIBEIRO DOS SANTOS

**A TRAJETÓRIA DE APLICAÇÃO DE TESAuros EM DOCUMENTOS
DE ARQUIVO:** A criação do microtesauro da Série Inquéritos Policiais
do Arquivo Público do Estado do Pará.

BELÉM – PARÁ

2022

ADRIANA CARLA RIBEIRO DOS SANTOS

**A TRAJETÓRIA DE APLICAÇÃO DE TESAUROS EM DOCUMENTOS DE
ARQUIVO: A criação do microtesouro da Série Inquéritos Policiais do Arquivo
Público do Estado do Pará.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, do Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas, da Universidade Federal do Pará, como requisito pra obtenção do título de Mestre em Ciências da Informação.

Área de concentração: Gestão da Informação e Organização do Conhecimento.
Linha de Pesquisa: Organização do Conhecimento.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Henrique Bragato Barros.

BELÉM – PARÁ

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

D722t dos Santos, Adriana Carla Ribeiro dos.
A TRAJETÓRIA DE APLICAÇÃO DE TESAUROS EM
DOCUMENTOS DE ARQUIVO : A criação do microtesauro
da Série Inquéritos Policiais do Arquivo Público do Estado do
Pará / Adriana Carla Ribeiro dos dos Santos. — 2022.
148 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Thiago Henrique Bragato Barros
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-
Graduação em Ciência da Informação, Belém, 2022.

1. Organização de Conhecimento. 2. Arquivologia. 3.
Tesauro. 4. THESA. 5. Série Inquéritos Policiais. I.
Título.

CDD 001

ADRIANA CARLA RIBEIRO DOS SANTOS

A TRAJETÓRIA DE APLICAÇÃO DE TESAUROS EM DOCUMENTOS DE ARQUIVO: A criação do microtesouro da Série Inquéritos Policiais do Arquivo Público do Estado do Pará.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Gestão da Informação e Organização do Conhecimento.

Linha de pesquisa: Organização do Conhecimento.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Henrique Bragato Barros

Data da Defesa: 31/05/2022

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Thiago Henrique Bragato Barros

Universidade Federal do Pará (UFPA) – Orientador

Profa. Dra. Rita do Carmo Ferreira Laipelt

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Examinador Externo

Profa. Dra. Natália Bolfarini Tognoli

Universidade Federal Fluminense (UFF) – Examinador Externo

Dedico

*A minha mãe, **Fabiana Santos** (in memoriam) – De ti, guardo a bondade, a dedicação e a honestidade!*

*As gêmeas, **Adriny e Adriane** – De vocês, desde o ventre, é uma mistura de admiração, orgulho e felicidade!*

*Ao **Pitoco**, sinto tanto sua falta!*

*E a **MB**, te amo!! nas quatro estações...*

AGRADECIMENTOS

Sou eternamente grata ao meu orientador Professor Dr. Thiago Barros, por todo incentivo, orientação e contribuições dadas para o desenvolvimento desta pesquisa. Eu queria ser sua aluna na graduação de Arquivologia, que felicidade a minha, fui sua aluna e orientanda na pós. Obrigada professor!

Agradeço aos membros da banca de qualificação a Professora Dra. Rita Laipelt, a Professora Dra. Natália Tognoli e ao professor Dr. Gilberto Cândido, por todas as sugestões e contribuições e por terem aceitado o convite para a composição desta banca, foi uma imensa satisfação e honra tê-los aqui.

Agradeço ao corpo docente e técnicos do PPGCI da UFPA, em especial ao professor Gilberto Cândido, sempre presente e amigo nas conversas e ensinamentos. Agradeço ao diretor do Arquivo Público do Estado do Pará, Diretor Leonardo Torii que autorizou o acesso a toda documentação para compor o *corpus* desta pesquisa e aos técnicos do Setor de Documentação e a funcionária Sandra. Agradeço infinitamente a minha única sobrinha (como ela diz), Ana Carolina, e lógico, as minhas filhas (Adriane e Adriny) - Estamos realizando nossos sonhos!!

Ao meu amor, MB, o meu muito obrigada! Você é uma inspiração, amo tudo que você escreve e mesmo na distância, você se faz presente. Te amo, meu poeta favorito!

Agradeço aos meus queridos amigos K, Y e T (amo vocês, suas pestes) por fazerem parte da minha vida. A Celineide e ao John que me ajudaram lá no começo de tudo...

Agradeço também, aos meus amigos e companheiros de publicação de artigos, Rai e Marcos – Temos que publicar mais!

E um especial agradecimento, a Rísia Maria, uma pessoa ímpar, a quem estimo muito.

Enfim, deixo aqui registrado o meu sentimento de carinho por cada um que contribuiu com a realização desta pesquisa.

“O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem”.

(Guimarães Rosa)

RESUMO

A pesquisa faz uma análise a respeito do desenvolvimento da Organização do Conhecimento no domínio da Arquivologia, apresenta como discussão central, os fundamentos teóricos e metodológicos que envolve o uso do tesauro no contexto da *web*. Propõe-se um modelo mais detalhado da informação orgânica-funcional para Série Inquéritos Policiais do acervo do Arquivo Público do Estado do Pará – APEP, baseado no modelo australiano, com o auxílio do Tesauro Semântico Aplicado - (THESA). Considera-se que a Organização do Conhecimento, é uma área que contribui de forma significativa para a criação e desenvolvimento de metodologias para o acesso à informação. Portanto, como podemos aplicar Sistemas de Organização do Conhecimento no contexto dos arquivos? A fim de responder a essa questão, partimos de um percurso metodológico em três etapas: a fase exploratória, trabalho de campo e tratamento e análise dos dados. Os resultados demonstram que o *software* THESA pode ser adaptado e utilizado como instrumento de controle terminológico em arquivos, podendo ser utilizado por outras instituições. Por intermédio do produto desenvolvido de forma precisa e representativa da informação orgânica-funcional.

Palavras-chave: Organização do Conhecimento. Arquivologia. Tesauro. THESA. Série Inquéritos Policiais.

ABSTRACT

The research analyzes the development of Knowledge Organization in the Domain of Archival Science, presents as a central discussion, the theoretical and methodological foundations that involve the use of the thesaurus in the context of the web. A more detailed model of organic-functional information is proposed for the Police Inquiries Series of the Public Archive of the State of Pará – APEP, based on the Australian model, with the aid of the Applied Semantic Thesaurus - (THESA). Consider that the Knowledge Organization is an area that contributes significantly to the creation and development of methodologies for information. So, how can we apply Knowledge Organization in the context of systems? In order to answer this question, we started with a methodological approach in three stages: the exploratory phase, fieldwork and data processing and analysis. Results can be used by other institutions. Through the product developed in a precise and representative way of organic- functional information.

Keywords: Knowledge Organization. Archival Science. Thesaurus. THESA. Police Inquiries Series.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Os KOS.....	29
Figura 02	Os (SOCs).....	30
Figura 03	Web Semântica.....	32
Figura 04	Processos Nucleares da Organização do Conhecimento na Arquivologia.....	39
Figura 05	Diagrama dos tipos de tesouro.....	53
Figura 06	Etapas de Gestão do tesouro.....	54
Figura 07	<i>Layout</i> do AGIFT.....	68
Figura 08	Modelo da Estrutura do THESA.....	91
Figura 09	Interface do THESA.....	92
Figura 10	Tesauros Abertos.....	93
Figura 11	Tesouro de Ciência da Informação.....	94
Figura 12	Grafos no THESA.....	95
Figura 13	Meus Tesouros.....	97
Figura 14	Tesouro Série Inquéritos Policiais.....	98
Figura 15	Termos da Série Inquéritos Policiais.....	99
Figura 16	Tabela dos termos do tesouro.....	100
Figura 17	Descritor 01: Abandono de função.....	101
Figura 18	Descritor 02: Abandono de incapaz.....	102
Figura 19	Descritor 03: Abuso de poder.....	102
Figura 20	Descritor 04: Ameaça.....	103
Figura 21	Descritor 05: Apropriação indébita.....	104
Figura 22	Descritor 06: Atentado ao pudor.....	105
Figura 23	Descritor 07: Ato obsceno.....	105
Figura 24	Descritor 08: Bigamia.....	106
Figura 25	Descritor 09: Calúnia.....	106
Figura 26	Descritor 10: Chantagem.....	107
Figura 27	Descritor 11: Concussão.....	107
Figura 28	Descritor 12: Constranger alguém.....	108
Figura 29	Descritor 13: Contrabando.....	109

Figura 30	Descritor 14: Corrupção ativa.....	110
Figura 31	Descritor 15: Corrupção passiva.....	111
Figura 32	Descritor 16: Dano.....	111
Figura 33	Descritor 17: Desacato.....	112
Figura 34	Descritor 18: Desobediência.....	112
Figura 35	Descritor 19: Difamação.....	113
Figura 36	Descritor 20: Esbulho Possessório.....	114
Figura 37	Descritor 21: Estelionato.....	115
Figura 38	Descritor 22: Estupro.....	116
Figura 39	Descritor 23: Extorsão.....	117
Figura 40	Descritor 24: Falsa identidade.....	118
Figura 41	Descritor 25: Falsidade ideológica.....	119
Figura 42	Descritor 26: Falsificar documentos.....	119
Figura 43	Descritor 27: Furto.....	120
Figura 44	Descritor 28: Homicídio culposo.....	121
Figura 45	Descritor 29: Homicídio doloso.....	122
Figura 46	Descritor 30: Incêndio.....	123
Figura 47	Descritor 31: Injúria.....	124
Figura 48	Descritor 32: Lesão corporal.....	125
Figura 49	Descritor 33: Maus tratos.....	126
Figura 50	Descritor 34: Peculato.....	126
Figura 51	Descritor 35: Porte de arma.....	127
Figura 52	Descritor 36: Posse de entorpecentes.....	128
Figura 53	Descritor 37: Prevaricação.....	129
Figura 54	Descritor 38: Recptação.....	130
Figura 55	Descritor 39: Resistência.....	130
Figura 56	Descritor 40: Rixa.....	131
Figura 57	Descritor 41: Roubo.....	132
Figura 58	Descritor 42: Sedução.....	133
Figura 59	Descritor 43: Sequestro.....	134
Figura 60	Descritor 44: Tráfico de drogas.....	135
Figura 61	Descritor 45: Violação de domicílio.....	136

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	As premissas da Organização do Conhecimento.....	23
Quadro 02	Características gerais da XML e RDF.....	33
Quadro 03	Correntes de Pensamento em diferentes países.....	37
Quadro 04	Instrumentos de Pesquisa.....	42
Quadro 05	Lista de Termos.....	45
Quadro 06	Relações Básicas de um Tesouro.....	46
Quadro 07	Definições de Tesouro.....	48
Quadro 08	Planejamento do Tesouro (continuação).....	56
Quadro 09	Relação dos tesouros funcionais com os instrumentos da ORC.....	61
Quadro 10	Construção de um tesouro funcional, de acordo com a NAA.....	67
Quadro 11	Funções Interativas do Governo Australiano no <i>Thesaurus</i>	71
Quadro 12	Catálogo dos termos com maior frequência.....	77
Quadro 13	Taxonomia da Série Inquéritos Policiais da SEGUP.....	80
Quadro 14	Ocorrências das relações semânticas no tesouro da Série Inquéritos Policiais.....	137
Quadro 15	Quantitativo dos vértices nos grafos.....	139

LISTA DE SIGLAS

AGIFT	<i>Australian Government Interactive Functional Thesauri</i>
CI	Ciência da Informação
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
ISKO	<i>Knowledge Organization</i>
KOS	<i>Knowledge Organization System</i>
LAI	Lei de Acesso à Informação
NAA	<i>National Archives of Australia</i>
OC	Organização do Conhecimento
ORC	Organização e Representação do Conhecimento
SOC	Sistemas de Organização do Conhecimento
TC	Teoria do Conceito
TCF	Teoria da Classificação Facetada
TGT	Teoria Geral da Terminologia
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
RDF	<i>Resource Description Framework</i>
XML	<i>Extensible Markup Language</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO (OC): ABORDAGEM TEÓRICA E METODOLÓGICA.....	22
2.1 Os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC).....	27
2.2 A <i>Web Semântica</i>	31
3 ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO NA ARQUIVOLOGIA.....	35
3.1 Atividades Fundamentais da (OC) na Arquivologia.....	38
4 TESAURO ENQUANTO SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO.....	47
4.1 Tesouro Conceitual.....	52
4.2 Construção e Manutenção de Tesouros.....	53
5 TESAURO NA ARQUIVOLOGIA.....	58
5.1 Tesouro Funcional.....	60
5.2 Arquivo Nacional da Austrália (NAA).....	64
5.3 O Thesaurus (AGIFT).....	65
6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	76
6.1 THESAURO SEMÂNTICO APLICADO (THESA).....	90
6.2 Microtesouro da Série Inquéritos Policiais.....	95
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	141
REFERÊNCIA.....	143
APÊNDICE.....	147

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa aborda o desenvolvimento da Organização do Conhecimento (OC) no domínio da Arquivologia, apresenta como discussão central, os fundamentos teóricos e metodológicos que envolve o uso do tesauro, em especial, o tesauro funcional dos arquivos australianos, no contexto da *web*, a fim de aplicar um modelo mais detalhado da informação orgânica-funcional, com auxílio do Tesauro Semântico Aplicado - (THESA) para o Arquivo Público do Estado do Pará – (APEP).

A Ciência da Informação (CI) tem direcionado seus estudos para propor soluções diante de questões relacionadas aos problemas de comunicação e registros da humanidade, por meio de um de seus desdobramentos teóricos, a OC.

Pesquisas de Dahlberg (2006), Hjørland (2003, 2008), Guimarães (2008), Fujita (2008) e Barité (2009) corroboram com o pensamento de que a OC proporciona os subsídios fundamentais para o desenvolvimento de estudos da classificação, representação, recuperação da informação e da construção de tesauros, assim como os de natureza terminológica, no campo da CI.

Deste modo, a Arquivologia, enquanto área de atuação profissional e desenvolvimento metodológico, busca resolver problemas e dilemas teóricos. Por isso, é possível verificar o papel social da Arquivologia, principalmente nos trabalhos realizados pelos profissionais e nos serviços prestados pelas instituições, com o intuito de exercer suas atividades de modo mais eficiente. Para Bellotto (2003), os novos suportes documentais, a competência, o conhecimento, os métodos e os meios de produção são os dilemas dos profissionais da arquivologia.

Convencionalmente, quando a classificação e a descrição são realizadas com rigor teórico-metodológico, possibilita aos usuários dos arquivos recuperar e acessar conteúdos informacionais de forma rápida e segura. Assim como, o tesauro como linguagem documentária, elaborado com interface na terminologia, possibilita uma representação com maior detalhamento a respeito do processo da linguagem dos usuários e controle de vocabulário, permitindo assim, uma recuperação da informação precisa e pertinente.

No que se refere aos Sistemas de Organização do Conhecimento tradicionais, é bom destacar que as classificações e os tesouros, têm sido utilizados também para organizar recursos digitais na Internet. As ferramentas para desenvolvimento de Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) estão se popularizando com a *Web Semântica*, devido à ocorrência de compartilhamento de padrões orientados por ontologias.

Contudo, a *Web Semântica* tem contribuído de forma significativa para renovação dos tesouros, como suportes para buscas semânticas e outros serviços. Nos dias de hoje, as ferramentas que criam os novos tesouros, tem mecanismos para que sejam criados, editados e consultados.

Desde o processo acelerado dos recursos físicos há uma crescente produção do conhecimento arquivístico, no que diz respeito ao contexto das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). É um ambiente complexo, principalmente no campo digital, mas, a necessidade de representar tal conhecimento com instrumentos terminológicos é de fundamental importância para o acesso informacional. Neste contexto, os tesouros funcionais, tornam-se uma ferramenta complementar para solucionar os problemas de acesso à informação orgânica.

Na Organização do Conhecimento e na Arquivologia, o tesouro funcional pode contribuir de várias formas, respeitando os princípios de cada área, pelo fato de que:

É um instrumento que opera como índice de termos do plano de classificação; como índice para encontrar séries documentais a serem eliminadas; provê pontos de acesso ao usuário, permitindo a navegação de sinônimos ou outros termos não adotados para a terminologia usado pelo arquivo; assim como, pode ser usado como ferramenta para ajudar o funcionário a encontrar documentos necessários para as tarefas do dia a dia. (SMIT; KOBASHI, 2003, p. 45).

No que diz respeito à construção do tesouro funcional, é um trabalho que deve envolver a instituição, os produtores dos documentos, usuários e os arquivistas, além de outros profissionais que podem contribuir na construção do tesouro funcional adequando as realidades informacionais das instituições. O tesouro funcional começou a ser utilizado na Austrália, por causa da necessidade de organização das informações referentes ao seu governo, o uso do tesouro funcional é feito por mais de 500 instituições, visto que, é um instrumento utilizado para as informações analógicas e digitais.

O tesouro australiano é identificado no *web site* do *National Archives of Australia* (NAA), como o Tesouro de Funções Interativas dos Governos Australianos (*Australian Government Interactive Functional Thesauri* - AGIFT). Em julho de 2003, os Arquivos Nacionais da Austrália publicaram um manual estabelecendo diretrizes para Agências da *Commonwealth*¹.

Pretende-se apresentar os fundamentos teóricos e metodológicos da representação no uso do tesouro funcional australiano na *web*, tendo como base, um estudo da relação da Organização do Conhecimento na Arquivologia e do uso de tesouros na Arquivologia.

Em rigor, o objeto de estudo da Arquivologia são as informações orgânico-funcionais registradas nos documentos, formando assim, uma linguagem específica que possui relações entre si, ou seja, esses registros documentais são o resultado de um determinado órgão, com uma determinada função específica.

Para tanto, a criação e o uso de um tesouro funcional para essas linguagens, possibilitam aos sistemas de gestão de documentos a integração entre as informações orgânicas dos documentos de arquivos com as atividades que o gerou.

A importância de um vocabulário controlado no contexto dos sistemas de recuperação da informação arquivística, tem a função de otimizar os processos relacionados à transferência de informações acumuladas em sistemas de informações arquivísticas.

Portanto, o tesouro funcional auxilia o arquivista na organização e representação da informação, além do mais, é um instrumento que pode atuar como ponte de acesso, auxiliando na busca de informações pelos sistemas, indicando quais são as melhores estratégias de busca, contudo, o uso do tesouro funcional nos arquivos brasileiros é quase nulo.

Diante deste cenário, a pesquisa procura solucionar os seguintes problemas:

De que maneira, os tesouros podem contribuir para Organização do Conhecimento na Arquivologia? Como podemos aplicar Sistemas de Organização do Conhecimento no contexto dos arquivos, em especial os tesouros?

¹ A *Commonwealth* é um fórum para uma série de organizações não governamentais, conhecidas coletivamente como a "família da *Commonwealth*". *National Archives of Australia* (2003).

Sendo a disseminação da informação orgânico-funcional um fator importante nas instituições arquivísticas. Tem-se, portanto, como hipótese que são poucas as pesquisas que tratam dessa temática no campo científico, apesar do tesauro funcional, se caracterizar como uma ferramenta, capaz de ampliar a busca de soluções de problema de recuperação e acesso à informação registrada.

O objetivo Geral da pesquisa é apresentar uma proposta de tesauro funcional para a documentação do Arquivo Público do Estado do Pará, baseado no modelo australiano, com auxílio do *software THESA*, como representação de um modelo mais detalhado da informação orgânica-funcional. E os objetivos Específicos:

- Sistematizar um estudo do desenvolvimento do processo da Organização do Conhecimento no campo da Arquivologia, descrevendo as atividades mais significativas dessa inter-relação;
- Apresentar um estudo da *Web Semântica*, por meio da Organização do Conhecimento, no intuito de verificar as potencialidades do *Thesauri – AGIFT* e do *Software THESA*.
- Aplicar o *Software THESA* na Série Documental: Inquéritos Policiais do Arquivo Público do Estado do Pará – APEP, a fim de constatar os aspectos de padronização terminológica para a Organização do Conhecimento na Arquivologia.

A proposta desta pesquisa surgiu a partir da participação como bolsista PIBIC, na graduação do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Pará no projeto de pesquisa intitulado: “*A Representação Arquivística: elementos para a construção de um modelo de ensino ideal por meio da semântica textual a partir dos contextos australiano, canadense e brasileiro*”, organizado pelo professor Dr. Thiago Barros, em 2019.

Durante a participação no projeto foi possível perceber a importância da do estudo da organização e representação em arquivos e bibliotecas. Bem como, o interesse no estudo da organização conhecimento, da representação da informação e da elaboração dos instrumentos de pesquisa, por verificar que na prática, os usuários têm acesso ao conteúdo dos documentos.

Justifica-se também a pesquisa, pelos estudos de processos de classificação e descrição que vão além da pesquisa e acesso à informação, colaboram com a

conservação e preservação de documentos que se encontram em estado de degradações e principalmente, vulneráveis às ações do tempo e de manuseio.

Porém, observa-se que no contexto da recuperação da informação, os planos de classificação, falham no sentido de explicitar as relações entre os termos, além de não apresentarem em sua estrutura categorias temáticas.

O tesouro, ao contrário oferece subsídios para o relacionamento entre os termos (hierarquia, associativa e de equivalência) uma forma mais detalhada da informação orgânico-funcional.

Além do mais, o processo acelerado dos recursos físicos tem gerado uma crescente produção do conhecimento arquivístico no que se refere ao contexto das TIC. Um ambiente complexo, principalmente no campo digital, como já foi dito. Porém, a necessidade de representar tal conhecimento, com instrumentos terminológicos é de fundamental importância para o acesso informacional. Neste panorama, os tesouros funcionais, tornam-se uma ferramenta complementar para solucionar os problemas de acesso à informação orgânica.

Para o campo da Ciência da Informação e da Arquivologia, esse estudo evidência a relevância dos tesouros funcionais, uma ferramenta complementar para solucionar os problemas de acesso à informação orgânico-funcional.

Por fim, este estudo pretende também analisar descritivamente, a representação do uso do tesouro funcional na Austrália, que é feito por mais de 500 instituições, demonstrando que seu uso pode ser considerado como frequente e eficaz, oferecendo novos subsídios para outras pesquisas.

De acordo com as considerações metodológicas da pesquisa científica, apresentadas por Gil (2002), a pesquisa é classificada como:

- Quanto à natureza, como pesquisa aplicada, pois pretende gerar resultados de aplicação prática direta na construção de tesouro voltados a arquivos;
- Quanto à abordagem do problema, como pesquisa qualitativa, pois o conhecimento compreendido no campo da pesquisa, não pode ser mensurado quantitativamente e que o objetivo é chegar a uma compreensão do problema sem ter em vista a quantificação dos dados envolvidos;
- Quanto aos objetivos, como pesquisa explicativa, pois pretende verificar a inter-relação existente entre a Organização do Conhecimento e a Arquivologia, à luz da literatura;

- Quanto aos procedimentos técnicos como pesquisa bibliográfica, por trabalhar com a literatura publicada; e pesquisa experimental, em função da construção de um modelo de tesouro para o domínio da Arquivologia.

A pesquisa vem sendo realizada, em três grandes etapas, conforme proposto por Minayo (2011): a fase exploratória, trabalho de campo e tratamento e análise dos dados.

O corpus da pesquisa é formado por textos da área de Ciência da Informação e áreas correlatas que tratam da Organização do Conhecimento; da Organização do Conhecimento na Arquivologia; Tesouro e Tesouro na Arquivologia. Uma vez que existem poucas referências para o tesouro funcional, neste caso, a pesquisa se limita a tesouros e tesouros funcionais enquanto instrumentos aplicados à Organização do Conhecimento para fins de recuperação da informação.

A etapa da pesquisa experimental consiste na construção de um modelo de tesouro para o domínio arquivístico, baseado no modelo australiano, identificado no *web site* do *National Archives of Australia* (NAA), como o Tesouro de Funções Interativas dos Governos Australianos (*Australian Government Interactive Functional Thesauri - AGIFT*), com o auxílio do *software THESA*. No intuito de testar sua aplicabilidade e interoperabilidade, nos documentos da Série Inquéritos Policiais do acervo do Arquivo Público do Estado do Pará – APEP.

A construção deste modelo tem como base teórica a interdisciplinaridade do uso de metodologias no âmbito da Ciência da Informação e da *Web Semântica* e servirá tanto para a padronização e o controle terminológico, quanto para diminuir os problemas referentes ao acesso à informação arquivística.

O *Software THESA* é um aplicativo que segue a diretrizes do SKOS - *Simple Knowledge Organization System* e das Normas ISO e NISO de tesouros e vocabulários controlados. Seu sistema é baseado na *Web Semântica*, pode ser baixado gratuitamente, além de ser utilizado para fins didáticos em disciplinas dos cursos de graduação e pós-graduação, também para fins profissionais.

No *THESA* é possível criar um número ilimitado de tesouros, ou seja, tem uma concepção de múltiplos tesouros e os usuários desses tesouros, podem configurá-lo para uso público ou privado. (GABRIEL JUNIOR; LAIPELT, 2017).

É importante frisar também a escolha deste *software*, devido a sua estrutura que é baseada na concepção das relações entre os conceitos, parte do pressuposto

que um conceito pode ser representado por um termo, uma imagem, um som, um link ou qualquer outra forma que possa ser explicitada, como descreve seus produtores.

O APEP é um importante patrimônio histórico da região amazônica não somente por sua belíssima arquitetura de estilo neoclássica ou no conjunto de seus bens móveis, dentre os quais alguns remontam aos séculos XIX e XX. Mas o Arquivo Público guarda também o maior patrimônio histórico documental da Amazônia, o qual corresponde aproximadamente a 2.000 metros lineares, com cerca de 4 milhões de documentos, produzidos e recebidos na esfera administrativa, legislativa e jurídica da Amazônia entre os séculos XVII ao XXI.

A escolha da Série Inquéritos Policiais do fundo da Secretaria de Segurança Pública, se deu pelo fato de ser uma documentação específica de cunho jurídico-administrativo e bastante solicitada por usuários/pesquisadores do APEP.

Assim como, no entendimento de que o tesouro funcional auxilia o arquivista na organização e representação da informação pelo fato que é um instrumento que pode atuar como ponte de acesso, auxiliando na busca de informações pelos sistemas, indicando quais são as melhores estratégias de busca.

Queremos com nossa pesquisa, afirmar que a utilização do tesouro funcional, contribui para assegurar o princípio da proveniência, ao materializar em sua estrutura relações (hierárquicas, de associações, de relacionamentos e de equivalências) na forma de descritores normalizados para representar as atividades e funções contidas nos documentos. Para que a informação orgânico-funcional esteja assegurada na memória documentária arquivística.

A pesquisa está estruturada em seis seções. A primeira seção apresenta a introdução, a definição do problema, os objetivos, a justificativa e os aspectos metodológicos.

Nas seções: 2, 3, 4 e 5 é apresentado o referencial teórico acerca da inter-relação da Organização do Conhecimento com a Arquivologia, com as seguintes temáticas: Organização do Conhecimento, Os Sistemas de Organização do Conhecimento, a Web Semântica, Tesouro na Arquivologia, O Arquivo Nacional da Austrália e o Thesaurus (AGIFT).

A seção 6 trata da análise e discussão dos resultados, apresentamos o Thesouro Semântico (THESA) e do Microtesouro da Série Inquéritos Policias.

Por fim, são apresentadas as considerações finais, na seção 7, seguido das referências que fundamentaram a pesquisa. A próxima seção trata da Organização do Conhecimento (OC): abordagem teórica e metodológica.

2 ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO (OC): ABORDAGEM TEÓRICA E METODOLÓGICA.

A Ciência da Informação (CI) teve duas vertentes em seu desenvolvimento, segundo os autores Rabelo e Guimarães (2006). A primeira, a norte americana, que trata a CI oriunda de um contexto pós Segunda Guerra Mundial, em que estava presente na revolução científica e técnica para aportes da comunicação e seus diferentes espaços de inserção. A segunda, a vertente europeia, de origem na Documentação, destacando que após a invenção da imprensa de Gutenberg, no século XIX, a produção de documentos em formato de publicações foi ampliada em nível mundial.

Neste panorama, não se pode esquecer que a Organização do Conhecimento tem forte relação com a CI e ao longo do tempo vem se consolidando como um campo de saber interdisciplinar, buscando consolidar sua identidade, um espaço de convergência e de diálogo teórico e aplicável, como é apresentado na literatura da *International Society of Knowledge Organization* (ISKO). (GUIMARÃES, 2015).

Ingetraut Dahlberg (1978), em sua Teoria do Conceito, diz que a OC é uma ciência que determina a estrutura sistemática dos conceitos, de acordo com suas características, que são definidas como elementos relativo ao objeto, e também, da aplicação dos conceitos e das classes dos conceitos ordenados, por indicação de conteúdo, valor, objeto ou assunto.

Mas a discussão com a preocupação da OC é bem antiga, muitos modelos foram criados ao longo dos tempos. A noção de organização do conhecimento foi instituída por volta do ano 1900 com Charles A. Cutter, W. C. Berwick Sayers e Ernest Cushington Richardson.

Henry Bliss, em 1929, publicou um livro intitulado: *The organization of knowledge and the system of the sciences* que é considerada como uma das principais contribuições intelectuais no campo da (OC) (HJØRLAND, 2007; BROUGHTON et al, 2004).

No estudo de Rowley (1992) a OC é a relação que determina os sistemas para organizar documentos e informação, proporcionando que os documento e as informações possam ser recuperadas pelos usuários sempre que solicitadas. Barité (2001) sintetiza a OC como:

O objeto de estudo da Organização do conhecimento é – a nosso juízo – o conhecimento socializado, e como disciplina dá conta do desenvolvimento de técnicas para a construção, gestão, uso e avaliação de classificações científicas, taxonomias, nomenclaturas e linguagens documentais. De outra parte, traz metodologias de uso e recuperação por linguagem natural. É esta visão integral do conhecimento, em que se associam as classificações filosóficas ou científicas do saber com as classificações destinadas à organização de documentos em bibliotecas, arquivos e outras unidades de informação que abre maiores perspectivas para um importante desenvolvimento disciplinar e interdisciplinar no âmbito da Biblioteconomia e Documentação (BARITÉ, 2001, p.41).

E destaca dez premissas básicas que justificam o status científico e intelectual da OC:

Quadro 01 - As premissas da Organização do Conhecimento

1. O conhecimento é um produto social, uma necessidade social e um dinamismo social;
2. O conhecimento se realiza a partir da informação e ao socializar se transforma em informação;
3. A estrutura e a comunicação do conhecimento formam um sistema aberto;
4. O conhecimento deve ser organizado para seu melhor aproveitamento individual e social;
5. Existem muitas formas possíveis de organizar o conhecimento;
6. Toda organização do conhecimento é artificial;
7. O conhecimento registra sempre em documentos, como conjunto organizado de dados disponíveis, e admite usos indiscriminados;
8. O conhecimento se expressa em conceitos e se organiza mediante sistemas de conceitos;
9. Os sistemas de conceitos se organizam para fins específicos, funcionais ou de documentação;
10. As leis que regem a organização de sistemas de conceitos são uniformes e previsíveis, e se aplicam por igual a qualquer área disciplinar.

Fonte: Barité (2001, p.42-53).

Hjørland (2006) enfatiza que existem várias abordagens e teorias, que contextualizam os estudos da OC, cita a relevância do ensino e da pesquisa no campo para que sejam baseadas em escolhas bem consideradas e bem informadas, como sistemas de atividades e teorias científicas, pois formam o conhecimento de base necessário para organizar o conhecimento.

Campos (1994) evidencia no âmbito da OC a presença dos princípios teóricos, conceituais e metodológicos da Teoria da Classificação Facetada, Teoria do Conceito e a Teoria Geral da Terminologia, ressalta que são elementos de fundamentação

básica para o desenvolvimento de ações equivalentes da organização, representação e recuperação da informação e do conhecimento.

Na primeira metade do Século XX foi desenvolvido a Teoria da Classificação Faceta (TCF), por Shiyali Ramamrita Ranganathan. A TCF durante a década de 30 foi considerada como uma estrutura dinâmica e multidimensional, o termo faceta ficou sendo, nos modernos estudos da teoria da classificação, o exclusivo de característica. (BARBOSA, 1969, p. 16).

A TCF é amplamente citada nos estudos sobre classificação e elaboração de tesouros. Do livro *Prolegomena to Library Classification de Ranganathan*, em 1937, apresenta os fundamentos de sua teoria e os princípios para a organização de conceitos hierarquicamente estruturados, considerados como função de abordagem universal. Assim como, em textos e estudos mais recentes a TCF é bastante citada na elaboração de ontologias que contribuem no aperfeiçoamento de sistemas de recuperação da informação no contexto da *web* semântica (LAIPELT, 2015).

A TCF é constituída por mecanismos de representação para desenvolver os meta-níveis conceituais, como por exemplo as categorias, para tanto, a teoria demonstra um modelo baseado no método dedutivo para classificar o conhecimento dentro de um contexto, ou seja, possibilita a inclusão de novos conceitos sem que isto mude a estrutura do sistema, uma característica determinante para a sua escolha.

Ranganathan (1937) definiu as categorias fundamentais por: Personalidade (P), Matéria (M), Energia (E), Espaço (S) e Tempo (T), representadas pelo sistema PMEST. Cada categoria corresponde a símbolo de ligação.

A categoria Personalidade possui a vírgula (,) como símbolo de ligação; a Matéria o ponto e vírgula (;); a Energia é precedida por dois pontos (:); o ponto (.) antecede as categorias Espaço e Tempo. As categorias fundamentais são representadas pelas facetas, grafadas no esquema: [P] [M] [E] [S] [T] BARBOSA (1969, p.168).

Laipelt (2015) ressalta que, embora a TCF se refira à elaboração de sistemas de classificação, que visam, inclusive, à organização física de um acervo, ela é amplamente usada para a elaboração de tesouros. Pelo fato de utilizar categorias universais, podendo ser adaptada e aplicada em vários domínios de conhecimento (LAIPELT, 2015).

Em síntese, a Teoria da Classificação Facetada é adequada para a formação de estruturas hierárquicas e se limita a essas relações que formam cadeias. Portanto, os conceitos são metodologicamente ordenados para formarem classes de conceitos.

No que se refere a Teoria da Terminologia, podemos observar o uso do método indutivo para pensar um dado contexto. Wüster (1981) salienta que os conceitos são associados, formando um sistema de conceitos. Descreve que uma característica do sistema de conceitos, é a análise do próprio conceito e não do contexto em que ele está enquadrado. As pessoas criam conceitos em função de seu entendimento dos objetos de mundo, o que elas estão de fato relacionando, por um lado, indivíduos, e por outro lado, conceitos e objetos ou indivíduos (WÜSTER, 1981).

A Teoria Geral da Terminologia (TGT), é conhecida como a Teoria da Terminologia de Wüster, foi formulada por uma seleção dos termos da engenharia industrial em favor de sua normatização conceitual, linguística e intralinguística que visa eliminar as ambiguidades que a linguagem natural introduz na comunicação profissional, nacional e internacional. Tem como instruções estruturadas e como objetivo garantir à univocidade comunicativa. No âmbito da comunicação natural, tem por base social e pretensões identitárias, a TGT tem características de não ser suficiente (CABRÉ, 1999).

Os preceitos da TGT, segundo Cabré (1999) são:

1. O conceito antecede à expressão;
2. O conhecimento científico é técnico e universalmente uniforme;
3. A organização de um domínio especializado tem a forma única em todos os grupos e contextos;
4. O conhecimento científico é neutro;
5. O uso dos termos normatizados da comunicação profissional deve ser livre de obstáculos;
6. O termo normatizado tem características bem mais significativas para todos os grupos e contextos.

Em geral, as definições sobre as relações passam a ser primordiais por Wüster (1979), porque essas relações são tratadas em um nível conceitual, e passam a ser consideradas relações lógicas e ontológicas, representando uma diferença significativa entre elas.

Assim, a TGT tem como função rotular a denominação dos conceitos da comunicação profissional. Porém, essa posição não leva em consideração a dimensão comunicativa dos termos, nem seus aspectos discursivos ou sua projeção gramatical, já que, a TGT presume que os conceitos sejam estáticos, sem variação semântica e com valores pragmáticos, assim como de não presumir um estudo da evolução dos conceitos.

Já a Teoria do Conceito (TC) é caracterizada como uma metodologia híbrida, agrega o método dedutivo e o método indutivo. Desenvolvida na década de 70 por Dahlberg, teve forte influência da Teoria Geral da Terminologia de Wüster, e da Classificação Facetada de Ranganathan.

Na Ciência da Informação, Dahlberg contribuiu para a compreensão e determinação do conceito, afirma que

[. . .] os conceitos são sínteses rotuladas de enunciados verdadeiros sobre objetos do pensamento: esses enunciados – asserções – levam ao reconhecimento ou à separação das características dos conceitos, que também podem ser consideradas como os elementos dos conceitos (DAHLBERG, p.361, 1979).

Segundo a autora, a TC reconhece o conceito como elemento material dos sistemas de classificação e proporciona aplicar uma teoria analítica de conceitos para a representação do conhecimento (DAHLBERG, 1976). A TC permite também que cada conceito se relacione a um termo, assim, entende-se que esta teoria argumenta a padronização terminológica. A TC contribui com a Arquivologia, no que se refere ao Plano de Classificação, subsidiando em sua estrutura no que diz respeito aos termos.

Para Dahlberg (1978), os conceitos são divididos em gerais e individuais, e é possível elaborar os conceitos relativos a diversos objetos, de acordo com seu enunciado, sendo que cada enunciado verdadeiro representa um elemento do conceito e a soma de todos os enunciados verdadeiros fornece o conceito de um determinado objeto. Como consta em sua teoria:

Cada enunciado apresenta (no verdadeiro sentido de predicação) um atributo predicável do objeto que, no nível de conceito, se chama característica. Muitas vezes não se trata de um atributo a que corresponde uma característica, mas de uma hierarquia de características, já que o predicado de um enunciado pode tornar-se sujeito de novo enunciado e assim sucessivamente até atingirmos uma característica tão geral que possa ser considerada uma categoria. (Entende-se aqui por categoria o conceito na sua mais ampla extensão). (DAHLBERG, 1978, p. 102).

Dahlberg faz uma combinação em sua teoria de aspectos tanto da Teoria Geral da Terminologia, como da Teoria da Classificação Facetada. Suas explicações denotam características essenciais e acidentais, assim como, intensão e extensão dos conceitos são muito parecidos com as definições de Wüster sobre as características classificatórias dos conceitos, que constam em sua obra póstuma, de 1998.

Porém, a categorização que estabelece inclui os princípios de Ranganathan como método de estruturação de um domínio. A partir da influência da Teoria do Conceito, surge o que Campos e Gomes (2006, p. 354) chamam de tesouro conceitual, que “[...] reúne dois princípios fundamentais para sua elaboração: o conceito, como unidade de representação e o uso de categorias, como base para organização de sistemas de conceitos.”

O caráter didático da Teoria do Conceito de Dahlberg (1978) justifica sua ampla utilização como fonte de apoio para a elaboração de linguagens documentárias no âmbito da Ciência da Informação (LAIPELT, 2015).

De modo geral, é possível encontrar na TC os princípios que podem auxiliar na determinação do conceito e de suas relações, assim como, na elaboração de tabelas de classificação e na criação de tesouros (DAHLBERG, 1978).

Diante do exposto, é possível o entendimento da OC dentro de domínios nesta perspectiva sistêmica. Pode-se verificar que, tradicionalmente, esses modelos vêm sendo elaborados tendo como princípio um dos dois métodos de análise: o método dedutivo e o método indutivo.

No método indutivo a elaboração de modelos parte da representação dos objetos e relações de um contexto. O método dedutivo é diferente, precisa elaborar mecanismos de abstração para pensar de início no contexto.

Assim, pode-se sintetizar que a OC é uma área que contribui de forma significativa para a criação e desenvolvimento de metodologias para o acesso à informação. Sendo que uma dessas atividades é o desenvolvimento dos sistemas de organização do conhecimento SOC, ferramentas que apresentam a interpretação organizada e estruturada do objeto.

2.1 SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO (SOC).

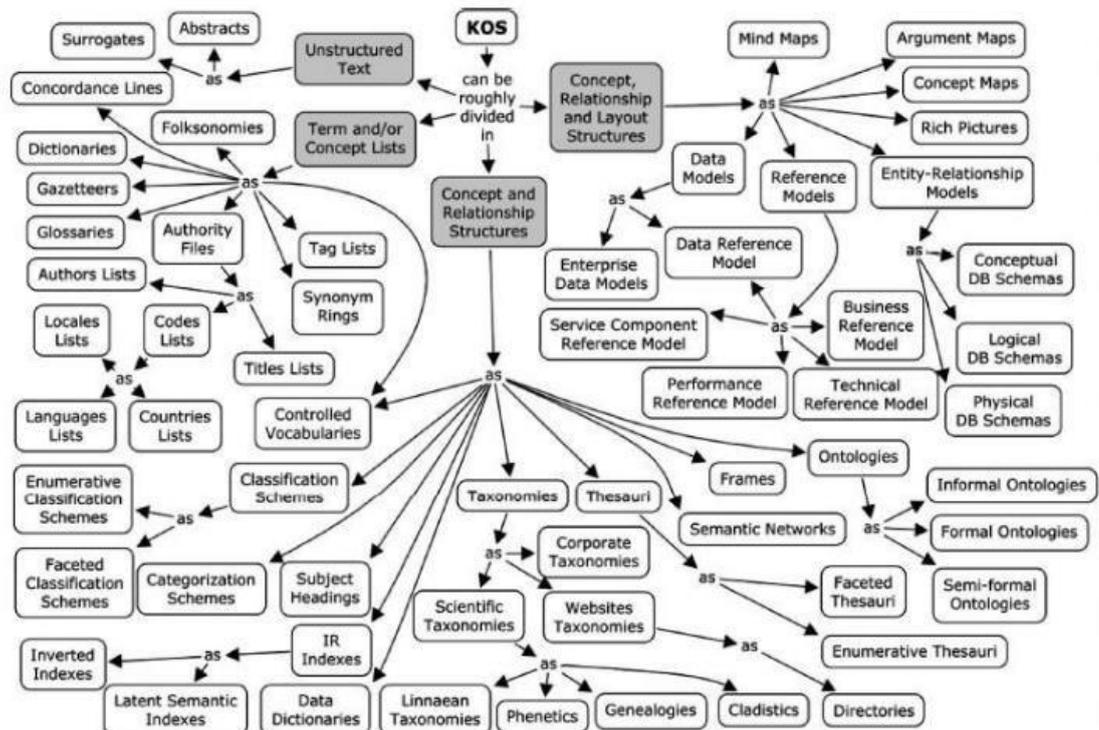
Sistema de Organização do Conhecimento (SOC) são instrumentos de representação do conhecimento que foi estabelecido pelo *Networked Knowledge*

Organization Systems Working Group em uma Conferência da ACM *Digital Libraries* em 1998, *Pittsburgh* na *Pennsylvania*. O termo (SOC) é do original inglês “*Knowledge Organization System*” (KOS). A sigla KOS, é aplicada com frequência na literatura, usa-se a sigla SOC em português.

Hjørland (2008) refere-se aos SOC como ferramentas que colaboram na interpretação organizada do conhecimento, conhecidas como ferramentas semânticas.

Segundo Hodge (2000) os SOC são todos os tipos de instrumentos que tem como objetivo organizar a informação e promover a ação do conhecimento, incluindo também os sistemas de classificação que organizam materiais, os cabeçalhos de assunto para fornecer o acesso mais detalhado, assim como, os catálogos que controlam versões variantes de informação, como nomes geográficos ou nomes de pessoas e outros esquemas, como as redes semânticas, tesouros, taxonomias e ontologias. Como mostra a **Figura 01**:

Figura 01 - SOC

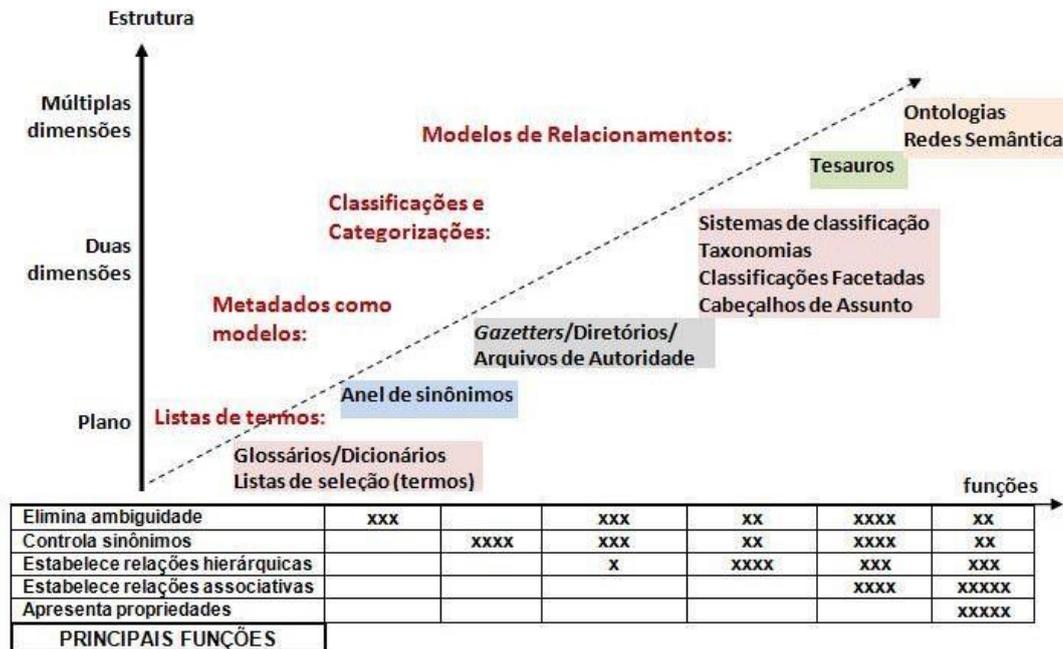


Fonte: Souza et al. (2012).

Organizar a informação, é a função de um SOC, por isso, são denominados como, o “coração” dos Sistemas de Recuperação da Informação (SRI) de museus, bibliotecas e arquivos, tanto em ambiente físico, como na *web*, segundo Hodge (2000).

Já na classificação de Zeng (2008), apresentada na figura abaixo, demonstra dois grupos separados, ou seja, Listas de Termos e Modelos do tipo Metadados, que são diferentes, como se pode observar nas propostas de Hodge e Souza et al. Que Formam um único grupo.

Figura 02 - Os (SOCs)



Fonte: (ZENG, 2008)

Ressalta-se, portanto, os SOC são estruturas organizadas que objetivam a construção de padrão abstratos da realidade, representando os conceitos de um domínio. Geralmente as ferramentas semânticas são usadas para o tratamento da informação possibilitando a recuperação da informação, em ambiente informatizado ou tradicional.

Na *Web Semântica*, as ferramentas para desenvolvimento de SOC estão se popularizando, principalmente os tradicionais, por causa da necessidade de compartilhamento de padrões orientados por ontologias.

Atualmente, os sistemas de busca são os principais meios de localização de informação na *web*. Porém, há uma certa confiabilidade nesses resultados de busca, o que significa que nem sempre encontramos aquilo que realmente desejamos.

Neste contexto, surgiu a *Web Semântica* ou *Web 3.0*, tendo como princípio a *web* que nos traz diversas informações para que tanto o usuário e as máquinas sejam capazes de entender e interpretar esses dados. Esse processo fez com que a *web* mudasse e passasse a ser conhecida como um grande banco de dados.

2.2 A WEB SEMÂNTICA.

A história da *Web Semântica* surgiu em 2001, após a publicação de um artigo da revista *Scientific American* intitulado: "*Semantic Web consists of a new format of content for the web that has meaning for computers will start a revolution of new possibilities.*" O artigo foi escrito por Tim Berners-Lee, James Hendler e Ora Lassila.

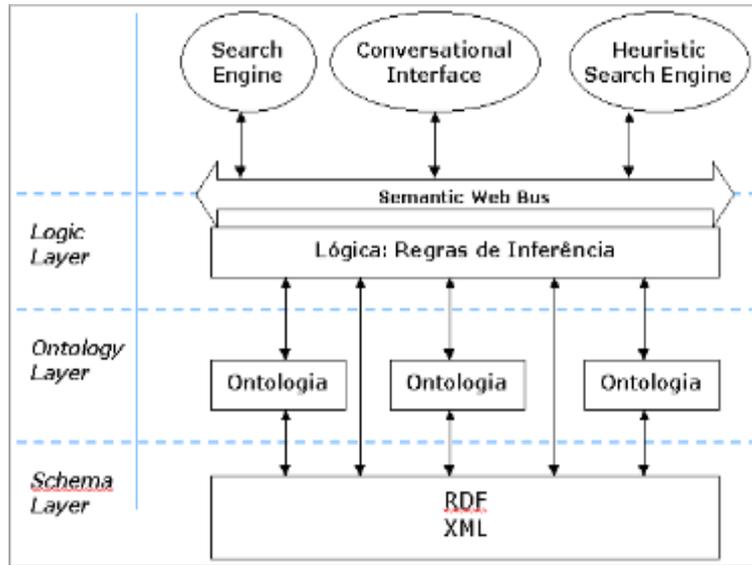
Tim Berners-Lee, britânico, físico e cientista da computação, criador da *World Wide Web*, professor do Instituto de Tecnologia de Massachusetts – MIT. Lee, tornou-se um dos responsáveis pelo surgimento desta metodologia, ou como a *web* pode ser vista, um assistente particular dos usuários que buscam resolver seus problemas, no pressuposto que a informação deve ser livre.

De forma prática, é só fazer a busca em um site de determinado produto, localizar esse produto e com o sistema disponibilizado, obter o cálculo de frete e verificar o prazo de entrega, uma forma prática e segura, muito propício em tempos de Covid-19, em que milhares de pessoas ficaram impossibilitadas de sair de suas residências, evitando assim o contágio da doença.

De modo geral, todas as informações disponíveis na *web* são também tratadas como informações na *Web Semântica*, significa, se um indivíduo procura um produto, com estes recursos teria como resultado não somente os locais disponíveis, mas também o quanto iria pagar pelo frete e o tempo de entrega de forma rápida e ágil.

A Figura seguinte, apresenta uma arquitetura elaborada por Berners-Lee para a *Web Semântica*, composta de três camadas:

Figura 03 - Web Semântica



Fonte: Elaborado por Berners-Lee (2001).

A camada esquema tem como função o de definir os dados do documento e o significado associado desses dados. É a estruturação e disposição dos dados de forma que os programas que circulam na *web* sejam capazes de fazer inferência aos dados. É importante destacar que para se ter a representação do conhecimento, precisa da Interoperabilidade Estrutural, Sintática e Semântica.

A Interoperabilidade Estrutural é aquela que permite que os dados sejam representados de forma diferenciada, contribuindo na especificação de tipos e possíveis valores para cada forma de representação. A Interoperabilidade Sintática possui relação com regras precisas que geram o intercâmbio de dados na *web*, já a Interoperabilidade Semântica busca possibilitar a compreensão e associação entre os dados.

As linguagens XML e RDF são utilizadas para atender esses requisitos, uma vez que permitem expressar os dados para definir regras de raciocínio. Segue um quadro com as características básicas de XML e TDF:

Quadro 02 - Características gerais da XML e RDF

XML EXTENSIBLE MARKUP LANGUAGE	RDF RESOURCE DESCRIPTION FRAMEWORK
Uma linguagem de representação de dados	É um modelo de dados para objetos (recursos) e relações entre eles
Tem como foco a semântica dos dados representados e não sua forma de apresentação.	Uma linguagem usada para representar informações na internet
É uma linguagem de marcação extensível (<i>extensible Markup Language</i>), derivada do SGML	São arquivos de dados, ou metadados, tendo como um dos principais objetivos criarem um modelo simples para armazenamento de informações.
Em XML as <i>tags</i> não são pré- definidas	É a base para a publicação e linguagem de dados.

Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa (2021).

A camada ontologia (*ontology layer*), refere-se ao momento em que duas bases de dados utilizam terminologias diferentes para indicar à mesma informação, resulta na divergência de um mesmo conjunto semântico de dados. Ou quando também uma mesma terminologia pode estar sendo usada com significados diferentes, por aplicações distintas. Para resolver esses conflitos, usa-se a camada de ontologia que é capaz de definir qual mecanismos é estabelecido em um padrão das páginas de *web*.

A camada lógica (*logic layer*) verifica-se que são possíveis os relacionamentos de informação e as inferências de conhecimento da *Web Semântica*. Uma observação importante que as regras de inferência favorecem aos programas o sentido de raciocinar sobre os termos e seus significados, dos quais, foram definidos na camada esquema e de raciocinar a respeito da relação entre os conceitos segundo a sua definição na camada ontologia.

No que se refere as implementações da *web semântica*, existem vários tipos de serviços que estão disponíveis neste sistema, mas duas abordagens são importantes de se destacar: *Bottom Up* e *Top Down*.

A *Bottom Up* é quando são inseridos *Tags* nos textos e dados, para que as informações disponíveis sejam adaptadas a este novo conceito. A abordagem *Top Down*, se refere ao processamento dos dados existentes e também cria conexões e estabelece o significado entre eles.

A *Web Semântica* tem contribuído de forma significativa para renovação dos tesouros, como suportes para buscas semânticas e outros serviços. Hoje, as ferramentas que gerenciam os novos tesouros, apresentam estratégias para que sejam criados, editados e consultados.

A Organização do Conhecimento é um campo de estudo que busca aspectos para a construção de tesouros e outros instrumentos que visam à apropriação do conhecimento e da informação. Dessa forma, a próxima seção, trata da Organização do Conhecimento no contexto da Arquivologia.

3 ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO NA ARQUIVOLOGIA.

Tanto a Organização do Conhecimento como a Ciência da Informação são áreas de natureza interdisciplinar, que tem como fundamentação o desenvolvimento da pesquisa, constituindo-se como espaços de interlocução de disciplinas, como: Arquivologia, Biblioteconomia, a Museologia e outras áreas do saber.

Segundo Hjørland (2003, 2008), o conceito de Organização do Conhecimento em Biblioteconomia e Ciência da Informação está relacionado ao sentido específico, ligado às atividades de classificação, descrição e indexação de documentos. Na Arquivologia, está ligado às atividades de classificar e descrever, compreendidas como processo intelectual e físico, envolvendo a concepção teórica e metodológica de seus processos, aqui a (OC) tem o objetivo de compreender como o conhecimento é socialmente organizado.

Para Barros e Sousa (2019), os processos de representação no contexto arquivístico podem ser melhorados com reflexões e metodologias extraídas do contexto da Organização do Conhecimento, especificamente quando se pensa nas *Knowledge organization systems* (KOS).

Esse contexto sugeri a investigação de aspectos teórico- epistemológicos que envolveram ou envolvem a organização e a representação nesse domínio. Um estudo reflexivo, poder-se-á analisar a relação entre concepções epistemológicas e metodológicas adotadas nos arquivos e na Arquivologia enquanto área do saber.

No mais, a Arquivologia estuda métodos e instrumentos para a organização da informação registrada. Se consideramos que a OC contribui para o desenvolvimento de princípios metodológicos para a representação, elaboração de instrumentos e acesso à informação. Então, há uma interlocução entre as duas áreas.

Como a Arquivologia se insere no contexto da OC, há um diálogo interdisciplinar das áreas, não só pelo fato das atividades nos arquivos remetem ao tratamento documental, mas pelo fato que a classificação, enquanto atividade que organiza o conhecimento, e à descrição das informações registradas, enquanto atividade que objetiva e subjetiva a representação do conhecimento registrado.

Ressalva-se também, que a denominada “transformação digital” no contexto da arquivologia contribuiu em uma reformulação do fazer profissional relacionada no sistema tecnológico presente no setor da TIC, são múltiplos os cenários possíveis do profissional da Arquivologia, assim como no ensino e na pesquisa.

A pesquisa em Arquivologia se mostra como emergente do caráter epistemológico e do corpus teórico da área. As primeiras ações da Arquivologia pelo caráter científico foi organizar os registros documentais como subsidio de análise e respaldo de prova e material para sim construir narrativas científicas e sociais (BURKE, 2012).

A Arquivologia enquanto domínio de conhecimento, exerce efetivamente esse papel social quando ligada com as problemáticas que estão relacionadas ao seu desenvolvimento científico, diante dos problemas enfrentados pela sociedade. Porém, os arquivistas que atuam nessa área devem ter consciência de que as atividades de classificação e descrição estão também ligadas a suas respectivas responsabilidades sociais no que diz respeito ao atendimento das demandas, para com o acesso social e democrático da informação.

Nos dias de hoje, a produção de documentos de arquivo configura-se de forma híbrida, em que os documentos em papel são produzidos simultaneamente com documentos digitais e vice-versa (BARROS, 2016).

De modo geral, pesquisas recentes reconhecem os pontos de lacunas de cunho teórico e metodológico da Arquivologia e que precisam ser superadas, geralmente, estudos buscam o entendimento dos problemas com o foco para dentro da própria área, sem levar em conta as soluções para os problemas existentes que podem aparecer fora de seu domínio.

As abordagens temáticas da Arquivologia tendem a ter uma relação de interdependência de outras áreas do conhecimento, é importante a reflexão da OC na Arquivologia que ainda se faz emergente no campo investigativo. Nosso propósito, é clarificar aspectos históricos e conceituais da OC enquanto área do saber, principalmente dessa relação, como foi dito, configura-se como uma questão emergente.

Esteban Navarro em 1995 apoiava uma aproximação dos estudos da Arquivologia com OC, considerando essa última um campo integrador, capaz de ir além da divisão tripartida entre as áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e Documentação, a partir do estudo das técnicas de armazenamento, tratamento e recuperação de documentos.

Com o advento das TIC a Arquivologia foi submetida a repensar seus princípios e metodologias, com o objetivo de responder na produção, organização e uso de documentos em meio digital.

Daí, o aparecimento das correntes de pensamento em vários países, tais como: a Arquivística Pós Moderna e a Arquivística Integrada, no Canadá, a Arquivística Pós-Custodial, em Portugal, a abordagem do *records continuum*, na Austrália, e outras, como se pode observar no **Quadro 03**:

Quadro 03 - Correntes de Pensamento em diferentes países

TEORIAS ARQUIVÍSTICAS	PERÍODO	INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA
<i>Records Continuum</i> da Austrália.	a partir metade década de 1990	Informação gerada pelos processos
Pós-Custodial de Portugal.	final da década de 1990	Informação social
Arquivística Integrada de Montreal-Quebec/Canadá	década de 1980	Informação Orgânica
Arquivística Funcional ou Pós Moderna do Canadá inglês.	no final década de 1980	<i>Process-Bound information</i> informação registrada pelos processos administrativos e organizadas com vistas a recuperar o contexto; Vínculo processual
Diplomática Arquivística ou Contemporânea do Canadá/Inglês e Itália.	final da década de 1980	Com o documento de Arquivo
Estudos sobre Tipologia Documental e Identificação da Espanha.	na década de 1980	com o Arquivo enquanto conjunto de documentos de Arquivos; documento de Arquivo.

Fonte: Elaborado pela autora, baseado em SCHMIDT (2012).

Vale dizer que essas diferentes abordagens teóricas, tinham em comum fundamento, a busca eficaz da recuperação e o acesso aos documentos, acredita-se que é o que move o saber e fazer da Arquivologia.

No ano de 2015, Guimarães e Tognoli retomam as discussões da Arquivologia no contexto da OC em um artigo sobre o princípio da proveniência enquanto uma

abordagem de análise de domínio. os autores, relacionam os estudos da proveniência às onze abordagens criadas por Hjørland (2002):

1. Produção de guias de literatura ou portais temáticos;
2. Construção de classificações especiais e tesouros;
3. Indexação e recuperação de especialidades;
4. Estudos empíricos de usuários;
5. Estudos bibliométricos;
6. Estudos históricos;
7. Estudos de documentos e gêneros;
8. Estudos críticos e epistemológicos;
9. Estudos terminológicos, LSP (linguagens para propósitos especiais), semântica de base de dados e do discurso;
10. Estudos de estruturas e instituições em comunicação científica
11. Cognição científica, conhecimento especializado, e inteligência artificial.

Outro ponto importante a ser destacado, é o Princípio da Proveniência que é sustentado pela prática de organização e tratamento da informação arquivística desde a segunda metade do século XIX. Formulado em 1841, com o intuito de solucionar os problemas da massa documental dos Arquivos Nacionais pós Revolução Francesa. (TOGNOLLI; BARROS, 2015)

O Princípio da Proveniência na Arquivologia, consiste em organizar os documentos de uma instituição de forma a conservar sua ordem original. A interação desse princípio nos arquivos são fundamentais para garantir a função institucional, assim como permitir o vínculo funcional dos documentos provenientes de diferentes organizações produtoras.

3.1 ATIVIDADES FUNDAMENTAIS DA OC NA ARQUIVOLOGIA.

A classificação e a descrição são os processos nucleares da Organização do Conhecimento na Arquivologia, foram as primeiras atividades a serem, de algum modo, conceituadas na teoria e prática na Arquivologia. Portanto, são consideradas primordiais para o tratamento e a recuperação da informação orgânico-funcional ilustrado na **Figura 04**.

Figura 04 - Processos Nucleares da Organização do Conhecimento na Arquivologia



Fonte: Baseado em Tognoli e Barros (2015).

Segundo Barros, a classificação é considerada uma atividade limítrofe, no contexto dos arquivos, na medida em que constrói uma relação entre as atividades de gestão e as atividades de acesso e preservação documental. (BARROS, 2015).

A classificação arquivística é uma ação gerencial e que requer planejamento, utilizada nos arquivos e nas administrações que produzem documentos. Ao se propor o plano de classificação deve-se considerar as relações entre os documentos, assim como, as relações entre os documentos e as pessoas, neste sentido, a classificação facilita significativamente, nos processos de descrição e avaliação dos documentos.

De acordo com, Souza (2003), a classificação é considerada uma função essencial para a transparência e o compartilhamento de informações, é o caminho seguro para a tomada de decisão, proporcionando a preservação da memória administrativa das instituições e do cidadão Souza (2003, p.240). Destaca que a classificação precede todas as outras atividades, porque é uma atividade reconhecida, pela maior parte dos autores que tratam da questão, como matricial.

No Brasil usa-se constantemente dois conceitos distintos, o arranjo e a classificação, uma confusão terminológica para definir a mesma operação, ou como diz Souza (2003), uma fase de um mesmo processo. Por isso, defende o conceito de classificação, como uma atividade intelectual de construção de instrumentos para

organização dos documentos, independentes de estarem em arquivos correntes ou permanentes.

Ainda que tange o princípio da proveniência, Herrera (1991) dividi a classificação em dois níveis, um é identificado pela estrutura ou funcionamento da instituição e que corresponde às seções e subseções; o outro nível relaciona-se às séries documentais Herrera (1991, p.267-270).

Um plano de classificação, serve de base para a construção de índices e vocabulários controlados, assim como, auxilia na descrição de documentos, portanto, a classificação arquivística, deve ser compreendida como parte integrante de um processo de representação de arquivos.

Lopez (2002), pontua que a organização arquivística de qualquer acervo objetiva além das atividades de classificação, as de descrição que resulta nos instrumentos de pesquisa. O autor destaca, que a função descrição arquivística, por meio de seus instrumentos tem a capacidade de garantir a compreensão ampla do conteúdo de um acervo, favorecendo o conhecimento e a localização dos documentos que o incorporam Lopez (2002, p.12).

Bellotto defini a descrição como, “a elaboração de instrumentos referenciais que possam estabelecer um elo entre o documento e o pesquisador” Bellotto (1988, p.65). Nada mais, do que estabelecer um controle intelectual nos documentos ao se utilizar os instrumentos de pesquisas.

O princípio da proveniência também exerce forte influência no estabelecimento dos níveis que serão descritos, como é relacionado por Llanes-Padrón (2016):

- ✓ A descrição se realiza após a organização;
- ✓ As descrições devem ocorrer do geral para o específico;
- ✓ A descrição se aplica a todos os materiais de um arquivo com independência de sua forma ou seu suporte.
- ✓ Os produtores dos materiais arquivísticos e os materiais arquivísticos em si, devem ser descritos;
- ✓ As descrições se aplicam aos documentos criados por qualquer tipo de produtor e se podem descrever coleções e documentos soltos;
- ✓ A descrição se embasa nos princípios da descrição multinível.

De acordo com, Bonal Zazo (2000), a descrição multinível é uma técnica que consiste em descrever um fundo e todas suas partes, utilizando os elementos apropriados para cada unidade de descrição, relacionando as descrições resultantes de maneira hierárquica e organizando a informação em níveis.

Um ponto interessante na descrição arquivística, ocorre por meio de normas. Em 1988, o Conselho Internacional de Arquivos (CIA) começou um projeto de criação de normas internacionais de descrição, foram elaboradas até este período a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – *General International Standard Archival Description* – ISAD (G) e a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias – *Standard archiving authority international record for corporate bodies, people, and families* – ISAAR (CPF).

A Norma Internacional de Descrição Arquivística - ISAD (G), descreve que a função descrição deveria ser desenvolvida em todas as fases da vida de um arquivo (corrente, intermediária e permanente):

A descrição arquivística no sentido mais amplo do termo abrange todo elemento de informação, não importando em que estágio de gestão ele é identificado ou estabelecido. Em qualquer estágio, a informação sobre os documentos permanece dinâmica e pode ser submetida a alterações à luz de maior conhecimento de seu conteúdo ou do contexto de sua criação (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2001, p. 01).

Tognoli (2012) enfatiza que a descrição cumpri a função de informar a respeito do conteúdo dos documentos e de seus elementos formais, objetiva fornecer acesso às informações contidas nos níveis: fundos, grupos, séries ou peça documental.

Como resultado desse processo são elaborados os instrumentos de pesquisa, demonstrado no **Quadro 04**:

Quadro 04 - Instrumentos de pesquisa

NIVEL	BASE DA DESCRIÇÃO	INSTRUMENTO
Instituição	Conjuntos documentais amplos	Guia
fundo, grupo, coleções	Séries	Inventário
Séries	Unidades documentais	Catálogos
Unidades documentais selecionadas pertencentes a uma ou mais origens	Assunto, recorte temático	Catálogo seletivo; índice

Fonte: Lopez (2002, p. 12).

Afinal, o que é um instrumento de pesquisa? As seguintes autoras descrevem como:

O instrumento de pesquisa é considerado uma “obra de referência, publicada ou não, que identifica, localiza, resume ou transcreve, em diferentes graus e amplitudes, fundos, grupos, séries e peças documentais existentes num arquivo permanente, com a finalidade de controle e de acesso ao acervo” (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 45).

O guia é um tipo de instrumento de pesquisa que tem como função básica fornecer informações sobre um ou mais arquivos e seus fundos.

O inventário é um instrumento de pesquisa que apresenta representações de conjuntos ou parcelas do fundo com descrições sumárias, possibilitando um prévio conhecimento do conteúdo do documento, mesmo antes de se ter acesso a uma descrição mais detalhada.

O catálogo tem como ponto forte, a continuidade da descrição da série iniciada com o inventário, reportando-se agora, para cada documento.

Os índices são instrumentos que identificam nome, lugares ou assuntos, organizados alfabeticamente, assim como também identificam as notações de localização dos documentos relacionados.

Os catálogos e índices tem como características comuns, a localização específica de unidades documentais.

O catálogo seletivo é um instrumento de pesquisa usado exclusivo para critérios temáticos. Antigamente era conhecido como repertório. Belloto (2006) destaca que o catálogo seletivo é diferenciado dos demais instrumentos, porque faz uma relação

seletiva de documentos, que pertencem a um ou mais fundos, cada peça de uma unidade de arquivamento, é descrita de forma detalhada Bellotto (2006, p. 212-213).

A aproximação entre a indexação e a representação em arquivos é de grande relevância ao acesso à informação orgânica produzida pelas instituições, isto porque, as técnicas de organização e acesso a documentos de arquivo ao longo do tempo foram se transformando.

Muitas são as dificuldades para recuperar informações, principalmente no âmbito da administração pública, mesmo com a existência desse conjunto de instrumentos de pesquisa.

Lembrando que o propósito da Lei de Acesso à Informação - LAI, é garantir o acesso público aos documentos de arquivo, permitindo seu acesso e recuperação. Observa-se ainda, no contexto da recuperação da informação, os planos de classificação, falham no sentido de explicitar as relações entre os termos, além de não apresentarem em sua estrutura categorias temáticas.

O tesouro, ao contrário oferece subsídios para o relacionamento entre os termos (hierarquia, associativa e de equivalência) uma forma mais detalhada da informação orgânico-funcional.

A relação genérica, a ordenação começa das diferenças para as semelhanças, isto é, da espécie para o gênero, ao passo que, na relação específica, a subordinação, ocorre o sentido contrário, começa das semelhanças para as diferenças, isto é, do gênero para a espécie.

No que se refere a relação partitiva, caracteriza-se como um tipo de relação hierárquica, pois tem-se a noção de super ordenação, já que um objeto é visto como um todo e as denominadas noções subordinadas a objetos classificados como suas partes. (CINTRA ET AL, 2002, p. 53).

As relações associativas são aquelas dependentes dos conceitos, porém, não estabelecem uma super ordenação. Essas relações são divididas em dois grupos: relação sequencial, que é a relação extrínseca entre conceitos, faz referência a objetos que têm relação de unidade: espaço-temporal como, por exemplo: “causa-efeito”, “produtor x produto”, “etapas de um processo”; e a relação pragmática, caracterizada como a relação entre conceitos que podem ser estabelecidas por conexões temáticas.

Segundo Cintra et al. (2002, p. 54), falam que as relações que não se submetem a uma hierarquia são aquelas que apresentam uma proximidade espacial ou temporal entre termos que não possuem relacionamento hierárquico e nem de

equivalência. Para o controle do vocabulário, as relações de equivalência são usadas em uma linguagem documentária, isto porque, operam no nível de sinonímia e da polissemia, assim determinam as remissivas para conduzir o usuário para os termos preferidos pelo sistema.

Lembrando que na linguagem natural, vários termos, palavras ou expressões podem designar uma única ideia ou conceito. Mas, na Linguagem Documentária apenas uma denominação é selecionada para designar como descritor. Sendo que os outros termos são considerados como não-descritores, tornando-se uma remissiva Gomes (1990, p. 47).

E quando se usa a sinonímia na construção de tesouros, verificamos que sinônimos são dois termos que tem a possibilidade funcional de serem trocados um pelo outro. Cintra et al. (2002, p. 77) destacam que pode “compreender tanto a sinonímia absoluta como a quase-sinonímia” e falam ainda que a sinonímia nas linguagens documentárias “é de caráter eminentemente preferencial e visa [a] remeter o usuário de um termo não preferencial, para um termo selecionado [...]” (CINTRA et al., 2002, p. 77).

A “Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura” (UNESCO) apresenta como diretrizes, uma lista de abreviaturas e símbolos que são utilizadas em tesouros como prefixos dos termos.

As abreviaturas e símbolos apresentadas em português tem uma explicação sobre seu significado, e de seus equivalentes em inglês, são usadas para indicar a relação ou função do termo ou nota que se apresenta, conforme destacado no **Quadro 05:**

Quadro 05 - Lista de termos

Português	Inglês
TG = Termo Genérico O termo que segue refere-se a um conceito com conotação mais ampla. Superordenado.	BT = <i>Broader Term</i>
TGM = Termo Genérico Maior O termo que segue é o nome da classe mais ampla à qual pertence o conceito específico usado também, às vezes, na seção alfabética de um tesouro.	BTG = <i>Broader Term (Generic)</i>
TGP = Termo Genérico Partitivo O termo que segue representa o todo em relação à parte.	BTP = <i>Broader Term (Partitive)</i>
TE = Termo Específico O termo que segue refere-se a um conceito com conotação mais específica. Subordinado.	NT = <i>Narrower Term</i>
TEP = Termo Específico Partitivo O termo que segue representa a parte em relação ao todo.	NTP = <i>Narrower Term (Partitive)</i>
TR = Termo Relacionado O termo que segue está associado, mas não é nem sinônimo, nem termo genérico ou termo específico	RT = <i>Related Term</i>
NE = Nota Explicativa (ou Nota de Escopo) Nota que se junta a um termo para indicar seu significado específico dentro de uma linguagem de indexação.	SN = <i>Scope Note</i>
UP = Usado Para O termo que segue é um sinônimo ou um quase-sinônimo do termo preferido.	UF = <i>Used For</i>
USE O termo que segue é o termo preferido quando se deve escolher entre sinônimos ou quase-sinônimos.	USE

Fonte: (UNESCO, 1993).

As abreviaturas listadas no quadro anterior são consideradas convenções reconhecidas que aparecem em diversos tesouros publicados e possuem valor *mnemônico*, embora se reconheça que também sejam dependentes do idioma UNESCO (1993, p. 79).

De modo geral, podemos dizer que as relações básicas de um tesauro: relações de equivalência, relação hierárquica e relação associativa, configuram-se por meio das abreviaturas e símbolos, como é apresentado no **Quadro 06**:

Quadro 06 - Relações básicas de um tesauro

RELAÇÕES DE EQUIVALÊNCIA	RELAÇÃO HIERÁRQUICA	RELAÇÃO ASSOCIATIVA
USE = precede o termo preferido	TGM = Termo genérico Maior de uma hierarquia	TR = Termo Relacionado
UP = precede termo não-preferido	TG = Termo Genérico	
	TGP = Termo Genérico Partitivo	
	TE = Termo Específico	
	TEG = Termo Específico Genérico	
	TEP = Termo Específico Partitivo	

Fonte: (UNESCO, 1993)

Portanto, o tesauro enquanto linguagem documentária, elaborado com interface na terminologia, possibilita uma representação bem mais adequada e compatível com a linguagem dos usuários, permitindo assim, uma recuperação da informação precisa e pertinente.

Em outras palavras o tesauro serve como índice para o plano de classificação, de forma que ambos se complementam, porque, ambos, oferecem duas formas distintas, mas não opostas de apresentação dos termos, sendo que os tesauros dispõem de mais recursos, o que torna claro as características e a relação estabelecida entre termos. (SMIT; KOBASSHI, (2003, p.40).

4 TESAURO ENQUANTO SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO.

Nesta seção, discute-se as questões relacionadas ao tesouro enquanto sistema de organização do conhecimento, apresentando a definição de tesouro, por diversos autores e as questões teóricas e práticas do tesouro conceitual.

No *Diccionario de Organización del Conocimiento: clasificación, indización, terminología*, Barité (2015), mostra uma relação de características para o termo tesouro:

Tipo de sistema de organización del conocimiento que se integra con términos analizados y normalizados que guardan entre sí relaciones semánticas y funcionales. El tesouro se organiza bajo fuerte control terminológico, con objeto de proporcionar un instrumento idóneo para el almacenamiento y la recuperación de la información en áreas especializadas. Puede ser monolingüe, monolingüe con equivalencias o multilingüe, conforme a la cobertura idiomática que proponga. En ciertos casos, agrega una notación. El tesouro también es llamado tesoro. // 2. Repertorio que inventaría, con la aspiración de exhaustividad, el conjunto de unidades léxicas de una lengua. Se diferencia del diccionario general de una lengua en que recopila diacrónicamente y sin criterios de selectividad (BARITÉ, 2015, p.156).

A definição de tesouro para Barité (2015), caracteriza-se como um “tipo de linguagem documentária composta de termos analisados e normalizados que mantém entre si relações semânticas e funcionais”, ou seja, o tesouro “é organizado sob rigoroso controle terminológico, com o objetivo de fornecer um instrumento idóneo para o armazenamento e recuperação de informações em áreas especializadas”.

O autor destaca que para facilitar o acesso ao conhecimento pode ser apresentado em uma ou várias línguas, isto é, monolíngue, monolíngue com equivalências, ou multilíngue, de acordo à língua de cobertura estabelecida na construção do tesouro. E destaca que o tesouro, em certos casos, agrega notação (BARITÉ, 2015).

Existem diversas definições a respeito do tesouro, por essa razão utilizamos um quadro resumo de algumas definições de tesouro segundo normas e autores:

Quadro 07 – Definições de tesouro

TESAURO	
“[...] vocabulário controlado e dinâmico abrangendo área específica do conhecimento. Em sua estrutura patenteia as relações vigentes entre os termos ou descritores – sinonímicas hierárquicas e outras – que, no conjunto, constitui a linguagem de indexação”.	IBICT (1984, p. 5)
“[...] vocabulário de uma linguagem de indexação controlado e organizado formalmente com objetivo de explicitar as relações a priori entre conceitos (por exemplo, mais genérico que... ou mais específico que...)”. Para isso, descreve a linguagem de indexação como: “conjunto controlado de termos extraídos da linguagem natural e utilizados para representar de forma breve os assuntos dos documentos”.	(ISO 2788, 1986)
Tesouro é um vocabulário de termos relacionados genérica e semanticamente sobre determinada área de conhecimento.	(MOTTA, 1987)
“[...] Linguagem documentária dinâmica que contém termos relacionados semântica e logicamente, cobrindo de modo compreensivo um domínio do conhecimento”.	Gomes (1990, p. 16)
“[...] lista estruturada de conceitos destinados a representar de maneira unívoca o conteúdo dos documentos e das consultas dentro de um sistema documental determinado [...] inclui descritores, não-descritores, relações hierárquicas e de associação e equivalências linguísticas”.	VAN SLYPE (1991, p.23-24)
“[...] linguagem documentária, construída por meio de unidades conceituais, extraídas da linguagem formal de uma área específica do conhecimento científico ou técnico. Sua estrutura sugere a ideia de sistema, visto que os conceitos relacionam-se entre si e são representados por termos. Cada termo, por sua vez, possui vinculação com outro termo, por meio de relação de equivalência, de hierarquia ou de associação. O tesouro, utilizado para a organização e recuperação da informação, constitui-se em importante “[...] instrumento de apoio às pesquisas científicas nas áreas de conhecimento”.	Fujita (1992, p. 23-24).
“[...] linguagem documentária que representa de forma normalizada os conceitos de uma área específica através de	(TÁLAMO; LARA; KOBASHI, 1992).

termos que se manifestam em estruturas lógico-semânticas”.	
“[...] vocabulário controlado de uma linguagem de indexação, formalmente organizado para explicitar as relações a priori entre conceitos (por exemplo, como genéricas e específicas).	UNESCO (1993, p. 14).
“[...] vocabulário especializado, normalizado, pós-coordenado, usado com fins documentários, onde os elementos linguísticos que o compõem, termos simples ou compostos, se encontram relacionados entre si sintática e semanticamente”.	(CURRÁS, 1998).
“[...] sistema de classificação temática ou facetada, cuja estrutura básica está conformada por uma relação de descritores que representam ou descrevem autoridades ou conteúdos temáticos”. [...] por meio de unidades linguísticas, semânticas e suas relações, extraídas da linguagem formal de uma disciplina ou área específica do conhecimento que [...] se torna um instrumento de representação e recuperação da informação”.	(NAUMIS PEÑA, 2000).
“[...] instrumento apropriado para transmitir conceitos e as relações recíprocas desses, semelhantemente ao que ocorre com os termos expressos na linguagem dos documentos”.	Dodobei (2002, p. 67)
“[...] como função – “um instrumento de controle terminológico que permite traduzir a linguagem natural dos documentos, dos indexadores e dos usuários, numa ‘linguagem sistêmica’ mais rígida (linguagem documentária, linguagem do sistema de informação)”. Como estrutura – “um vocabulário controlado e dinâmico de termos relacionados semântica e genericamente, que cobre um campo específico de conhecimentos”. (ROBREDO, 2005, p. 157-158). “[...] vocabulário controlado organizado em uma ordem conhecida e estruturada de modo que os vários relacionamentos entre os termos sejam identificados e indicados claramente por meio de orientações normativas”.	ANSI/NISO-Z39.19 (2005, p. 9)
“[...] linguagens de estruturas combinatórias e pós-coordenadas, constituídas de termos - unidades linguísticas provenientes da linguagem de especialidade e da linguagem natural -, denominados de descritores, providos de relações sintático-semânticas, referentes a domínios científicos especializados,	(BOCCATO; RAMALHO; FUJITA, 2008, p. 201).

possibilitando a representação temática do conteúdo de um documento, bem como a recuperação da informação”.	
Tipo de sistema de organização do conhecimento integrado aos termos analisados e padronizados que mantêm relações semânticas e funcionais entre eles. O dicionário de sinônimos é organizado sob forte controle terminológico, a fim de fornecer um instrumento ideal para armazenar e recuperar informações em áreas especializadas. [..]	(BARITÉ, 2015).

Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa (2021)

De acordo com as definições referenciais acima podemos destacar que o tesouro pode ser considerado um importante instrumento e mais adequado para representar e recuperar a informação em áreas especializadas. Sua relevância configura-se no controle terminológico dos documentos de um sistema de informação especializada e no emprego dos mesmos termos para representar os documentos compostos pelos conceitos, quando submetido a busca de um assunto.

O tesouro enquanto Sistema de Organização do Conhecimento são usados para sistematizar conteúdos de conhecimento, representando e relacionando o vocabulário inerente a um domínio particular (SANTOS; MOREIRA, 2018). Os tesouros aliados às novas TIC transformam o conteúdo de conhecimento formalizado, identificável e interoperável por meio de máquinas, considerando a dinamicidade da infraestrutura da *web* (LARA, 2013).

A construção de um tesouro se constitui como uma atividade interdisciplinar, principalmente, ligados aos campos da Ciência da Computação e da Ciência da Informação. Isto porque, as bases constitutivas da Ciência da Computação têm infraestrutura tecnológica para implementação do uso de tesouros (linguagens, modelos, repositórios, motores de busca, entre outros), empregados na *Web Semântica*. No entanto, a Ciência da Informação trata dos conceitos, padrões e boas práticas, incluindo os procedimentos metodológicos e instrumentos para organização do conhecimento na forma de tesouros.

Em outras palavras, um SOC tem como ponto de partida, a modelagem da perspectiva de mundo, por meio da organização de um sistema de conceitos e da criação das relações semânticas entre eles, no intuito de recuperar a informação.

Para este fim, a noção dos sistemas é determinada pelo contexto e também pelos usuários/pesquisadores, lembrando que a linguagem é uma prática social e cultural. É nesse contexto que os SOC se apresentam, além de lidar com esse paradoxo e com o avanço das TICs.

É uma atividade complexa, elaborar um SOC, implica em criar uma aplicação para uso em sistemas de informação específicos ou na representação de um domínio do conhecimento, para assim, alcançar um âmbito de aplicação mais amplo dentro da ciência.

Os tesouros e as ontologias são os SOC que mais se destacam, por causa de sua complexidade semântica de sua estrutura, tem grande relevância para organização da informação em contextos digitais e nos serviços de informação.

Há uma semelhança entre esses instrumentos, juntos visam a representação do conhecimento. E quando se descreve suas especificidades, os tesouros e as ontologias se caracterizam principalmente ao contexto histórico em que foram submetidos, à tecnologia, às metodologias e das teorias implícitas. Suas semelhanças e diferenças já foram apontadas na literatura (GILCHRIST, 2003; SALES, CAFÉ, 2010; ALMEIDA, MENDONÇA, AGANETTE, 2014; KLESS et al, 2014).

Na Ciência da Informação há também registros de análises conceituais que tratam da descrição comparativa entre tesouros e ontologias, é possível encontrar pressupostos de que o tesouro é o que ontologia não é, ou até mesmo de que em um futuro breve não haverá espaço para os tesouros tradicionais, em função do uso das ontologias, o que caracteriza a ideia de oposição entre os dois modelos de SOC.

Os estudos de SALES e CAFÉ (2008), demonstram que de modo geral, assim como nas ontologias, o tesouro tem o mesmo objetivo, minimizar os obstáculos da representação e da recuperação da informação, e conseqüentemente, reduzir os ruídos conceituais da comunicação técnico e científica.

A ISO 25964-1(2011), enfatiza que os tesouros são atualmente ferramentas que precisam ser integradas a outras aplicações eletrônicas, devendo ser intuitivos para usuários sem formação e permitir a inferência por máquinas. Motivo este que cada vez mais, os tesouros são usados na organização do conhecimento e na recuperação de informações, sua principal função é auxiliar o usuário no controle de vocabulário de determinada área do conhecimento.

O tesouro é um tipo de vocabulário controlado, capaz de estabelecer a ligação entre o usuário e o conteúdo temático do acervo, muito usado na Biblioteconomia, pouco explorado na Arquivologia.

Um vocabulário controlado significa uma lista de termos autorizados, tem como função o controle de sinônimos, diferenciar os homógrafos e ligar os termos entre si. Permite também ao usuário identificar pontos de acesso ao documento, mesmo se os pontos estejam identificados em diversas áreas, como os termos de indexação, tipo documental, órgão de origem ou data:

O controle de vocabulário intervém na organização dos arquivos ao nomear, de forma consistente, os pontos de acesso aos documentos e à informação neles contida. O objetivo a ser alcançado pelos arquivos, por essa óptica, é sempre o da recuperação da informação: somente esse objetivo justifica os cuidados com o controle de vocabulário (SMIT; KOBASHI, 2003, p. 13).

Os vocabulários controlados mais comuns são as classificações bibliográficas, listas de cabeçalhos de assunto e os tesouros. As classificações bibliográficas são as representações temáticas dos documentos, é a organização e disposição física dos documentos. (PEREIRA et al., 2009). As listas de cabeçalhos de assunto são usadas como ponto de acesso no catálogo, na ausência de um tesouro, os serviços de documentação devem elaborar uma lista de cabeçalho de assunto.

4.1 TESAURO CONCEITUAL

Destacamos o tesouro, como uma ferramenta de linguagem de indexação em um domínio específico, formado por um sistema de conceitos relacionados entre si, é um tipo de SOC, possui normas internacionais em sua construção e que de certa forma, apresenta algumas práticas consolidadas na Organização do Conhecimento.

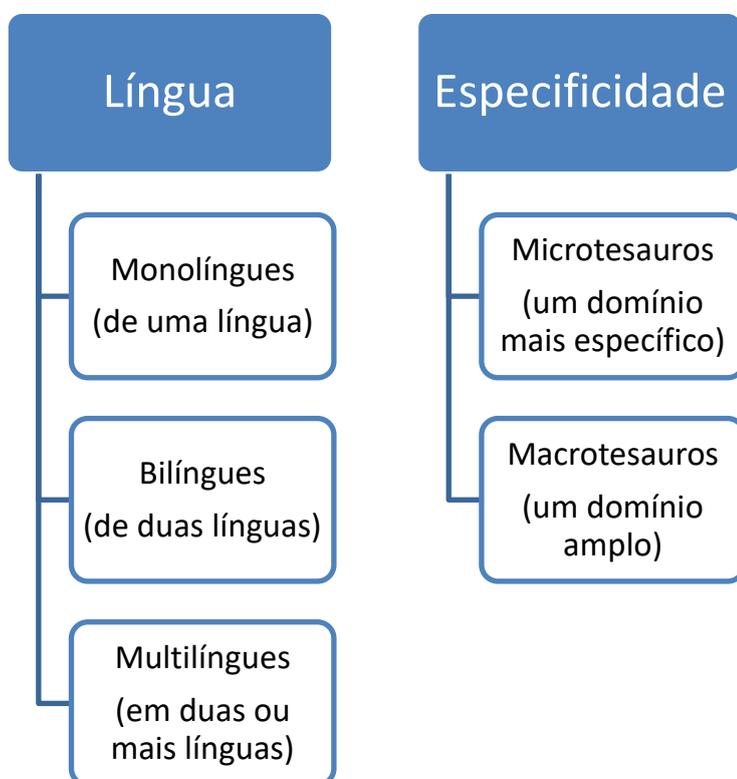
O tesouro conceitual é desenvolvimento por bases alicerçadas nos conceitos, ou melhor, da reunião de “dois princípios fundamentais para sua elaboração: o primeiro, o conceito uma unidade de representação e o segundo, o uso de categorias, uma base para organização de sistemas de conceitos. (CAMPOS; GOMES, 2006, p. 354).

O tesouro conceitual é formado por terminologia, o conceito é o elemento nuclear, uma vez que distingue certo nível de abstração e de consenso dentro de um dado domínio.

O uso do tesouro conceitual pode ser feito por vários domínios do conhecimento científico e seu desenvolvimento pode ocorrer com maior ou menor complexidade. São estratégicos quanto ao tratamento da informação, pois desempenham importantes funções em relação à representação e ao acesso à informação.

O tesouro conceitual pode ser dividido em dois tipos: quanto à função da língua e quanto à função do nível de especificidade, (DODEBEI, 2002). Segue um diagrama dos tipos de tesouros, de acordo, com a língua e a função:

Figura 05 - Diagrama dos tipos de tesouro



Fonte: Elaborado pela autora, baseado em (DODEBEI, 2002).

4.2 CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE TESAUROS

A ISO/2011 é uma norma que estabelece a gestão dos tesouros e trata da sua construção e manutenção, tem uma de grande importância, pelo fato que são elaboradas por organismos internacionais e nacionais, e são responsáveis, por implementar toda sua regulamentação.

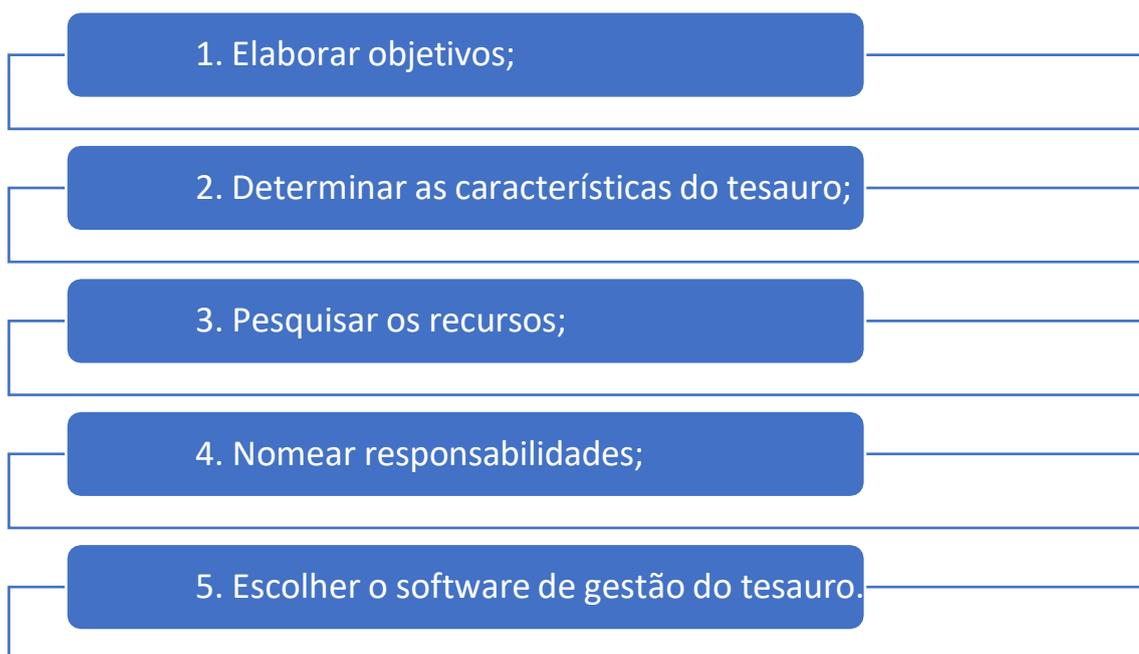
A normatização tem demonstrado avanços significativos, no que diz respeito às necessidades de controle de vocabulário no âmbito da *web*, aplicando tecnologias avançadas garantindo a gestão e compartilhamento de conceitos e termos.

A norma ISO 25964, publicada em 2011, é a mais atualizada, "*Information and documentation: part 1: thesauri and interoperability with other vocabularies*", ela fornece as recomendações para o desenvolvimento e manutenção de tesouros destinados a aplicativos de recuperação de informações.

A norma diz que a gestão do tesouro requer um planejamento para que os interesses e objetivos sejam reunidos e aplicados em sua elaboração.

Todo planejamento é aplicado diretrizes, nesta, a gestão segue as seguintes etapas:

Figura 06 - Etapas da gestão do tesouro



Fonte: Elaborado pela autora, baseado na ISO (2011).

A ISO/2011 estabelece os principais pontos a serem considerados nos objetivos do planejamento: "O tesouro deve ser usado para quê, e por quem; ele será limitado pelas restrições do software existente com o qual deverá ser usado; quão conhecedores serão os usuários da área de assunto do tesouro e de uso do tesouro" (ISO,2011).

De acordo com a normatização, o planejamento sem dúvida, é de fundamental importância, pois ao estabelecer esses pontos, você terá um estudo prévio com diretrizes dos objetivos e também pela organização das tarefas pré-definidas para as pessoas envolvidas na construção do tesouro.

A próxima etapa determinada pela norma (ISO, 2011) são as características do tesouro e devem ser delimitadas da seguinte forma:

- ✓ Qual o formato do tesouro, impresso ou eletrônico, ou ambos?
- ✓ O modelo de apresentação requerido;
- ✓ O uso dos formatos especiais é importante para integração com outros sistemas, como os sistemas de indexação ou busca?
- ✓ Que formatos são previstos para atualizações e quão frequentemente serão requeridas?

As definições são essenciais nas características, tendo em vista o formato de apresentação do tesouro que melhor se ajuste aos objetivos iniciais propostos. Lembrando também das possibilidades de se incluir características opcionais, como exemplo: o armazenamento de informações sobre definições de termos, relações customizadas e presença dos rótulos de nó.

Os formatos previstos para atualizações estabelecidos na (ISO, 2011) são os termos utilizados no plural ou singular, grafia, maiusculização, extensão máxima do termo, caracteres especiais, e se houver número limite de níveis da hierarquia.

Quanto aos recursos do tesouro, a norma destaca “[...] os recursos chave, tais como as pessoas, o financiamento, ferramentas de software e recursos de vocabulário devem ser determinadas”. (ISO, 2011)

Para o estabelecimento das responsabilidades, cabe ao responsável do projeto a função de delegar as atividades do grupo que participam do projeto.

E por fim, a escolha do software de gestão de tesouro que representa uma decisão importante, porque é o suporte oferecido pelo software que a eficiência do serviço se manifestará. Antes, precisa avaliar os softwares

presentes no mercado, uma forma segura de escolher qual se enquadra nos objetivos e orçamento do projeto.

Após a escolha do software, finaliza-se as etapas básicas do planejamento do tesouro, segue o **Quadro 08** com novas etapas para dar continuidade ao planejamento, segundo a (ISO, 2011):

Quadro 08 – Planejamento do Tesouro (continuação)

ORIENTAÇÕES PARA:	ETAPAS
Estágios iniciais da compilação.	Coleta e Análise dos termos.
Construção do tesouro.	Elaboração das estruturas hierárquicas; Especificidade; Relações de equivalência e associativas.
Introdução do tesouro.	Configuração do tesouro.
Disseminação do tesouro.	Integração com a indexação; Navegação e pesquisa; Formato digital e impresso; Diretórios do website.
Manutenção do tesouro.	Procedimentos de sugestão e de revisão.

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado da ISO, 2011.

Nos estágios iniciais da compilação, *Early stages of compilation*, a norma pontua que o ideal é que o tesouro esteja concluído antes de a compilação da base de dados começarem com relação a coleta de termos e conceitos, a ISO destaca que, no estudo dos termos, é necessário identificar as indicações feitas pelos usuários, encontradas nas listas de referências.

A norma destaca que o estágio inicial, tem como tarefa: coletar os termos, observar a fonte de cada um e a frequência de ocorrência. No momento da análise dos termos, os mesmos devem ser organizados sistematicamente, para que mais tarde sejam inseridos no tesouro.

Na construção do tesouro, os termos devem estar organizados em grupos de assuntos/facetas ou hierarquias. Depois deve-se estabelecer os grupos de sinônimos e quase sinônimos. Assim como, verificar a duplicação de termos, sobreposições ou omissões, verificando-se também o grau de especificidade estabelecida.

É necessário definir as estratégias quanto à estrutura hierárquica e o nível de especificidade. A norma fala dos termos agrupados hierarquicamente, em conjunto com as relações hierárquicas e de equivalência, e recomenda que as relações associativas devem ser incluídas no estágio final.

Para a introdução do tesouro, a norma ISO registra as seguintes informações:

1. A(s) área(s) de assunto(s) coberta(s), com identificação de áreas central e marginais;
2. Idiomas nos quais o tesauro é apresentado;
3. Confirmação de qual norma nacional e/ou internacional foi seguida;
4. Noção semântica das convenções, abreviaturas e sinais de pontuação usados de formas não normatizadas;
5. Número total de termos, com totais separados de termos preferidos e não-preferidos;
6. Quaisquer regras que regem a seleção de conceitos, incluindo conceitos complexos;
7. Estabelecer regras na seleção de formas dos termos preferidos, incluindo uma referência a qualquer manual de estilo;
8. Seguir e citar uma norma nacional ou internacional apropriada quando possível;
9. Declaração sobre a atualização da política, incluindo a frequência, datas e procedimentos, e o nome e endereço da agência responsável a quem os comentários e sugestões devem ser enviados;
10. Referências das fontes usadas na compilação e revisão do tesauro.

A etapa de disseminação descreve a integração com um sistema eletrônico, mas é preciso considerar as necessidades de uso do tesauro, indexação ou pesquisa. Destaca da publicação eletrônica e das melhores maneiras de apresentar o tesauro em formato digital.

Já a distribuição limitada de cópia impressa, a ISO ponderar tal circunstância, porque publicação convencional possui a vantagem de alcançar um público que não possui acesso a computadores. Cita a necessidade depositar uma cópia ou edição futura em uma biblioteca nacional apropriada. Quanto aos Diretórios do *website*, destaca iniciativa *Dublin Core de Metadados (Dublin Core Metadada Initiative - DCMI)*.

A manutenção é a última etapa do planejamento do tesauro, o ideal que seja feita durante o período de vida, desde o momento de sua publicação. A próxima seção, situamos o tesauro na Arquivologia, como forma de solucionar as questões da problemática apresentadas na pesquisa.

5 TESAURO NA ARQUIVOLOGIA

A Lei 12.527 de 11 de novembro de 2011, comumente conhecida como Lei de Acesso à Informação – LAI (BRASIL, 2011) foi promulgada diretamente para regulamentar o acesso à informação no Brasil. Apesar da LAI não tratar de documentos de arquivos, cabe ressaltar que para garantir o acesso informação, é necessário que os documentos estejam organizados e representados de forma que possam ser utilizados.

Portanto, para que os documentos possam estar acessíveis aos usuários/pesquisadores, faz-se necessário o uso de instrumentos que ajudem no intercâmbio entre os usuários/pesquisadores e as instituições mantenedoras de arquivos.

Além do mais, o processo acelerado dos recursos físicos tem gerado uma crescente produção do conhecimento arquivístico no que se refere ao contexto das TIC. Um ambiente complexo, principalmente no campo digital. Mas, a necessidade de representar tal conhecimento com instrumentos terminológicos é de fundamental importância para o acesso informacional.

Os principais instrumentos de organização nos arquivos são o plano de classificação e a tabela de temporalidade. É partir dessas funções que o tesauro funcional é desenvolvido, posto que,

um tesauro funcional controla o vocabulário que designa a razão de ser do documento (sua função) e não o que ele contém (assunto). A sua construção partirá do plano de classificação e o reordenará. Nunca é demais salientar que um tesauro funcional não substitui tal plano (SMITH; KOBASHI, 2003, p. 45).

Na Arquivologia, o tesauro funcional pode contribuir de várias formas, respeitando os princípios da área. É um instrumento que opera como índice de termos do plano de classificação; como índice para encontrar séries documentais a serem eliminadas; provê pontos de acesso ao usuário, permite uso de sinônimos ou outros termos não adotados para a terminologia, mas adotado pelo arquivo; pode ser usado como ferramenta para ajudar o funcionário a encontrar documentos necessários para as tarefas do dia a dia (SMIT; KOBASHI, 2003, p. 45).

Considerando tais fatores, Smit e Kobashi (2003) destacam que os tesouros funcionais ofereceram subsídios à Arquivologia no que refere ao tratamento da informação. Assim como, existe uma diferença entre a informação arquivística e a biblioteconômica, a primeira é avaliada por sua função e, a segunda, por seu assunto, ou seja:

“um quadro de classificação em Arquivo representa a estrutura orgânico/funcional do fundo ao qual se aplica; é completamente diferente, na sua essência, dos sistemas de classificação bibliográficos, cujas rubricas representam assuntos (...). A estrutura de um quadro de classificação em Arquivos possibilita um acesso por proveniência, não se destinando, por isso à recuperação” (RIBEIRO, 1996).

Isto significa que o tesouro tradicional não seria indicado para organizar arquivos, no entanto, existem tesouros para arquivos, especialmente os históricos, que privilegiam o conteúdo temático. Por exemplo: o espanhol *Tesouro del Patrimonio Histórico Andaluz*, o inglês *United Kingdom Archival Thesaurus (UKAT)*, e os franceses *Thesaurus W: vocabulaire normalisé pour la description des archives administratives locales contemporaines* e o *Archives de Cannes*. Os tesouros citados desenvolvem basicamente três listas: assuntos, instituições e localidades geográficas (GIMÉNEZ-CHORNET e ESCRIG-GIMÉNEZ, 2011). Porém, tais tesouros, não consideraram a orientação da norma internacional para gestão de arquivos (ISO 15.489), ao hierarquizarem assuntos e não funções (GIBBONS e SHENTON, 2003).

Foi por este motivo que o *National Archives of Australia (NAA)* em conjunto com o governo australiano, passou a desenvolver uma metodologia de classificação para esses documentos, e também com vistas à organização de registros na *web*, baseado no contexto de uso e criação de cada registro e posteriormente no seu assunto (AUSTRALIA. National Archives, 2000).

Nas próximas seções serão abordadas temáticas da representação do tesouro na Arquivologia: Tesouro Funcional, Arquivo Nacional da Austrália e O *THESAURI – AGIFT*.

5.1 TESAURO FUNCIONAL

O tesauro funcional proporciona novas maneiras de acesso à informação arquivística e maior confiança no sistema. Porém, para o desenvolvimento e uso adequado dos tesauros funcionais, é necessário planejar e estabelecer o plano de classificação arquivístico, principalmente, pelo fato que ele reflete as funções e atividades que são desenvolvidas nas instituições.

É um instrumento que oferece soluções para a Arquivologia, no que diz respeito ao sistema de informação. Tanto para a padronização e o controle terminológico, quanto para diminuir os problemas referentes ao acesso à informação arquivística. Assim, a utilização de uma linguagem normalizada referente ao contexto e a cultura organizacional de uma instituição é um dos fatores primordiais para se obter o processo de produção, organização e disseminação da informação.

O plano de classificação na Arquivologia é um instrumento consolidado, porém na prática, necessita de instrumentos que contribuam com questões relacionadas à padronização terminológica. Isto faz com que o uso de um instrumento de representação e recuperação da informação direcionado aos usuários/pesquisadores fará com que os mesmos, tenham uma maior confiança ao realizar suas pesquisas.

Ao se tratar da construção de um tesauro funcional na Arquivologia, deve-se considerar o plano de classificação, como já foi argumentado anteriormente, porque o tesauro funcional implica consideravelmente nas funções e atividades que são desenvolvidas pelas instituições.

Dessa forma, o uso do tesauro funcional na Arquivologia pode ocasionar grandes vantagens, como foi apresentado por Alencar (2017), conforme destacado no **quadro 09**.

Quadro 09 - Relação dos tesouros funcionais com os instrumentos da ORC

Função da arquivística (Geral-descrições por Rosseau Couture)	Funções orientadas para organizar e representar o conhecimento arquivístico	Natureza ontológica da função	Instrumentos de organizar e representar o conhecimento arquivístico	Utilizador do instrumento	Relação com o tesouro funcional
Criação	-	Administrativa Burocrática		Produtor	Pode ser usado como ferramenta para ajudar o funcionário a encontrar documentos necessários para as tarefas do dia-a-dia.
Conservação	-	Preventiva			
Avaliação	Avaliação	Organizativa Representativa	Tabela de temporalidade	Arquivista	Opera como índice para encontrar séries documentais para serem eliminadas.
Aquisição	-	Gerenciativa Administrativa			
Classificação	Classificação	Organizativa Representativa	Plano de classificação	Arquivista	Opera como índice de termos do plano de classificação.

Descrição	Descrição	Organizativa Representativa	Guia; Inventário; Catalogo; - Catálogo seletivo; Índice	Usuário	Provê pontos de acesso ao usuário, permitindo navegar de sinônimos ou outros termos não adotados para a terminologia adotada pelo arquivo.
Difusão	Difusão	Organizativa Representativa Educativa		Usuário	Provê pontos de acesso ao usuário, permitindo navegar de sinônimos ou outros
					Termos não adotados para a terminologia da Arquivologia

Fonte: Alencar (2017) com base nos teóricos Rosseau e Couture (1998), Lopes (2002); Bellotto (2014), Mundet (2001) e Smit; Kobashi (2003)

Nosso entendimento que o tesauro funcional auxilia o arquivista na organização e representação da informação, é um instrumento que pode atuar como ponte de acesso, auxiliando na busca de informações pelos sistemas, indicando quais são as melhores estratégias de busca.

Quando se fala na construção do tesauro funcional, é bom destacar que se trata de um trabalho que deve abranger a instituição, os produtores dos documentos, usuários e o arquivista, além de outros profissionais que podem contribuir na construção do tesauro funcional adaptando as realidades informacionais das instituições.

Existem poucas pesquisas que abordam os tesouros funcionais na Arquivologia que tratem da relação da organização, representação e uso da informação. No entanto, as normas de descrição na Arquivologia tratam da necessidade do uso de instrumentos que trabalhem com a perspectiva de padronização e controle terminológico, porém, Davanzo (2016), observa que não foi abordado nas normas de descrição como o tesouro funcional pode ser desenvolvido de forma a contribuir com o tratamento da informação.

As normas de descrição também não falam se a Arquivologia pode fazer uso de um tesouro funcional ou de tesouro conceitual. Segundo Vogel e Kobashi (2019) o instrumento mais adequado a ser desenvolvido são os tesouros funcionais. As autoras afirmam que o tesouro tradicional é desenvolvido de forma temática, e que essa estrutura seria adequada aos arquivos permanentes, e que o ideal em relação aos arquivos correntes e intermediários seriam os tesouros funcionais (VOGEL; KOBASHI, 2019).

O tratamento da informação, independentemente de seu suporte faz parte do objeto de estudo da Arquivologia. Por isso, o uso do tesouro funcional nas práticas e metodologias da área, contribui nas formas de representação e recuperação da informação, permitindo assim, uma socialização da informação de modo eficaz.

Os tesouros funcionais são instrumentos importantes, além de promoverem o acesso preciso à informação, também possibilitam na fase permanente, o oferecimento de subsídios para que os usuários/pesquisadores possam compreender o contexto de produção dos documentos pertencentes aos arquivos permanentes.

Para o profissional da informação, no caso, o arquivista respalda-se na necessidade de disponibilizar a informação, no entanto, para que este profissional tenha êxito nesse objetivo, é fundamental o uso de instrumentos que contribuam com essa perspectiva.

Diante do exposto até o momento pode-se afirmar que a utilização do tesouro funcional para nortear a organização, especificamente à recuperação da informação arquivística, contribuirá para assegurar o princípio da proveniência, ao materializar em sua estrutura, as relações: (hierárquicas, associativas e de equivalências) na forma de descritores normalizados para representar as atividades e funções contidas nos documentos. Isto faz com que a informação orgânico-funcional esteja assegurada na memória documentária arquivística.

A próxima seção apresenta a página do *web site* do Arquivo Nacional da Austrália e como o tesouro funcional é tratado nos órgãos governamentais do país.

5.2 ARQUIVO NACIONAL DA AUSTRÁLIA (NAA)

A página do *web site* do *National Archives of Australia* (NAA) é uma página interativa que descreve uma coleção de documentos que contém registros de eventos e decisões importantes que fundamentaram a história da Austrália. O NAA foi fundado em 1961, tem 60 anos de funcionamento, com mais de 40 milhões de itens documentais, uma coleção que inclui principalmente documentos do governo australiano da Federação de 1901 até 2021. Sua missão é realizar a preservação da memória da nação australiana.

Para os arquivistas australianos, os documentos possuem uma grande relevância, esses documentos que são recebidos e gerados são transformados em registros, os mesmos são tratados e são considerados como ativos governamentais. A maioria dos registros são em documento de papel, mas é possível pesquisar documentos em outros suportes: fotografias, registros audiovisuais, gravações de som, mapas, planos, cartazes, objetos e registros digitais.

Os registros que vem do governo australiano são classificados da seguinte forma, como é apresentado no *site* do NAA:

- ✓ Departamentos
- ✓ Autoridades estatutárias
- ✓ Comissões reais
- ✓ Unidades militares
- ✓ Agências de segurança e inteligência Postos diplomáticos
- ✓ Agencias de aplicação da lei
- ✓ Gabinete

Além de alguns registros importantes que documentam o nascimento da Austrália como nação, tais como:

- ✓ Imigração
- ✓ Serviço militar
- ✓ Transporte
- ✓ Povos aborígenes e das ilhas do Estreito de Torres

- ✓ Meio ambiente
- ✓ Comunicações
- ✓ Segurança e inteligência
- ✓ Relações exteriores Artes
- ✓ Muitos outros registros

No site do NAA é possível pesquisar os registros do século XIX, sobre atividades coloniais que foram transferidas para o governo australiano, classificados nas seguintes categorias:

- ✓ Alfandega
- ✓ Patentes
- ✓ Defesa
- ✓ Faróis
- ✓ Naturalização
- ✓ Envio
- ✓ Serviços postais e telégrafos

O site do NAA destaca também que possui alguns registros e papéis do Tribunal Superior da Austrália de australianos de alto nível, como são chamados: Governadores-Gerais, Primeiro-Ministro e outros Funcionários Públicos que enviaram registros documentais aos Arquivos Nacionais.

5.30 THESAURUS (AGIFT)

O tesouro funcional começou a ser utilizado na Austrália, por causa da necessidade de organização das informações referentes ao seu governo, visto que, é um instrumento utilizado para as informações analógicas e digitais.

Na Austrália, o uso do tesouro funcional é feito por mais de 500 instituições, demonstrando que seu uso pode ser considerado como rotineiro, habitual e sólido. (DAVANZO, 2021).

O tesouro australiano é identificado no *web site* do NAA, como o Tesouro de Funções Interativas dos Governos Australianos (*Australian Government Interactive Functional Thesauri* - AGIFT). O tesouro é composto por 583 termos, conforme a página do NAA.

Em julho de 2003, os Arquivos Nacionais da Austrália publicaram um manual estabelecendo diretrizes para Agências da *Commonwealth*. O manual australiano

demonstra de forma clara e objetiva, os elementos que devem estar presentes em um tesouro funcional, de acordo com às necessidades de tratamento informacional das instituições.

Fornece conselhos práticos para Agências da *Commonwealth* que desejam desenvolver um tesouro de funções para apoiar os processos de gerenciamento de registros em sua organização. O manual destaca que esse gerenciamento de registros e outras informações comerciais facilita o desenvolvimento e implementação de um tesouro de funções e ajudar a classificar, intitular, recuperar, sentenciar e descartar os registros.

As diretrizes complementam a visão geral das ferramentas de classificação para gerenciamento de registros, fornece recomendações sobre os tipos de ferramentas de classificação disponíveis para gerenciamento de registros e descreve as características de cada uma.

São examinados os benefícios de uma abordagem de funções, o ambiente de negócios no qual uma ferramenta deve funcionar e as partes interessadas no desenvolvimento e uso de uma ferramenta.

Ter uma visão geral das ferramentas de classificação é uma leitura essencial para tomar decisões sobre qual ferramenta de classificação é a mais apropriada para uma organização e também para realizar qualquer projeto de desenvolvimento de um instrumento de classificação.

Segundo o manual, um tesouro de funções é a ferramenta de classificação mais sofisticada na visão geral de ferramentas de classificação, e o mais intensivo em recursos para desenvolver. No entanto, alguns dos princípios relacionados ao desenvolvimento e manutenção de um tesouro de funções também podem ser aplicados a outras ferramentas de classificação.

Dividido em três partes, as diretrizes progridem através do desenvolvimento de um tesouro de funções, descrevendo passo a passo o processo de construção de um tesouro de funções centrais da agência e um tesouro mesclado, incorporando funções administrativas com funções centrais de agência para formar uma classificação integrada ferramenta.

Cada parte inclui um exercício prático, no final de cada seção, com respostas, para ajudar a colocar os conceitos em prática. No **Quadro 10**, é possível visualizar como é elaborado o tesouro funcional australiano:

Quadro 10 – Construção de um tesouro funcional, de acordo com o NAA

DESENVOLVENDO UM TESAURO FUNCIONAL	
I parte: Determinação de um tesouro funcional.	<p>Relações estabelecidas em um tesouro.</p> <p>Relação hierárquica: termos mais específicos (TE) e termos mais genéricos (TG).</p> <p>Relação de associação: termos relacionados (TR)</p> <p>Relação de equivalência: termos "USE" e "USADO " POR UP</p> <p>Fontes para termos não preferenciais.</p>
II parte: Construção de um tesouro funcional.	<p>Construindo um tesouro funcional.</p> <p>Uso de atividades genéricas da palavra-chave AAA (CV)</p> <p>Aplicando uma fonte aos termos;</p> <p>Etapas na construção de um tesouro funcional;</p> <p>Construindo um tesouro de Funções Mescladas usando a palavra-chave AAA (CV) em um tesouro de funções mescladas</p> <p>Considerações ao mesclar com a palavra-chave AAA (CV);</p> <p>Etapas na construção de um de tesouro de funções mescladas;</p> <p>Processo passo a passo para construir um tesouro;</p> <p>Erros comuns nas relações estabelecidas entre os termos.</p>
III parte: Gestão de mudanças para um tesouro funcional.	<p>Motivos para modificar um tesouro funcional gerenciando o esquema de classificação de negócios;</p> <p>Incorporando termos para uma nova função no tesouro modificando um tesouro quando perder uma função;</p> <p>Modificando um tesouro quando uma função é vendida para uma empresa particular;</p> <p>Mantendo a terminologia atualizada em um tesouro</p> <p>Motivos para atualizar termos e relacionamentos</p> <p>Solicitações de alterações dos usuários;</p> <p>Alteração de termos no tesouro;</p> <p>Considerações quando uma função é terceirizada.</p>

Fonte: Elaborado por DAVANZO (2021) baseado no *National Archives of Australia* (2003).

O *Thesaurus* (AGIFT) abrange 26 funções de alto nível, cada função tem um termo de segundo e terceiro nível, além, dos termos não preferidos e termos relacionados. Seu principal objetivo é descrever recursos baseados na *Web* para ajudar a descoberta *on-line* de informações e serviços governamentais, das seguintes formas:

- ✓ Fornecendo termos padrão para as agências governamentais usarem no elemento 'Função' do conjunto de metadados AGLS²;
- ✓ Ajudando os usuários a pesquisar pontos de entrada do governo quando eles não têm certeza sobre quais termos usar ou qual nível de governo é responsável pelas informações ou serviços que eles requerem;
- ✓ Fornecendo um quadro para que as agências governamentais desenvolvam um tesouro funcional mais detalhado baseado em agências para suas próprias necessidades de classificação.

O *web site* do NAA, apresenta informações importantes a respeito do Thesaurus (AGIFT), como mostra o layout:

Figura 07 – *Layout* do AGIFT



Fonte: (*National Archives of Australia, 2003*).

O site descreve o *Thesaurus* (AGIFT) sendo um tesouro hierárquico de três níveis que aborda as funções comerciais realizadas em toda a Comunidade, Governos Estaduais e Locais na Austrália.

² O AGLS *Metadata Standard* é um conjunto de propriedades descritivas projetadas para melhorar a visibilidade e acessibilidade dos recursos on-line. A AGLS é emitida pela Standards Australia como AS5044: 2010.

Apresenta também conceitos, rótulos alternativos relacionados, esses conceitos podem ser procurados alfabeticamente ou por pesquisa de texto completo.

Os três níveis são: Nível 1: Função (unidade mais ampla de agências governamentais empresariais; Nível 2 (principais tarefas ou áreas de serviço empreendidas dentro de cada função) e Nível 3 (tópicos abordados dentro das atividades).

Existem 2 funções disponíveis no AGIFT para agências do governo australiano: Palavra-chave AAA e Funções Interativas do Governo Australiano Thesaurus (AGIFT).

O tesouro mostra para cada conceito: Definições (notas que definem e fornecem orientações sobre o uso do termo; Conceitos mais amplos (termos de nível mais alto); Conceitos mais estreitos (termos de nível mais baixo); Conceitos Relacionados (termos que compartilham significados associativos) e Rótulos Alternativos (outros termos não preferidos listados sob cada conceito a que se relacionam).

O *Thesaurus* (AGFT) usa os seguintes padrões para estabelecer conceitos relacionados:

- ✓ ISO 25964-1:2011 – Informações e Documentação: Thesauri e Interoperabilidade com outros Vocabulários.
- ✓ ANSI Z39.19 – 2005 (R2010) Diretrizes para a Construção, Formato e Gestão de Vocabulário Controlados Monolíngues.

O *Thesaurus* (AGIFT) é interativo, permite a conexão com outros recursos da *web*, é fornecido como uma plataforma de dados vinculados. Esses dados significam que cada termo tem um identificador estritamente uniforme e permanente (URI). Cada termo do AGIFT tem um identificador de recursos padronizados, ou seja, único e permanente (URI) incluindo uma definição do significado do termo.

Os dados vinculados podem também ser usado para vincular conjuntos de dados governamentais de diferentes fontes. Os termos do AGIFT estão vinculados à classificação equivalente dos termos de governo (COFOG). Assim como, também pode ser vinculado a um nível de função específico a um assunto mais estrito ou vocabulário controlado, como por exemplo o Thesaurus de Saúde mantido pelo Departamento de Saúde.

Com relação às alterações em HTML, os conteúdos e dados vinculados são os mesmos. As mudanças foram estruturais e terminológicas, como:

- ✓ 'Conceito' substitui 'Term'.

- ✓ 'Definição' substitui 'Notas de escopo'. Ele fornece orientações sobre como usar os termos. Em ambos os casos, o conteúdo da nota fornece uma definição do que o conceito significa e conselhos sobre como aplicá-lo.
- ✓ 'Rótulos alternativos' são usados em vez de 'termos não preferidos'. Eles estão listados sob o conceito relevante sem hiperlinks.
- ✓ Um conceito pode ser exibido visualmente (clique em 'Visual') para mostrar relações entre um conceito mais amplo e estreito e as relações entre conceitos relacionados.

A primeira edição do AGIFT foi feita em 1999, a segunda edição em 2005, a terceira edição em 2013.

Na segunda edição foi incluído assuntos indígenas como uma função de alto nível, reunindo conceitos relacionados aos povos aborígenes e das ilhas do Estreito de Torres.

Na terceira edição foi adicionado uma nova função de Serviços Estatísticos de alto nível. Incluiu um novo conjunto de conceitos de nível 2 mais estreitos: coleta estatística, projeto estatístico, padrões estatísticos e disseminação de estatísticas.

Quem detém todos os direitos autorais do *Thesaurus* (AGIFT) e direitos de propriedade intelectual é a Comunidade, representada pelos Arquivos Nacionais da Austrália.

Em junho de 2021, os Arquivos Nacionais desativaram temporariamente a versão legível da máquina do AGIFT. Alegando que estão trabalhando em uma nova plataforma que permitirá aos Arquivos Nacionais manter melhor, revisar e desenvolver o AGIFT, até essa data o tesouro possuía 583 termos.

A cópia do AGIFT possui vinte e seis entradas e que serve de base para a condução de pesquisa por parte dos usuários, como pode ser observado no **Quadro 11**, das 26 funções com suas respectivas descrições:

Quadro 11 – Funções Interativas do Governo Australiano noThesaurus

ENTRADA	DESCRIÇÃO
Regulamento e apoio ao negócio;	Formular políticas para regular e apoiar o setor privado, incluindo pequenas empresas e organizações sem fins lucrativos. Desenvolver estratégias para auxiliar o crescimento e a gestão dos negócios. Implementando programas de advocacia, fornecendo financiamento e administrando órgãos reguladores.
Infraestrutura cívica;	Elaborar políticas para apoiar o crescimento de cidades e cidades. Implementar programas para gerenciar o desenvolvimento urbano e manter serviços essenciais. Instalação de prédios e serviços para atender às necessidades administrativas, sociais e recreativas dos moradores locais.
Comunicações;	Apoiar o crescimento e a gestão de indústrias que facilitam a transmissão de informações. Regulamentação da prestação de serviços postais e de telecomunicações a todos os cidadãos. Incentivar o desenvolvimento de normas de gestão de informações, disseminação de informações e tecnologia da informação.
Serviços comunitários;	Desenvolver políticas para ajudar os cidadãos em um determinado distrito ou aqueles com interesses e necessidades comuns. Prestação de serviços de assistência social e apoio financeiro. Administrando programas de assistência a desastres e emergências.
Assuntos culturais;	Desenvolver políticas de apoio às organizações artísticas e culturais, como museus, bibliotecas e galerias. Estabelecer programas para desenvolver e gerenciar coleções culturais e artefatos, e estimular o crescimento das indústrias culturais. Patrocinar atividades e eventos para celebrar a diversidade da cultura australiana.
Defesa;	Garantir a segurança da Austrália construindo, mantendo e implantando recursos militares. Elaborar políticas e programas de defesa da nação, região e aliados. Inclui administração de alto nível das Forças de Defesa Australianas (ADF).
Educação e treinamento;	Formular políticas para apoiar programas que forneçam habilidades e conhecimento aos cidadãos. Desenvolver estratégias para disponibilizar a educação para a mais ampla seção transversal possível da comunidade. Fornece financiamento para escolas, universidades, faculdades, academias ou grupos comunitários que

	<p>forneem educação e treinamento. Estabelece programas para desenvolver e gerenciar instituições de ensino.</p>
Emprego;	<p>Formular políticas para apoiar o crescimento do emprego e regular ambientes de trabalho do setor público ou privado. Desenvolver estratégias para melhorar as relações de trabalho, produtividade e desempenho. Implementando programas do mercado de trabalho e fornecendo financiamento. Administrar órgãos reguladores e serviços de arbitragem.</p>
Meio ambiente;	<p>Elaborar políticas para apoiar a gestão dos ambientes naturais e construídos do entorno. Equilibrar requisitos concorrentes para gerar benefícios sustentáveis de longo prazo para a indústria, o turismo e a comunidade. Proteger elementos do ambiente natural e construído que são de especial importância. Inclui a conservação das preocupações com o patrimônio nacional e o patrimônio mundial.</p>
Gestão de finanças;	<p>Elaborar política para a administração de fundos públicos e outros recursos. Determinar estratégias adequadas para aumentar a receita e regular as despesas. Monitorar os indicadores econômicos e tendências de previsão para viabilizar o planejamento financeiro.</p>
Governança;	<p>Executar processos legislativos nas Casas do Parlamento, assembleias ou conselhos, onde os oficiais são eleitos para representar os cidadãos. Administrar comitês que se reportam aos órgãos legislativos. Gerenciar eleições de representantes do governo e patrocinar grandes celebrações comunitárias. Incluir funções oficiais realizadas pelo chefe titular do governo ou município. Incluir a gestão das máquinas dos processos governamentais em todos os níveis de governo.</p>
Cuidados de saúde;	<p>Fornecer e coordenar programas de prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças ou lesões. Elaborar política de apoio à prestação de serviços de saúde e pesquisa médica. Administrar esquemas regulatórios para produtos e produtos farmacêuticos de saúde.</p>
Imigração;	<p>Ajudar pessoas que desejam entrar na Austrália de forma permanente ou temporária. Elaborar política para estabelecer requisitos de entrada ou deportação para migrantes e visitantes. Incluir estratégias para a gestão de imigrantes ilegais.</p>

Assuntos indígenas;	Desenvolver políticas para apoiar o avanço dos povos aborígenes e das Ilhas do Estreito de Torres. Estabelecer programas para desenvolver, gerenciar e prestar serviços aos aborígenes e às ilhas do Estreito de Torres. Incluir proteger áreas diretamente associadas à cultura aborígene e das Ilhas do Estreito de Torres.
Relações internacionais;	Construir e manter relações com outros países e organizações internacionais. Desenvolver estratégias para proteger e avançar os interesses nacionais. Contribuindo para a segurança internacional, desenvolvimento econômico, meio ambiente, princípios democráticos e direitos humanos através de programas de ajuda, tratados e serviços diplomáticos.
Administração da justiça;	Desenvolver, interpretar e aplicar a legislação, regulamentos ou estatutos. Regular a conduta de indivíduos, empresas e governo, para se adequar às regras e princípios acordados. Estabelecer programas e serviços de apoio ao funcionamento do sistema de justiça.
Serviços marítimos;	Elaborar política para regular o uso do mar como meio de transporte. Negociar passagem para transporte marítimo e jurisdição marítima. Planejar a gestão da infraestrutura marítima. Monitorar a segurança de embarcações marítimas, pilotos e pessoal. Administrar programas de busca e resgate marítimo. Fornecer recursos para o desenvolvimento de auxílios de navegação.
Recursos naturais;	Elaborar política de uso sustentável e gestão de fontes energéticas, minerais, terrestres e de água. Administrar programas para avaliar as práticas de consumo e exploração de recursos. Regulando e apoiando indústrias que percebem o potencial econômico dos recursos.
Indústrias primárias;	Elaborar políticas de apoio e regulação das indústrias rurais e marinhas. Promover estratégias para operações eficientes e sustentáveis. Administrar programas para monitorar as práticas atuais, para atender aos padrões nacionais e internacionais. Incluir ligação com órgãos industriais e entre jurisdições em relação às necessidades das indústrias primárias.

Ciência;	Desenvolver políticas e normas para apoiar pesquisas e estudos sistemáticos. Administrar órgãos científicos e monitorar programas de pesquisa e desenvolvimento da indústria. Fornecer financiamento e implementar estratégias promocionais. Incluir pesquisas sobre seres vivos e seus ambientes, leis naturais e a aplicação do conhecimento a problemas práticos.
Segurança;	Manter a segurança da Austrália em todos os níveis da sociedade. Desenvolver políticas e programas para se proteger contra ameaças internas ou externas à paz e à estabilidade. Fornecer financiamento para a aplicação da lei, proteção da comunidade e serviços corretivos. Coordenar a coleta de informações e atividades de segurança internacional.
Esporte e recreação;	Elaborar políticas e programas para incentivar a participação da comunidade em jogos organizados ou atividades de lazer. Implementar estratégias promocionais, fornecer financiamento e administrando órgãos reguladores.
Serviços estatísticos;	Fornecer um serviço estatístico de alta qualidade, objetivo e responsivo para auxiliar e incentivar a tomada de decisões, pesquisas e discussões informadas dentro dos governos e da comunidade.
Turismo;	Elaborar políticas e programas para incentivar visitantes recreativos em uma região. Apoiar e regular a indústria do turismo. Implementar estratégias de longo prazo para o desenvolvimento do turismo e coordenar entre jurisdições em projetos de grande escala. Fornecer financiamento para campanhas promocionais.
Comércio;	Elaborar política para regular a compra, venda ou troca de mercadorias. Monitorar a balança comercial, proteção da indústria e dos regimes de subsídios. Incluir atividades estrangeiras e domésticas e ligação entre jurisdições para apoiar negociações de acordos comerciais.
Transporte	Elaborar política para regular sistemas de transporte rodoviário, ferroviário e aéreo. Planejar a gestão de esquemas para a circulação de pessoas ou fretes. Monitorar a segurança dos veículos e de seus operadores. Fornecer recursos para o desenvolvimento da infraestrutura de transporte.

Fonte: Adaptado do Web site <http://registry.it.csiro.au/def/agldwg/agift>

O tesouro funcional é um instrumento que pode ser aplicado aos arquivos. O uso dos tesouros funcionais não objetiva que os instrumentos tradicionais da área caiam em desuso, ao contrário, o tesouro funcional pode ser usado de maneira complementar pela Arquivologia, pois, os tesouros funcionais empregam características que não são observados nos instrumentos tradicionais da Arquivologia, como, o controle e a padronização terminológica.

Outro ponto importante, diz respeito à relação ao tratamento e a recuperação da informação orgânico-funcional na fase permanente que se baseiam na classificação de documentos.

O uso do tesouro funcional no ambiente do sistema arquivístico da *National Archives of Austrália* tem como prioridades: funcionar como um índice para encontrar os termos corretos em um esquema de classificação organizacional que rotule conjuntos documentais; funcionar como um índice para tomada de decisão para facilitar na disposição apropriada de classes para os documentos, principalmente aqueles que convencionalmente são utilizados para caracterizar assunto ou texto livre; fornecer outros pontos de acesso permitindo aos usuários navegarem de sinônimos ou outros termos não preferidos à terminologia preferida na classificação adotada pela organização (*National Archives of Austrália*, 2000a, p. 2 apud Calderon, 2003, p. 104).

É bom lembrar que na definição de vocabulário funcional de Smit e Kobashi (2003) não é mencionada a possibilidade de o tesouro funcional gerir e recuperar conteúdos documentais com base temática. No entanto, o tesouro funcional da *National Archives of Austrália* menciona a preocupação no fornecimento de um índice para representar o conteúdo de alguns documentos que indicam um assunto/tema.

Para Smit e Kobashi (2003, p. 44) um tesouro funcional controla o vocabulário que designa a razão de ser do documento (sua função) e não o que ele contém (assunto).

Portanto, desenvolver um tesouro funcional que retrate as demandas de informação existentes em uma instituição, permitirá a realização de inferências de maior qualidade nas buscas e, como consequência, a recuperação da informação será precisa, consistente e contextualizada de acordo com cada usuário.

A próxima seção, passa-se a analisar os dados da pesquisa e a discussão dos resultados encontrados para atingir os objetivos proposto.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.

A pesquisa documental se deu no Arquivo Público do Estado do Pará, do Fundo da Secretaria de Segurança Pública - Série Documental Inquéritos Policiais, datados de 1956 até 1990, classificados e armazenados em 438 caixas de arquivos.

Para esta pesquisa, foi feita leitura, análise, descrição arquivística e uma taxonomia dos documentos produzidos pelas delegacias da Região Metropolitana de Belém e Interiores do Pará.

Boa parte deste acervo, ainda se encontra em tratamento, porém, esta pesquisa tem autorização da instituição custodiadora dos documentos que se encontra em anexo.

Foi construído um roteiro de análise dos documentos, com as seguintes etapas:

1. Tratamento documental;
2. Leitura e descrição dos documentos da série inquéritos policiais;
3. Identificação das temáticas;
4. Catalogação dos termos com maior frequência;
5. Construção da taxonomia;
6. Transferência dos termos para o THESA.

O APEP possui o setor de Documentação Permanente que é responsável pelo gerenciamento, controle e tratamento técnico da documentação existente na instituição. Tem como atividades: o recolhimento, separação (tipos documentais, fundos e data limite), além da catalogação e acondicionamento. Portanto, o tratamento documental, leitura e descrição dos inquéritos policiais foi feita neste setor, sob a orientação e supervisão dos funcionários.

O acervo analisado para o *corpus* desta pesquisa foi composto por 198 caixas de arquivos. Cada caixa é identificada com o nome do fundo, da série, da delegacia, ano de ocorrência e número da caixa. As caixas contêm um número variado de inquéritos policiais, a menor apresenta três pastas de inquéritos policiais, mais precisamente da Delegacia de Ordem Política e Social - DOPS e a de maior número, com 85 pastas de inquéritos da Delegacia do município de Santa Izabel.

Segundo Nucci (2016) o inquérito policial é um procedimento preparatório da ação penal, de caráter administrativo, conduzido pela polícia judiciária e voltado à colheita preliminar de provas para apurar a prática de uma infração penal e sua autoria.

Portanto, a finalidade do inquérito policial é a apuração dos fatos que configuram a ação ou transgressão criminal, estabelecidas na legislação penal brasileira.

A pesquisa foi realizada durante a Pandemia, mesmo sendo estagiária do APEP, o acesso documental teve restrições e limitações, dessa forma, o recorte analisado dos anos não contempla toda a série documental. Apresenta o documento mais antigo, o de 1956 e os documentos de 1981, nosso prejuízo se dá por não constar nenhum documento das décadas de 1982 até 1990.

Foram catalogados 45 termos com maior frequência nos documentos da Série Inquéritos Policiais, de uma amostragem de 50 caixas de arquivos, conforme apresentado no **Quadro 12**:

Quadro 12 – Catalogação dos termos com maior frequência.

	TERMOS	FREQUÊNCIA
1	Incêndio	05
2	Injúria	05
3	Apropriação indébita	06
4	Chantagem	06
5	Concussão	06
6	Constranger alguém	06
7	Desobediência	06
8	Maus tratos	06
9	Peculato	06
10	Sequestro	06
11	Calúnia	07
12	Desacato	07
13	Difamação	07
14	Rixa	07
15	Bigamia	08
16	Esbulho possessório	08
17	Extorsão	08
18	Prevaricação	08
19	Abandono de incapaz	09
20	Falsa identidade	09
21	Porte de arma	09
22	Falsidade ideológica	10
23	Falsificar documentos	10
24	Ato obsceno	11
25	Contrabando	11
26	Dano	11
27	Violação de domicílio	11
28	Atentado ao pudor	12
29	Corrupção ativa	12
30	Abuso de poder	13
31	Resistência	14
32	Ameaça	15
33	Corrupção passiva	15

34	Abandono de função	16
35	Estelionato	17
36	Estupro	17
37	Sedução	17
38	Posse de entorpecentes	21
39	Receptação	22
40	Roubo	24
41	Tráfico de drogas	33
42	Homicídio culposo	40
43	Homicídio doloso	59
44	Furto	245
45	Lesão corporal	350

Fonte: Elaborado pela autora, 2022

Desse recorte e da variação da frequência dos termos, foi estabelecido as categorias fundamentais da pesquisa para a elaboração da taxonomia. Na CI, a taxonomia é um sistema de organização do conhecimento que classifica e facilita o acesso às informações, no qual se organizam as informações por categorias, normatizando as relações hierárquicas existentes entre elas. (Barros et al., 2022, p.09).

Para Terra et al. (2005) a taxonomia é definida como:

um vocabulário controlado de uma determinada área do conhecimento e, acima de tudo, um instrumento ou elemento de estrutura que permite alocar, recuperar e comunicar informações dentro de um sistema sob uma premissa lógica. (TERRA et al., 2005, p. 1).

Portanto, considera-se a taxonomia é uma solução que pode ser escolhida para atender à demanda de maneira sucinta ao classificar as informações contidas nos documentos de arquivo, auxiliando a representar e estabelecer os conceitos por meio de um sistema de organização do conhecimento.

Desde a leitura e descrição dos documentos da Série Inquéritos Policiais, observou-se como eram registrados os boletins de ocorrências e definiu-se a categorização das classes. Para Campos e Gomes (2008) a categorização é um processo que requer pensar o domínio de forma dedutiva, ou seja, determinar as classes de maior abrangência dentro da temática escolhida.

Partindo dos princípios classificatórios de elaboração de taxonomia, foi construído uma estrutura de relações hierárquicas com as seguintes categorias:

A categoria crime contra pessoa abrange os documentos de crimes previstos pelo Código Penal Brasileiro (1940) – CPB. Segundo o CPB, são crimes cometidos que afetam diretamente a pessoa, como bens físicos ou morais, categorizadas como

ofensas e ameaças direcionadas a personalidade humana, tais como: Abandono de incapaz; Ameaça; Calúnia; Chantagem; Constranger alguém; Difamação; Homicídio; Injúria; Lesão Corporal; Maus tratos; Sequestro e Rixa.

A categoria crime contra o patrimônio, são os documentos que envolve ação criminosa direcionadas a tentar contra o patrimônio de um indivíduo ou de uma organização. As subcategorias são: Apropriação indébita; Dano; Esbulho possessório; Estelionato; Extorsão; Furto; Porte de arma; Receptação; Roubo; Tráfico de drogas; Posse de entorpecentes e Violação de domicílio.

Na categoria crime contra a dignidade sexual estão classificados os documentos mais graves de violação dos direitos humanos, são crimes que atingem em sua maioria mulheres e menores de idade: Estupro; Atentado ao pudor; Sedução; Ato obsceno e Bigamia.

A categoria crimes contra a incolumidade pública são os documentos classificados com crimes que representam perigo ou algum dano a sociedade como um todo. Exemplo, o Incêndio.

A categoria crimes contra a fé pública estão classificadas as informações referentes a documentos descritos nos artigos do Código Penal Brasileiro: Falsificar documentos; Falsidade ideológica e Falsa identidade.

A categoria crimes contra a administração pública são todos os documentos relacionados a infrações praticadas por agentes públicos: Peculato; Concussão; Corrupção ativa; Corrupção Passiva; Contrabando; Prevaricação; Abandono de função; Resistência; Desobediência; Desacato e Abuso de Poder.

Com as categorias definidas, construímos uma taxonomia da série Inquéritos Policiais representada no quadro 13:

Quadro 13: Taxonomia da Série Inquéritos Policiais da Secretaria de Segurança Pública – SEGUP

TAXONOMIA DA SÉRIE INQUÉRITOS POLICIAIS DA SEGUP				
Categoria	Termo Genérico	Termo Específico	Termo Relacionado	Termo Equivalente
Crimes contra a pessoa	Abandono de incapaz Nesta subcategoria estão os documentos de inquéritos policiais que abrangem os crimes de abandono de incapaz.	Abandonar: É o ato de abandonar pessoa que está sob seu cuidado, guarda, vigilância ou autoridade, e, por qualquer motivo, incapaz de defender-se dos riscos resultantes do abandono.	Maus tratos.	Periclitção da vida e da saúde.
	Ameaça Nesta subcategoria estão os documentos de inquéritos policiais que abrangem os crimes de ameaça.	Ameaçar: É o ato de ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave.	Injúria; Difamação; Calúnia.	Crime complexo.
	Calúnia Nesta subcategoria estão os documentos de inquéritos policiais que abrangem os crimes de calúnia.	Caluniar: Atingir alguém em sua reputação, em sua honra, por acusações falsas;	Injúria; Difamação. Ameaça.	Crimes contra a honra.
	Chantagem Nesta subcategoria estão os documentos de inquéritos policiais que abrangem os crimes de chantagem.	Chantagear: é obrigar uma pessoa a realizar algo que ela não deseja, mas que precisa ser feito pois ela se sente ameaçada ou com medo.	Constranger alguém; Ameaça.	Crime omissivo.
	Constranger alguém	Constranger:	Ameaça; Chantagem.	Crime omissivo.

	Nesta subcategoria estão os documentos de inquéritos policiais que abrangem os crimes de constranger alguém.	É o ato de constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, ou depois de lhe haver reduzido, por qualquer outro meio, a capacidade de resistência, a não fazer o que a lei permite, ou a fazer o que ela não manda.		
	Difamação Nesta subcategoria estão os documentos de inquéritos policiais que abrangem os crimes de difamação.	Difamar: Afetar alguém moralmente de maneira negativa.	Injúria; Calúnia. Ameaça.	Crimes contra honra.
	Homicídio culposo Nesta subcategoria estão os documentos de inquéritos policiais que abrangem os crimes de homicídio culposo.	Homicídio culposo: É matar alguém, se o crime resulta de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício, ou se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima, não procura diminuir as consequências do seu ato, ou foge para evitar prisão em flagrante.	Homicídio doloso	Crimes complexo.
	Homicídio doloso Nesta subcategoria estão os documentos de inquéritos policiais que abrangem os crimes de homicídio doloso.	Homicídio doloso: é matar alguém intencionalmente planejado e/ou executado.	Homicídio culposo	Crimes complexos.

	<p>Injúria Nesta subcategoria estão os documentos de inquéritos policiais que abrangem os crimes de injúria.</p>	<p>Injuriar: É a ação de ofender a honra e a dignidade de alguém.</p>	<p>Difamação; Calúnia. Ameaça.</p>	<p>Crimes contra honra.</p>
	<p>Lesão corporal Nesta subcategoria estão os documentos de inquéritos policiais que abrangem os crimes de lesão corporal.</p>	<p>Lesão corporal: Ferimento, contusão, traumatismo ocasionado no corpo humano.</p>	<p>Maus tratos;</p>	<p>Periclitção da vida e da saúde.</p>
	<p>Maus tratos Nesta subcategoria estão os documentos de inquéritos policiais que abrangem os crimes de maus tratos.</p>	<p>Maus tratos: é a ação e o efeito de maltratar (tratar mal uma pessoa, sujeitando-a à violência e aos abusos).</p>	<p>Lesão corporal; Ameaça.</p>	<p>Periclitção da vida e da saúde.</p>
	<p>Sequestro Nesta subcategoria estão os documentos de inquéritos policiais que abrangem os crimes de sequestro.</p>	<p>Sequestrar: Ato de encerrar ou enclausurar ilegalmente.</p>		<p>Periclitção da vida e da saúde.</p>
	<p>Rixa Nesta subcategoria estão os documentos de inquéritos policiais que abrangem os crimes de rixa.</p>	<p>Rixa: Luta ou peleja entre grupos</p>	<p>Ameaça</p>	<p>Crime funcional.</p>

Crime contra o patrimônio	Apropriação indébita Nesta subcategoria estão os documentos de inquéritos policiais que abrangem os crimes de apropriação indébita.	Apropriação indébita: É o ato no qual o sujeito obtém posse de algo que não lhe pertencia, tornando-o próprio.	Esbulho possessório; Roubo.	Crime funcional.
	Dano Nesta subcategoria estão os documentos de inquéritos policiais que abrangem os crimes de dano.	Dano: Prejuízo ou estrago material.	Incêndio	Crime de dano.
	Esbulho possessório Nesta subcategoria estão os documentos de inquéritos policiais que abrangem os crimes de esbulho possessório.	Esbulho possessório: É a retirada forçada do bem de seu legítimo possuidor, que pode se dar violenta ou clandestinamente.	Apropriação indébita; Roubo.	Crime de dano.
	Estelionato Nesta subcategoria estão os documentos de inquéritos policiais que abrangem os crimes de estelionato.	Estelionato: Obtenção de vantagens em proveito próprio por fraude ou logro.	Fraude; Roubo; Furto.	Crime plurissubsistente
	Extorsão Nesta subcategoria estão os	Extorsão: Ato de extorquir, de retirar alguma	Chantagear Ameaçar; Concussão	Crime plurissubsistente

	documentos de inquéritos policiais que abrangem os crimes de extorsão.	coisa de alguém através de violência, chantagem, ameaça.		
	Furto Nesta subcategoria estão os documentos de inquéritos policiais que abrangem os crimes de furto.	Furtar: É apropriar-se de algo que não nos pertence.	Estelionato; Roubar;	Crime simples.
	Porte de arma Nesta subcategoria estão os documentos de inquéritos policiais que abrangem os crimes de porte de arma.	Portar arma de fogo: É manter sob guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar	Receptação.	Crime de obstáculo.
	Receptação Nesta subcategoria estão os documentos de inquéritos policiais que abrangem os crimes de receptação.	Receptar: Ato de guardar coisa roubada.	Roubar Apropriação indébita; Contrabando.	Crime contra o patrimônio.
	Roubo Nesta subcategoria estão os documentos de inquéritos policiais que abrangem os crimes de roubo.	Roubar: Apropria-se de algo que não é seu.	Apropriação indébita; Furtar; Receptar.	Crimes materiais.
	Tráfico de drogas	Traficar:	Receptação	Crime de perigo.

	Nesta subcategoria estão os documentos de inquéritos policiais que abrangem os crimes de tráfico de drogas.	É praticar negócio clandestino, fraudulento, ilícito, ilegal.		
	Posse de entorpecente Nesta subcategoria estão os documentos de inquéritos policiais que abrangem os crimes de posse de entorpecente.	Posse de entorpecente: Adquirir, guardar ou trazer consigo, para o uso próprio.		Crime de perigo
	Violação de domicílio Nesta subcategoria estão os documentos de inquéritos policiais que abrangem os crimes de violação de domicílio.	Invasão domiciliar: É a pessoa que entra ou permanece no domicílio de outrem de forma clandestina, contra a vontade ou sem a autorização de seu proprietário ou ocupante legítimo.	Invadir; Apropriação indébita; Abuso de autoridade	Crimes de mera conduta
Crimes contra a Dignidade Sexual	Estupro Nesta subcategoria estão os documentos de inquéritos policiais que abrangem os crimes de estupro.	Estuprar: Ato de obrigar alguém a ter relações sexuais sem a vontade concedida.	Coagir; Ameaçar; Constranger; Atentado ao pudor; Lesão Corporal.	Este termo aparece em crime principal.
	Atentado ao pudor	Ato obsceno:	Estupro; Sedução.	Crime contra os costumes.

	Nesta subcategoria estão os documentos de inquéritos policiais que abrangem os crimes de atentado ao pudor.	Ato sexual diferente da cópula.		
	Sedução Nesta subcategoria estão os documentos de inquéritos policiais que abrangem os crimes de sedução.	Seduzir: Induzir ao erro por meio de astúcias; levar a praticar crimes ou atos graves, iludindo ou acenando com promessas.	Estupro; Atentado ao pudor.	Crimes sexuais contra vulneráveis.
	Ato obsceno Nesta subcategoria estão os documentos de inquéritos policiais que abrangem os crimes de ato obsceno.	Praticar ato obsceno: É praticar uma ação de cunho sexual que ofende o pudor (a moral) da sociedade.	Atentado ao pudor.	Crime de fato transeunte (<i>delicta facti transeuntis</i>)
	Bigamia Nesta subcategoria estão os documentos de inquéritos policiais que abrangem os crimes de bigamia.	Adultério: É contrair alguém, sendo casado, novo casamento.	Sedução; Falsidade ideológica.	Crime plurissubsistente .
Crimes contra a Incolumidade Pública	Incêndio Nesta subcategoria estão os documentos de inquéritos policiais que abrangem os	Incendiar: É o ato de causar incêndio, expondo a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem.	Dano	Crime de dano

	crimes de incêndio.			
Crimes contra a Fé Pública	Falsificar documento Nesta subcategoria estão os documentos de inquéritos policiais que abrangem os crimes de falsificar documentos.	Falsificar: É o ato de falsificar documentos, fabricando-os ou alterando-os	Estelionato; Falsa identidade; Falsidade ideológica.	Crime remetido
	Falsidade ideológica Nesta subcategoria estão os documentos de inquéritos policiais que abrangem os crimes de falsidade ideológica.	Falsidade ideológica: É omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.	Estelionato; Falsificar documento.	Crime de dano
	Falsa identidade Nesta subcategoria estão os documentos de inquéritos policiais que abrangem os crimes de falsa identidade.	Falsificar identidade: É atribuir-se ou atribuir a terceira falsa identidade para obter vantagem, em proveito próprio ou alheio, ou para causar dano a outrem.	Estelionato; Falsidade ideológica; Falsificar documento.	Crime de dano
	Peculato	Peculato:	Roubo;	Crime funcional

Crimes contra a Administração Pública	Nesta subcategoria estão os documentos de inquéritos policiais que abrangem os crimes de peculato.	É o delito praticado por funcionário público. Quando o funcionário aproveita o acesso que tem a dinheiro ou valores públicos e tira proveito dessa "acessibilidade" para roubar ou desviar dinheiro público.	Apropriação indébita.	
	Concussão Nesta subcategoria estão os documentos de inquéritos policiais que abrangem os crimes de concussão.	Concussão: É exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.	Chantagem; Peculato.	Crime Inominado
	Corrupção ativa Nesta subcategoria estão os documentos de inquéritos policiais que abrangem os crimes de corrupção ativa.	Corrupção ativa: É oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.	Prevaricação; Corrupção passiva.	Crimes praticados por funcionários públicos
	Corrupção passiva Nesta subcategoria estão os documentos de inquéritos policiais que abrangem os crimes de corrupção passiva.	Corrupção passiva: É o crime cometido por funcionário público que, em razão de sua função, ainda que fora dela ou antes de assumi-la, solicita ou recebe, para si ou para outrem, vantagem indevida, ou aceita promessa de tal vantagem.	Prevaricação; Corrupção ativa.	Crimes praticados por funcionários públicos

	<p>Contrabando Nesta subcategoria estão os documentos de inquéritos policiais que abrangem os crimes de contrabando.</p>	<p>Contrabandear: Fazer contrabando, vender clandestinamente .</p>	<p>Receptação; Furto.</p>	<p>Crimes contra a ordem tributária.</p>
	<p>Prevaricação Nesta subcategoria estão os documentos de inquéritos policiais que abrangem os crimes de prevaricação.</p>	<p>Prevaricação: É retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.</p>	<p>Corrupção ativa; Corrupção passiva.</p>	<p>Crimes praticados por funcionários públicos</p>
	<p>Abandono de função Nesta subcategoria estão os documentos de inquéritos policiais que abrangem os crimes de abandono de função.</p>	<p>Abandonar função: É o ato de abandonar cargo público, fora dos casos permitidos em lei.</p>	<p>Corrupção ativa; Prevaricação.</p>	<p>Crimes praticados por funcionários públicos</p>
	<p>Resistência Nesta subcategoria estão os documentos de inquéritos policiais que abrangem os crimes de resistência.</p>	<p>Resistência: É opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio.</p>	<p>Desobediência ; Ameaça; Desacato.</p>	<p>Crimes contra a Administração Pública.</p>
	<p>Desobediência Nesta subcategoria estão os documentos de inquéritos policiais que</p>	<p>Desobedecer: É ato de desobedecer a ordem legal de funcionário público.</p>	<p>Desacato; Resistência;</p>	<p>Crime de menor potencial ofensivo</p>

	abrangem os crimes de desobediência.			
	Desacato Nesta subcategoria estão os documentos de inquéritos policiais que abrangem os crimes de desacato.	Desacatar: É ato de desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela.	Desobediência ; Resistência.	Crime comum
	Abuso de poder Nesta subcategoria estão os documentos de inquéritos policiais que abrangem os crimes de abuso de poder.	Abuso de poder: É a violação dos direitos e infringir os interesses de organizações e cidadãos, da sociedade e do Estado.	Corrupção passiva; Ameaça.	Crimes praticados por funcionários públicos

Fonte: Elaborado pela autora, com base na Série Inquéritos Policiais (2022)

Nesse parâmetro, a taxonomia foi o instrumento escolhido para atender à demanda de maneira sucinta ao classificar as informações contidas na Série Inquéritos Policiais, o que auxilia na representação e na relação dos conceitos por meio de um sistema de Organização do Conhecimento.

O outro momento, foi transferir os termos classificados para o *Software THESA*, para construção efetiva do tesauro.

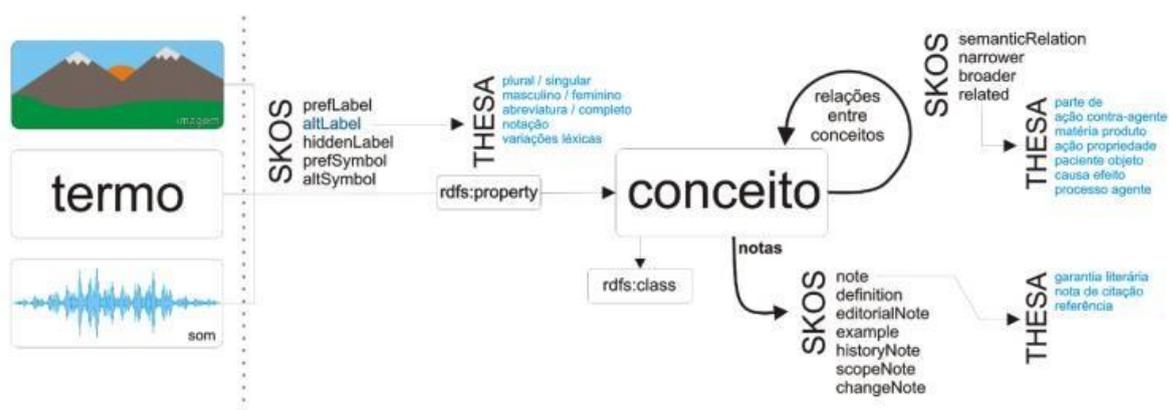
6.1 THESAURO SEMÂNTICO APLICADO (THESA)

O THESA é um *software* gratuito, funciona em ambiente *Web*, foi desenvolvido como um instrumento para os estudantes de graduação de biblioteconomia na disciplina de Linguagens Documentárias para a elaboração de tesouros, a fim de reduzir o trabalho operacional e priorizar o trabalho cognitivo e conceitual referente a modelagem do domínio. (GABRIEL JUNIOR; LAIPELT, 2017)

A escolha deste *software*, se fez pela sua estrutura que é baseada na concepção das relações entre os conceitos, ou seja, nele o conceito pode ser representado por um termo, uma imagem, um som, um *link* ou qualquer outra forma que possa ser explicitada, como descreve seus produtores.

O THESA apresenta também, especificidades como “parte de”, “causa efeito”, “ação propriedade” e outras que geram relações semânticas entre conceitos. A figura 08 mostra a estrutura do THESA:

Figura 08 - Modelo da estrutura do THESA



Fonte: Gabriel Junior & Laipelt (2017)

O THESA pode ser acessado no endereço <http://www.ufrgs.br/tesauros>, e baixado no GitHub em <https://github.com/ReneFGJr/Thesa>.

Figura 09 – Interface do THESA

THESA
Tesouro Semântico Aplicado

Apresentação do Thesa

O Thesa foi desenvolvido objetivando disponibilizar um instrumento para os estudantes de graduação de biblioteconomia na disciplina de Linguagens Documentárias para a elaboração de tesouros, de modo que possibilite reduzir o trabalho operacional e dar maior atenção ao trabalho de desenvolvimento cognitivo e conceitual referente a modelagem do domínio.

Como norteador do aplicativo, baseou-se nas normas ISO e NISO vigentes, de forma a compatibilizar suas diretrizes com os requisitos semânticos, prementes nas novas demandas dos SOCs. Com base na literatura disponível, nas normas de construção de tesouros da ISO e NISO foram identificados os elementos necessários para o desenvolvimento do protótipo, principalmente na que tange ao levantamento das propriedades de ligação entre os conceitos.

A estrutura do Thesa é baseada na concepção das relações entre os conceitos, partindo do pressuposto que um conceito pode ser representado por um termo, uma imagem, um som, um link ou qualquer outra forma que possa ser explicitada. Nessa abordagem, o conceito é perene, enquanto a sua representação pode variar conforme o contexto histórico ou social, sendo definida uma forma preferencial, e inúmeras formas alternativas e ocultas.

Como citar: GABRIEL JUNIOR, R. F.; LAIPELT, R. C. Thesa: ferramenta para construção do tesouro semântico aplicado interoperável. *Revista P2P & Inovação*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p.124- 143, Mar./Set. 2017.

TH abertos

Meus tesouros

Tesouros: 444

Conceitos: 29.314

Termos: 49.802

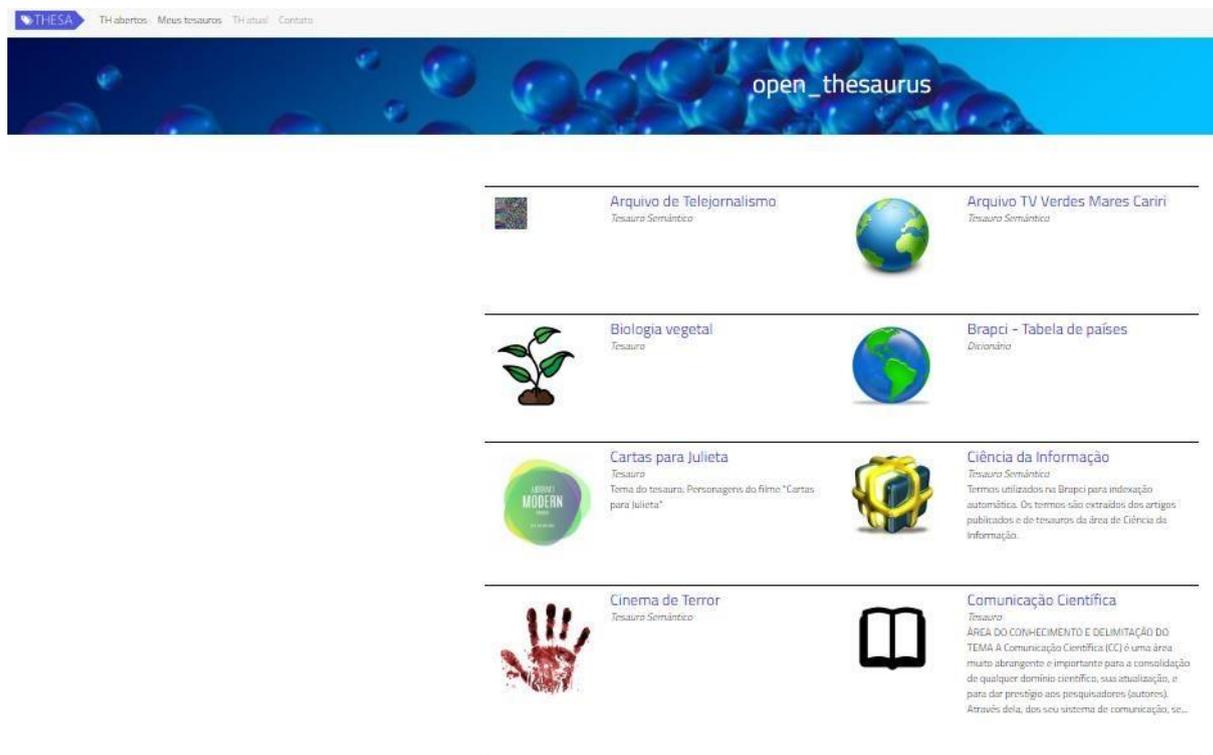
Fonte: [Thesa - Tesouro Semântico Aplicado \(ufrgs.br\)](https://ufrgs.br)

A versão 0.20.05.18 do THESA, é possível criar um número ilimitado de tesouros, ou seja, tem uma concepção de múltiplos tesouros e os usuários desses tesouros, podem configurá-lo para uso público ou privado. (GABRIEL JUNIOR; LAIPELT, 2017)

Além do mais, o THESA tem como base as normas internacionais de construção de tesouros da ISO e NISO vigentes, assim como, as diretrizes e os requisitos semânticos dos SOCs e da *Web Semântica*.

Até a data de 08 de maio de 2022 é indicado na interface da página do THESA o quantitativo da elaboração e criação de 445 tesouros, 29.390 conceitos, 49.835 termos. Na página é possível acessar 54 Tesouros Abertos, entre tesouro, tesouro semântico, glossário, dicionário, controle de autoridade de pessoas e instituições e ontologia.

Figura 10 – Tesouros Abertos



Fonte: [Thesa - Tesouro Semântico Aplicado \(ufrgs.br\)](http://Thesa - Tesouro Semântico Aplicado (ufrgs.br))

Os organizadores destacam que o Thesa é um *open source* (código aberto), podendo ser modificado ou aperfeiçoado, desde que mantendo os créditos, e ainda aceita contribuições de melhoramentos pela comunidade.

Figura 11 – Tesouro de Ciência da Informação

The screenshot shows the web interface of the Thesa system. At the top, there is a navigation bar with 'THESA' and links for 'TH abertos', 'Meus tesouros', 'TH atual', and 'Contato'. Below this is a large banner image of a modern building with the title 'Ciência da Informação' and the URL 'thesa.th.ufrgs.br/ciencia-da-informacao'. The banner also displays 'Language: Português (Brasil)', 'created: 07/02/2018', 'updated: 17/06/2022', and a URL: 'https://www.ufrgs.br/tesouros/index.php/thesa/termo/64'. Below the banner is a navigation menu with 'Home', 'Configurações', and 'Ferramentas'. A search bar contains 'buscar termos' and a 'pesquisar' button. Below the search bar is a grid of letters from A to Z, with 'todas' selected. Below the grid are export options: 'Export_to: .xml .csv .txt .rdf .json .skos .pdf'. On the right side, there are statistics: 'termos 1705' and 'conceitos 1509'. The main content area is titled 'Ciência da Informação' and lists authors: 'Rene F. Gabriel Junior, Biana Maduell, Rita Laipelt'. It includes sections for 'Introdução' (with sub-link 'Introdução ao tesouro'), 'Metodologia' (with sub-link 'metodologia'), 'Público alvo' (with sub-link 'Publico alvo'), and 'Licença de uso' (with a Creative Commons BY license icon and text: 'Este trabalho está licenciado com uma Licença: Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.').

Fonte: [Thesa - Tesouro Semântico Aplicado \(ufrgs.br\)](https://thesa.ufrgs.br/)

O THESA tem a função de elaborar grafos que são as representações visuais das relações existentes, o que gera automaticamente o mapa conceitual das relações entre termos, apresentado na **Figura 12**:

Figura 12 – Grafos no THESA

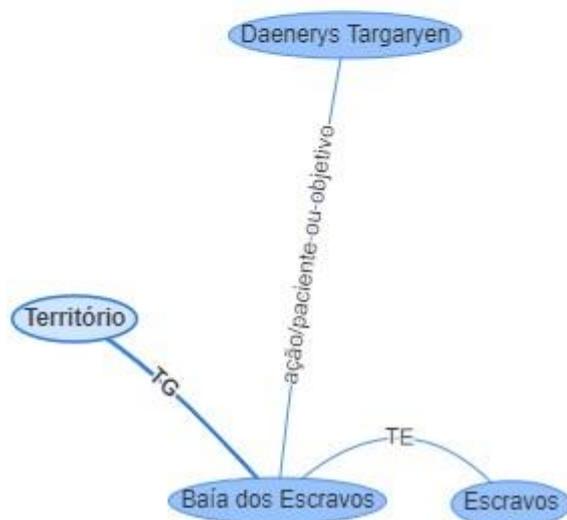
Baía dos Escravos (por)

<https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/25760>

TG: Território (por)

TE: Escravos (por)

TR (ação/paciente ou objetivo): Daenerys Targaryen (por)



Fonte: [Thesa - Tesouro Semântico Aplicado \(ufrgs.br\)](https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/25760)

6.2 Microtesouro da Série Inquéritos Policiais.

O propósito de elaborar o Tesouro da Série Inquéritos Policiais, refere-se na sistematização dos termos e da informação, além de preservar e conservar a documentação física do Arquivo Público do Estado do Pará, pois se trata de documentos específicos de cunho jurídico-administrativo do permanente e que datam do final do período da Ditadura Militar no Brasil, ou seja, inclui documentos da Delegacia de Ordem Política e Social - DOPS.

A elaboração do tesouro foi dividida em duas partes: Primeira: criação de uma tabela de taxonomia com 45 termos utilizados nos documentos da Série Inquéritos Policiais. Cada termo, corresponde respectivamente, a um tipo de

crime que consta no Código Penal Brasileiro – CPB (1940) ou na Lei de Contravenções Penais – LCP (1941).

A tabela de taxonomia foi dividida em: categorias; termo geral; termo específico e termo relacionado. Por se tratar de uma documentação específica de segurança pública, os conceitos também foram pré-definidos, de acordo, com a relação do respectivo Artigo no CPB ou da LCP.

O THESA apresenta um formulário para preencher as características do novo tesouro como: introdução, público alvo, metodologia, idioma preferencial, tipo e o acesso. Depois de preenchido, basta salvar. A **Figura 13**, mostra o modelo:

Figura 13 – Meus tesouros

THESA TH abertos Meus tesouros TH atual Contato Português ▾ ADRIANA CARLA RIBEIRO DOS SANTOS ▾

Série Inquéritos Policiais
 Thesa/Inq/TH Inq Inquéritos Policiais
 Idioma: Português (Brazil) Criado em: 26/03/2022 Salvo em: 07/05/2022
<https://www.ufpr.br/thesaurus/thesaurus.php?th=sa%2FInq%2F425>

Home Configurações ▾ Ferramentas ▾ adicionar termo buscar termos pesquisar

Thesaurus

Nome do tesouro * Nome do tesouro

Descrição do vocabulário / tesouro

Descrição do vocabulário / tesouro

Introdução

Público alvo Público em geral

Metodologia
 A segunda parte foi transferir para o software thesa, os dados da tabela de taxonomia.

Idioma preferencial * Português (Brazil) ▾

Multi-idioma

Tipo * :select an option: ▾

Acesso * :select an option: ▾

salvar

Ícone alter_ícone

authors

#	Nome do usuário	e-mail
1	ADRIANA CARLA RIBEIRO DOS SANTOS	sadriana Carla@yahoo.com.br

Fonte: [Thesa - Tesouro Série Inquéritos Policiais \(ufpr.br\)](https://thesa.ufpr.br)

Imagem 14 – Tesouro Série Inquéritos Policiais

Fonte: [Thesa - Tesouro Série Inquéritos Policiais \(ufrgs.br\)](http://Thesa - Tesouro Série Inquéritos Policiais (ufrgs.br))



A segunda parte foi transferir para o *software* THESA, os termos selecionados da tabela de taxonomia para inserção de novos termos, como mostra a **Figura 15**:

Figura 15 - Termos da Série Inquéritos Policiais

THESA TH abertos Meus tesouros TH atual Contato Português ▾ ADRIANA CARLA RIBEIRO DOS SANTOS ▾

Série Inquéritos Policiais

Thesa:th/42/Série Inquéritos Policiais

language: Portuguese (Brazil) created: 26/03/2022 updated: 04/04/2022 <https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/terms/425>

Home Configurações ▾ Ferramentas ▾ adicionar termo

buscar termos pesquisar

Inserção de novos termos

termos *

Qualificação dos termos

idioma * Portuguese (Brazil)

Forçar caixa baixa dos termos

salvar

Ajuda

O termo é uma palavras simples ou composta que será utilizada para representar uma conceito.\n\nUtilise o ponto e virgula (;) para separa os novos termos, ou insira um em cada linha. Pode-se inserir uma sequencias de termos em um idioma específico.

Fonte: [Thesa - Tesouro Série Inquéritos Policiais \(ufrgs.br\)](https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/terms/425)

Após a inserção de todos os termos é gerado uma tabela por ordem alfabética:

Figura 16 - Tabela dos termos do tesouro

THESA TH abertos Meus tesouros TH atual Contato Português ADRIANA CARLA RIBEIRO DOS SANTOS

Série Inquéritos Policiais

Português (Brasil) 26/03/2022 04/04/2022 https://www.ufpr.br/tesouro/series/inq-pol/thesa/termos/26132

Home Configurações Ferramentas adicionar termo buscar termos pesquisar

Page 1 filtro: filtrar in: ft_value

valor	ultima
Abandono de função	por
Abandono de incapaz	por
Abuso de poder	por
Ameaça	por
Apropriação indébita	por
Atentado ao pudor	por
Ato obsceno	por
Bigamia	por
Calúnia	por
Chantagem	por
Concussão	por
Constranger alguém	por
Contrabando	por
Corrupção ativa	por
Corrupção passiva	por
Dano	por
Desacato	por
Desobediência	por
Difamação	por
Estelionato	por
Estupro	por
Extorsão	por
Falsa identidade	por
Falsidade ideológica	por
Falsificar documentos	por
Furto	por
Homicídio culposo	por
Homicídio doloso	por
Incêndio	por

Total 43 de registros

Fonte: [Thesa - Tesouro Série Inquéritos Policiais \(ufrgs.br\)](https://www.ufpr.br/tesouro/series/inq-pol/thesa/termos/26132)

O Tesouro Série Inquéritos Policiais está sendo elaborado para um público em geral, porém editado com acesso restrito até sua fase final. Até o momento, os 45 descritores apresentam: o Termo Relacionado TR, Definição do Conceito, Nota de escopo/nota de aplicação e um respectivo Grafo. Tais elementos não tiveram nenhuma complicação para serem compilados no software THESA. Segue a visualização dos 45 descritores no THESA:

Figura 17 - Descritor 01: Abandono de função

Abandono de função ^(por)

editar

<https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28795>

TR ^(afinidade); Desobediência ^(por)

TR ^(causa/efeito); Prevaricação ^(por)

Definição do conceito

Abandono de função é o ato de abandonar cargo público, fora dos casos permitidos em lei.

Nota de escopo / nota de aplicação

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Art: 323. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.



Fonte: [Thesa - Tesouro Série Inquéritos Policiais \(ufrgs.br\)](https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28795)

Figura 18 - Descritor 02: Abandono de Incapaz

Abandono de Incapaz ^(por)

<https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28743>

TR ^(causa/efeito): Maus tratos^(por)

TR ^(causa/efeito): Lesão corporal^(por)

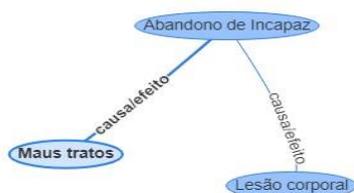
editar

Definição do conceito

Abandono de incapaz é o ato de abandonar pessoa que está sob seu cuidado, guarda, vigilância ou autoridade, e, por qualquer motivo, incapaz de defender-se dos riscos resultantes do abandono.

Nota de escopo / nota de aplicação

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Art: 133. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.



Fonte: [Thesa - Tesouro Série Inquéritos Policiais \(ufrgs.br\)](https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28743)

Figura 19 - Descritor 03: Abuso de poder

Abuso de poder ^(por)

<https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28740>

TR ^(causa/efeito): Constranger alguém^(por)

editar

Definição do conceito

Abuso de poder é a violação dos direitos e infringir os interesses de organizações e cidadãos, da sociedade e do Estado.

Nota de escopo / nota de aplicação

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Art.: 286. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.



Fonte: [Thesa - Tesouro Série Inquéritos Policiais \(ufrgs.br\)](https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28740)

Figura 20 - Descritor 04: Ameaça

Ameaça (por)

editar

<https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/o/28741>

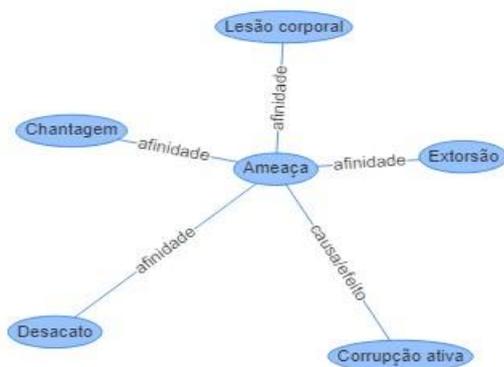
TR (afinidade): Chantagem^(por)
 TR (causa/efeito): Corrupção ativa^(por)
 TR (afinidade): Desacato^(por)
 TR (afinidade): Extorsão^(por)
 TR (afinidade): Lesão corporal^(por)

Definição do conceito

Ameaça é o ato de ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave.

Nota de escopo / nota de aplicação

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Art: 147. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.



Fonte: [Thesa - Tesouro Série Inquéritos Policiais \(ufrgs.br\)](https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/o/28741)

Figura 21 - Descritor 05: Apropriação indébita

Apropriação indébita (por)

editar

<https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28784>

TR (afinidade); Esbulho possessório(por)

TR (afinidade); Peculato(por)

TR (causa/efeito); Corrupção passiva(por)

TR (afinidade); Furto(por)

TR (afinidade); Roubo(por)

Definição do conceito

Apropriação indébita é o ato de apropriar-se de coisa alheia móvel, de que tem a posse ou a detenção.

Nota de escopo / nota de aplicação

BRASIL Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Art. 168. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.



Fonte: [Thesa - Tesouro Série Inquéritos Policiais \(ufrgs.br\)](https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28784)

Figura 22 - Descritor 06: Atentado ao pudor

Atentado ao pudor (por)

[editar](#)

<https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28744>

TR (afinidade): Ato obsceno^(por)

TR (afinidade): Estupro^(por)

TR (afinidade): Sedução^(por)

Definição do conceito

Atentado ao pudor é constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso.

Nota de escopo / nota de aplicação

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Art.: 217 A. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.



Fonte: [Thesa - Tesouro Série Inquéritos Policiais \(ufrgs.br\)](#)

Figura 23 - Descritor 07: Ato obsceno

Ato obsceno (por)

[editar](#)

<https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28745>

TR (afinidade): Sedução^(por)

TR (afinidade): Atentado ao pudor^(por)

TR (afinidade): Constranger alguém^(por)

Definição do conceito

Ato obsceno é praticar obscenidade em lugar público, ou aberto ou exposto ao público.

Nota de escopo / nota de aplicação

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Art.: 233. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.



Fonte: [Thesa - Tesouro Série Inquéritos Policiais \(ufrgs.br\)](#)

Figura 24 - Descritor 08: Bigamia

Bigamia (por)

editar

<https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28748>

TR (afinidade); Falsidade ideológica^(por)

Definição do conceito

Bigamia é contrair alguém, sendo casado, novo casamento.

Nota de escopo / nota de aplicação

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Art.: 235. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.



Fonte: [Thesa - Tesouro Série Inquéritos Policiais \(ufrgs.br\)](https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28748)

Figura 25 - Descritor 09: Calúnia

Calúnia (por)

editar

<https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28747>

TR (afinidade); Difamação^(por)

TR (afinidade); Constranger alguém^(por)

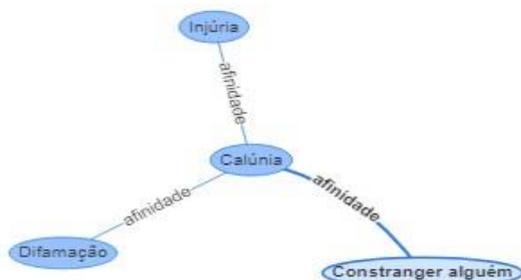
TR (afinidade); Injúria^(por)

Definição do conceito

Calúnia é o ato de caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime.

Nota de escopo / nota de aplicação

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Art.: 138. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.



Fonte: [Thesa - Tesouro Série Inquéritos Policiais \(ufrgs.br\)](https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28747)

Figura 26 - Descritor 10: Chantagem

Chantagem (por)

<https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28748>

TR (afinidade): Extorsão^(por)
TR (afinidade): Ameaça^(por)

[editar](#)

Definição do conceito

Definição do conceito
Chantagem é solicitar ou receber dinheiro ou qualquer outra utilidade, a pretexto de influir em juiz, jurado, órgão do Ministério Público, funcionário de justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha.

Nota de escopo / nota de aplicação
BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Art.: 158. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.



```

graph TD
    Chantagem ---|afinidade| Extorsão
    Chantagem ---|afinidade| Ameaça
  
```

Fonte: [Thesa - Tesouro Série Inquéritos Policiais \(ufrgs.br\)](https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28748)

Figura 27- Descritor 11: Concussão

Concussão (por)

<https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28749>

TR (causa/efeito): Corrupção ativa^(por)

[editar](#)

Definição do conceito
Concussão é exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.

Nota de escopo / nota de aplicação
BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Art.: 316. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.



```

graph TD
    Concussão ---|causa/efeito| Corrupção_ativa[Corrupção ativa]
  
```

Fonte: [Thesa - Tesouro Série Inquéritos Policiais \(ufrgs.br\)](https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28749)

Figura 28 - Descritor 12: Constranger alguém

Constranger alguém (por)

editar

<https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28750>

TR (causa/efeito): Abuso de poder^(por)
 TR (afinidade): Ato obsceno^(por)
 TR (afinidade): Calúnia^(por)
 TR (afinidade): Difamação^(por)
 TR (afinidade): Injúria^(por)
 TR (afinidade): Sedução^(por)
 TR (afinidade): Sequestro^(por)
 TR (causa/efeito): Lesão corpora^(por)

Definição do conceito

Constranger alguém é o ato de constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, ou depois de lhe haver reduzido, por qualquer outro meio, a capacidade de resistência, a não fazer o que a lei permite, ou a fazer o que ela não manda.

Nota de escopo / nota de aplicação

BRASIL Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Art.: 146. Diário Oficial da União,
 Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.



Fonte: [Thesa - Tesouro Série Inquéritos Policiais \(ufrgs.br\)](https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28750)

Figura 29 - Descritor 13: Contrabando

Contrabando (por)

editar

<https://www.ufrgs.br/thesaurus/index.php/thesa/c/28751>

TR (afinidade): Porte de arma^(por)

TR (afinidade): Receptação^(por)

TR (causa/efeito): Roubo^(por)

TR (afinidade): Tráfico de drogas^(por)

Definição do conceito

Contrabando é importar ou exportar mercadoria proibida.

Nota de escopo / nota de aplicação

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Art.: 334. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.



Fonte: [Thesa - Tesouro Série Inquéritos Policiais \(ufrgs.br\)](https://www.ufrgs.br/thesaurus/index.php/thesa/c/28751)

Figura 30 - Descritor 14: Corrupção ativa

Corrupção ativa ^(por)

editar

<https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28752>

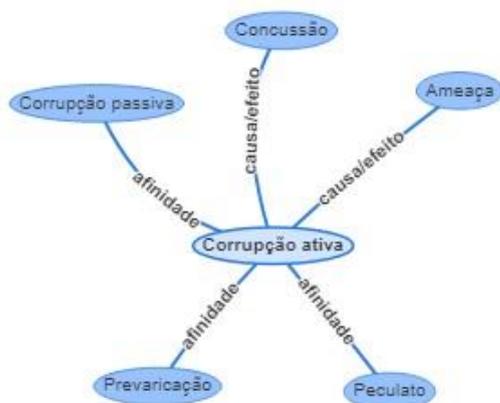
TR (causa/efeito); Concussão^(por)

TR (afinidade); Corrupção passiva^(por)

TR (afinidade); Peculato^(por)

TR (afinidade); Prevaricação^(por)

TR (causa/efeito); Ameaça^(por)



Definição do conceito

Corrupção ativa é oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.

Nota de escopo / nota de aplicação

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Art.: 337 B. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

Fonte: [Thesa - Tesouro Série Inquéritos Policiais \(ufrgs.br\)](https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28752)

Figura 31 - Descritor 15: Corrupção passiva

Corrupção passiva (por)

[editar](#)

<https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28785>

TR (causa/efeito): Apropriação indébita^(por)

TR (afinidade): Corrupção ativa^(por)



Definição do conceito

Corrupção passiva é o crime cometido por funcionário público que, em razão de sua função, ainda que fora dela ou antes de assumi-la, solicita ou recebe, para si ou para outrem, vantagem indevida, ou aceita promessa de tal vantagem.

Nota de escopo / nota de aplicação

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Art.: 317. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

Fonte: [Thesa - Tesouro Série Inquéritos Policiais \(ufrgs.br\)](http://thesa.ufrgs.br)

Figura 32 - Descritor 16: Dano

Dano (por)

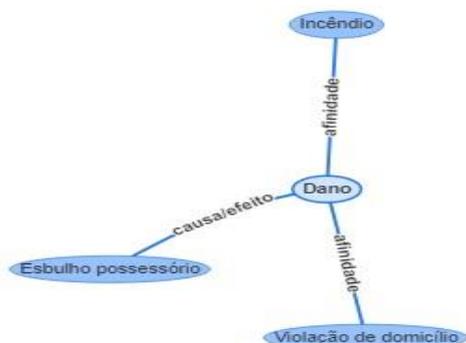
[editar](#)

<https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28754>

TR (causa/efeito): Esbulho possessório^(por)

TR (afinidade): Incêndio^(por)

TR (afinidade): Violação de domicílio^(por)



Definição do conceito

Dano é destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia.

Nota de escopo / nota de aplicação

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Art.: 163. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

Fonte: [Thesa - Tesouro Série Inquéritos Policiais \(ufrgs.br\)](http://thesa.ufrgs.br)

Figura 33 - Descritor 17: Desacato

Desacato ^(por)

[editar](#)

<https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28755>

TR (afinidade): Resistência^(por)

TR (afinidade): Ameaça^(por)

TR (afinidade): Desobediência^(por)

Definição do conceito

Desacato é ato de desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela.

Nota de escopo / nota de aplicação

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Ar.: 331. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.



Fonte: [Thesa - Tesouro Série Inquéritos Policiais \(ufrgs.br\)](#)

Figura 34 - Descritor 18: Desobediência

Desobediência ^(por)

[editar](#)

<https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28756>

TR (afinidade): Abandono de função^(por)

TR (afinidade): Desacato^(por)

TR (afinidade): Resistência^(por)

Definição do conceito

Desobediência é ato de desobedecer a ordem legal de funcionário público.

Nota de escopo / nota de aplicação

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Art.: 330. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.



Fonte: [Thesa - Tesouro Série Inquéritos Policiais \(ufrgs.br\)](#)

Figura 35 - Descritor 19: Difamação

Difamação ^(por)

editar

<https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28757>

TR (afinidade): Calúnia^(por)

TR (afinidade): Constranger alguém^(por)

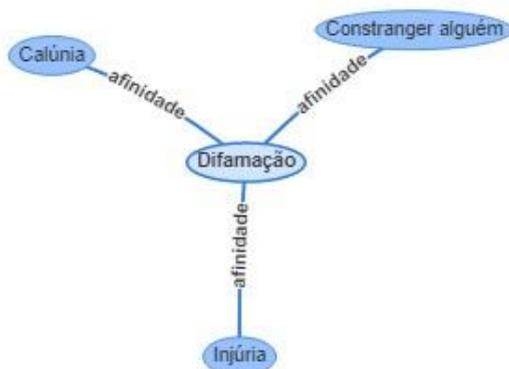
TR (afinidade): Injúria^(por)

Definição do conceito

Difamação é difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo a sua reputação.

Nota de escopo / nota de aplicação

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Art.: 139. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.



Fonte: [Thesa - Tesouro Série Inquéritos Policiais \(ufrgs.br\)](https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28757)

Figura 36 - Descritor 20: Esbulho possessório

Esbulho possessório ^(por)

editar

<https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28758>

TR (afinidade): Apropriação indébita^(por)

TR (causa/efeito): Dano^(por)

TR (afinidade): Violação de domicílio^(por)



Definição do conceito

Invade, com violência a pessoa ou grave ameaça, ou mediante concurso de mais de duas pessoas, terreno ou edifício alheio, para o fim de esbulho possessório.

Nota de escopo / nota de aplicação

BRASIL Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Art.: 161. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

Fonte: [Thesa - Tesouro Série Inquéritos Policiais \(ufrgs.br\)](https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28758)

Figura 37 - Descritor 21: Estelionato

Estelionato (por)

editar

<https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28759>

TR (causa/efeito): Falsa identidade^(por)

TR (afinidade): Peculato^(por)

TR (afinidade): Falsificar documentos^(por)

TR (afinidade): Furto^(por)



Definição do conceito

Estelionato é obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.

Nota de escopo / nota de aplicação

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Art.: 171. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

Fonte: [Thesa - Tesouro Série Inquéritos Policiais \(ufrgs.br\)](https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28759)

Figura 38 - Descritor 22: Estupro

Estupro ^(por)

editar

<https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28760>

TR (afinidade): Sedução^(por)

TR (afinidade): Atentado ao pudor^(por)

TR (causa/efeito): Lesão corporal^(por)



Definição do conceito

Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso.

Nota de escopo / nota de aplicação

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Art.: 213. Diário Oficial da União,

Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

Nota de escopo / nota de aplicação

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Art.: 213. Diário Oficial da União,

Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

Fonte: [Thesa - Tesouro Série Inquéritos Policiais \(ufrgs.br\)](https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28760)

Figura 39 - Descritor 23: Extorsão**Extorsão** (por)[editar](#)

<https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28761>

TR (afinidade): Ameaça^(por)

TR (afinidade): Chantagem^(por)

**Definição do conceito**

Extorsão é obter vantagem indevida e econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa.

Nota de escopo / nota de aplicação

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Art.: 158. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

Fonte: [Thesa - Tesouro Série Inquéritos Policiais \(ufrgs.br\)](https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28761)

Figura 40 - Descritor 24: Falsa identidade

Falsa identidade ^(por)

editar

<https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28762>

TR ^(afinidade): Falsidade ideológica^(por)

TR ^(causa/efeito): Estelionato^(por)

TR ^(afinidade): Falsificar documentos^(por)



Definição do conceito

Falsa identidade é atribuir-se ou atribuir a terceira falsa identidade para obter vantagem, em proveito próprio ou alheio, ou para causar dano a outrem.

Nota de escopo / nota de aplicação

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Art.: 307. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

Fonte: [Thesa - Tesouro Série Inquéritos Policiais \(ufrgs.br\)](https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28762)

Figura 41 - Descritor 25: Falsidade ideológica

Falsidade ideológica (por)

editar

<https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28763>

TR (afinidade); Bigamia^(por)

TR (afinidade); Falsa identidade^(por)



Definição do conceito

Falsidade ideológica é omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Nota de escopo / nota de aplicação

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Art.: 299. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

Fonte: [Thesa - Tesouro Série Inquéritos Policiais \(ufrgs.br\)](http://thesa.ufrgs.br)

Figura 42 - Descritor 26: Falsificar documentos

Falsificar documentos (por)

editar

<https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28764>

TR (afinidade); Estelionato^(por)

TR (afinidade); Falsa identidade^(por)



Definição do conceito

Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro.

Nota de escopo / nota de aplicação

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Art.: 297. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

Fonte: [Thesa - Tesouro Série Inquéritos Policiais \(ufrgs.br\)](http://thesa.ufrgs.br)

Figura 43 - Descritor 27: Furto

Furto ^(por)

editar

<https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28765>

TR (afinidade): Apropriação indébita^(por)

TR (afinidade): Estelionato^(por)

TR (afinidade): Peculato^(por)

TR (afinidade): Roubo^(por)

Definição do conceito

Furto é subtrair, para si ou outrem, coisa alheia móvel.

Nota de escopo / nota de aplicação

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Art.: 155. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.



Fonte: [Thesa - Tesouro Série Inquéritos Policiais \(ufrgs.br\)](https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28765)

Figura 44 - Descritor 28: Homicídio culposo

Homicídio culposo ^(por)

editar

<https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28766>

TR (afinidade): Homicídio doloso^(por)

TR (afinidade): Lesão corporal^(por)



Definição do conceito

Homicídio culposo é matar alguém, se o crime resulta de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício, ou se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima, não procura diminuir as consequências do seu ato, ou foge para evitar prisão em flagrante.

Nota de escopo / nota de aplicação

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Art.: 121. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

Fonte: [Thesa - Tesouro Série Inquéritos Policiais \(ufrgs.br\)](https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28766)

Figura 45 - Descritor 29: Homicídio doloso

Homicídio doloso ^(por)

editar

<https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/ci/28767>

TR ^(afinidade): Homicídio culposo ^(por)



Definição do conceito

Homicídio doloso é matar alguém, quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.

Definição do conceito

Homicídio doloso é matar alguém, quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.

Nota de escopo / nota de aplicação

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Art.: 121. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

Fonte: [Thesa - Tesouro Série Inquéritos Policiais \(ufrgs.br\)](https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/ci/28767)

Figura 46 - Descritor 30: Incêndio**Incêndio** (por)

<https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28768>

TR (afinidade), Dano (por)

editar

**Definição do conceito**

Incêndio é ato de causar incêndio, expondo a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem.

Nota de escopo / nota de aplicação

BRASIL Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Art.: 250. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

Fonte: [Thesa - Tesouro Série Inquéritos Policiais \(ufrgs.br\)](https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28768)

Figura 47- Descritor 31: Injúria

Injúria ^(por)

editar

<https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28769>

TR (afinidade): Calúnia^(por)

TR (afinidade): Difamação^(por)

TR (afinidade): Constranger alguém^(por)

Definição do conceito

Injúria é o ato de injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro.

Nota de escopo / nota de aplicação

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal, Art.: 140. Diário Oficial da União,

Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.



Fonte: [Thesa - Tesouro Série Inquéritos Policiais \(ufrgs.br\)](https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28769)

Figura 48 - Descritor 32: Lesão corporal

Lesão corporal ^(por)

editar

<https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28770>

TR ^(causa/efeito): Abandono de Incapaz ^(por)

TR ^(afinidade): Ameaça ^(por)

TR ^(causa/efeito): Constranger alguém ^(por)

TR ^(causa/efeito): Estupro ^(por)

TR ^(afinidade): Homicídio culposo ^(por)

TR ^(afinidade): Maus tratos ^(por)

TR ^(afinidade): Rixa ^(por)

TR ^(causa/efeito): Sedução ^(por)

Definição do conceito

Lesão corporal é ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem.

Nota de escopo / nota de aplicação

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Art.: 129. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.



Fonte: [Thesa - Tesouro Série Inquéritos Policiais \(ufrgs.br\)](https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28770)

Figura 49 - Descritor 33: Maus tratos

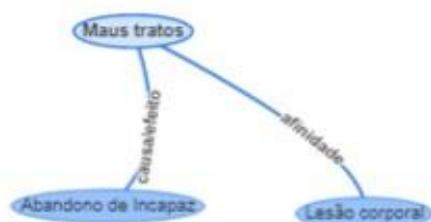
Maus tratos (por)

[editar](#)

<https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/29444>

TR (causa/efeito): Abandono de Incapaz^(por)

TR (afinidade): Lesão corporal^(por)



Definição do conceito

Maus tratos é expor a perigo a vida ou a saúde de pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia, quer privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado, quer abusando de meios de correção ou disciplina.

Nota de escopo / nota de aplicação

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Art.: 136. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

Fonte: [Thesa - Tesouro Série Inquéritos Policiais \(ufrgs.br\)](https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/29444)

Figura 50 - Descritor 34: Peculato

Peculato (por)

[editar](#)

<https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28772>

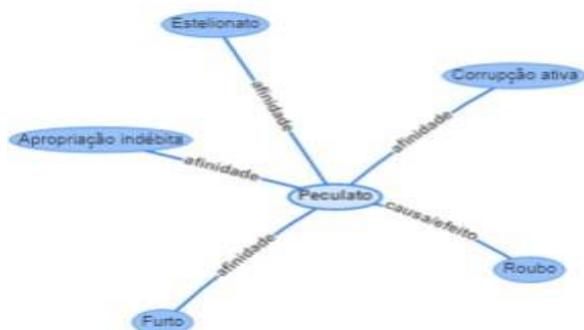
TR (afinidade): Apropriação indébita^(por)

TR (afinidade): Corrupção ativa^(por)

TR (afinidade): Estelionato^(por)

TR (afinidade): Furto^(por)

TR (causa/efeito): Roubo^(por)



Definição do conceito

Peculato é apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.

Nota de escopo / nota de aplicação

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Art.: 312. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

Fonte: [Thesa - Tesouro Série Inquéritos Policiais \(ufrgs.br\)](https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28772)

Figura 51 - Descritor 35: Porte de arma

Porte de arma (por)

editar

<https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28773>

TR (afinidade): Contrabando^(por)



Definição do conceito

Trazer consigo arma de casa ou de dependência desta, sem licença da autoridade.

Nota de escopo / nota de aplicação

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Art.: 19. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

Nota de escopo / nota de aplicação

Lei das Contravenções Penais - Decreto-lei 3688/41 | Decreto-lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941.

Fonte: [Thesa - Tesouro Série Inquéritos Policiais \(ufrgs.br\)](https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28773)

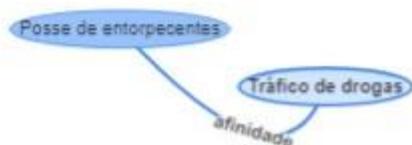
Figura 52 - Descritor 36: Posse de entorpecentes

Posse de entorpecentes ^(por)

editar

<https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28774>

TR ^(afinidade), Tráfico de drogas ^(por)



Definição do conceito

Posse de entorpecente é Adquirir, guardar ou trazer consigo para o uso próprio, substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

Nota de escopo / nota de aplicação

Lei das Contravenções Penais - Artigo: 28. Decreto-lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941

Fonte: [Thesa - Tesouro Série Inquéritos Policiais \(ufrgs.br\)](https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28774)

Figura 53 - Descritor 37: Prevaricação

Prevaricação (por)

editar

<https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28775>

TR (causa/efeito): Abandono de função^(por)

TR (afinidade): Corrupção ativa^(por)

Definição do conceito

Prevaricação é retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

Nota de escopo / nota de aplicação

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Art.: 319. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.



Fonte: [Thesa - Tesouro Série Inquéritos Policiais \(ufrgs.br\)](https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28775)

Figura 54 - Descritor 38: Receptação

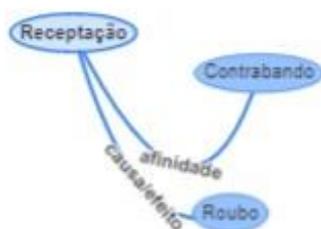
Receptação (por)

[editar](#)

<https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28776>

TR (afinidade): Contrabando (por)

TR (causa/efeito): Roubo (por)



Definição do conceito

Receptação é adquirir, receber, transportar, conduzir ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa-fé, a adquira, receba ou oculte.

Nota de escopo / nota de aplicação

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Art.: 180. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

Fonte: [Thesa - Tesouro Série Inquéritos Policiais \(ufrgs.br\)](#)

Figura 55 - Descritor 39: Resistência

Resistência (por)

[editar](#)

<https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28777>

TR (afinidade): Desacato (por)

TR (afinidade): Desobediência (por)



Definição do conceito

Resistência é opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio.

Nota de escopo / nota de aplicação

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Art.: 329. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

Fonte: [Thesa - Tesouro Série Inquéritos Policiais \(ufrgs.br\)](#)

Figura 56 - Descritor 40: Rixa

Rixa (por)

<https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28778>

TR ^(afinidade): Lesão corpora^(por)

editar

Definição do conceito

Participar de rixa, salvo para separar os contendores.

Nota de escopo / nota de aplicação

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Art.: 137. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

Nota de escopo / nota de aplicação

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Art.: 137. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.



Fonte: [Thesa - Tesouro Série Inquéritos Policiais \(ufrgs.br\)](https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28778)

Figura 57 - Descritor 41: Roubo

Roubo ^(por)

editar

<https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesaico/28779>

TR ^(afinidade): Apropriação indébita ^(por)

TR ^(causa/efeito): Contrabando ^(por)

TR ^(causa/efeito): Peculato ^(por)

TR ^(causa/efeito): Receptação ^(por)

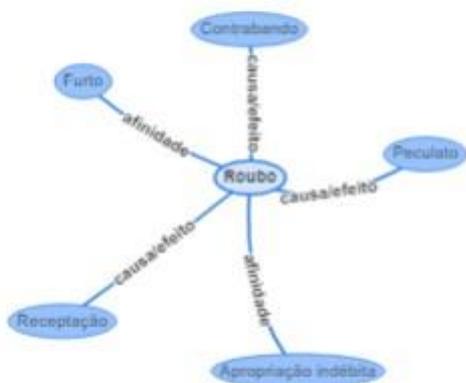
TR ^(afinidade): Furto ^(por)

Definição do conceito

Roubo é subtrair, para si ou outrem, coisa alheia, mediante violência, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência.

Nota de escopo / nota de aplicação

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Art.: 157. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.



Fonte: [Thesa - Tesouro Série Inquéritos Policiais \(ufrgs.br\)](https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesaico/28779)

Figura 58 - Descritor 42: Sedução

Sedução ^(por)

editar

<https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28780>

TR ^(afinidade): Atentado ao pudor^(por)

TR ^(afinidade): Ato obsceno^(por)

TR ^(afinidade): Constranger alguém^(por)

TR ^(afinidade): Estupro^(por)

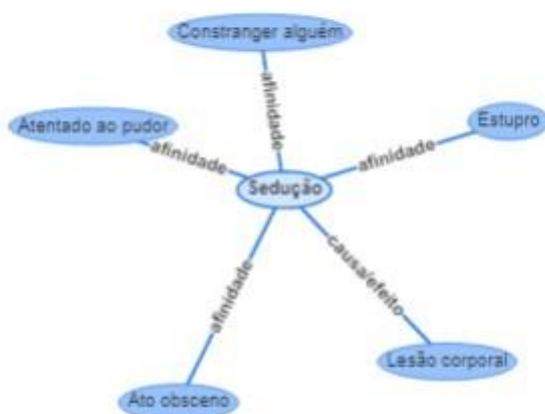
TR ^(causa/efeito): Lesão corporal^(por)

Definição do conceito

Sedução é "seduzir mulher virgem, menor de dezoito anos e maior de catorze, e ter com ela conjunção carnal, aproveitando-se de sua inexperiência ou justificável confiança".

Nota de escopo / nota de aplicação

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Art.: 217. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.



Fonte: [Thesa - Tesouro Série Inquéritos Policiais \(ufrgs.br\)](https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28780)

Figura 59 - Descritor 43: Sequestro

Sequestro ^(por)

<https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28781>

editar

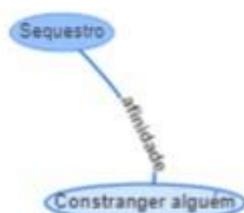
TR ^(afinidade): Constranger alguém^(por)

Definição do conceito

Sequestro é privar alguém de sua liberdade, mediante sequestro ou cárcere privado.

Nota de escopo / nota de aplicação

BRASIL Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Art.: 148. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.



Fonte: [Thesa - Tesouro Série Inquéritos Policiais \(ufrgs.br\)](https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28781)

Figura 60 - Descritor 44: Tráfico de drogas

Tráfico de drogas ^(por)

editar

<https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28782>

TR ^(afinidade): [Contrabando](#)^(por)

TR ^(afinidade): [Posse de entorpecentes](#)^(por)



Definição do conceito

Tráfico de drogas é importar ou exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda ou oferecer, fornecer ainda que gratuitamente, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar ou entregar, de qualquer forma, a consumo substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

Nota de escopo / nota de aplicação

Lei das Contravenções Penais - Decreto-lei 3688/41 | Decreto-lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941

Fonte: [Thesa - Tesouro Série Inquéritos Policiais \(ufrgs.br\)](#)

Figura 61 - Descritor 45: Violação de domicílio

Violação de domicílio ^(por)

editar

<https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28783>

TR ^(afinidade): Dano^(por)

TR ^(afinidade): Ebulho possessório^(por)

Definição do conceito

Violação de domicílio é entrar ou permanecer, clandestina ou astuciosamente, ou contra a vontade expressa ou tácita de quem de direito, em casa alheia ou em suas dependências.

Nota de escopo / nota de aplicação

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Art.: 150. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.



Fonte: [Thesa - Tesouro Série Inquéritos Policiais \(ufrgs.br\)](https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/28783)

A proposta de elaborar um microtesauro para a Série Inquéritos Policiais tem como finalidade, o de servir como um “mapa”, um “guia” em que o usuário possa encontrar a informação que necessite para alcançar seus objetivos.

O diferencial de um tesauro são as relações semânticas e toda sua estrutura conceitual, ou seja, o relacionamento representa diversas conexões entre termos, conceitos, objetos e entidades. Neste contexto, Green (2001) diz que um

[...] relacionamento é uma associação entre duas ou mais entidades ou entre duas ou mais classes de entidades. Para especificar um relacionamento, temos de ser capazes, em primeiro lugar, de designar todas as partes vinculadas pelo relacionamento e, em segundo lugar, de especificar a natureza dessa relação (GREEN, 2001, p.03).

Daí a importância da natureza de se especificar a relação e identificar o seu significado, para que haja possível compreensão da relação entre os termos. Por isso, se fez necessário no início desta pesquisa, todo um embasamento teórico da estrutura, da construção e de modelos de tesauro.

Assim como, para a análise dos dados, partimos do refinamento do relacionamento da estrutura do *software* THESA, com a proposta do microtesauro para a Série Inquéritos Policiais do APEP.

A intenção de colocar todos os *prints* dos 45 descritores serve a título de ilustração para uma análise mais específica, de como ocorrem as relações semânticas no tesauro. O quadro 14, apresenta uma prévia do quantitativo das ocorrências presentes no tesauro:

Quadro 14 – Ocorrências de Relações Semânticas no tesauro da Série Inquéritos Policiais.

RELAÇÕES SEMÂNTICAS	OCORRÊNCIAS
Afinidade	100
Causa/efeito	28
Total	128

Fonte: Elaborado pela autora, 2022

As ocorrências correspondem ao relacionamento associativo indicado pela abreviatura TR (termo relacionado) no THESA e que faz a representação da natureza da relação entre os 45 descritores vinculados no tesauro.

Observamos que há uma predominância dos termos nas relações afinidade, significa que quando o usuário for fazer a pesquisa pelo termo que considera mais adequado terá uma boa precisão nos documentos que citam o termo, o que demonstra que o software THESA tem um refinamento completo, o que possivelmente caberia uma estrutura ontológica para uma extensão do tesauro para adicionar novas informações.

Quanto à análise da definição de conceitos, ressaltamos que a documentação da Série Inquéritos Policiais é específica, fundamentada na Legislação Penal Brasileira, de uma determinada época e contexto. Como descreve, Campos e Gomes (2006), o vocabulário de um tesauro não se constitui por palavras de linguagem natural (discurso), mas por uma lista de termos que são signos verbais que denotam um conceito em um contexto específico.

Portanto, para os descritores: homicídio culposo, homicídio doloso, abandono de função, abandono de incapaz, corrupção ativa, corrupção passiva, tráfico de drogas e outros termos compostos que estão presentes nos documentos de Inquéritos Policiais foi necessário estabelecer uma relação adequada entre eles e não considerar o primeiro termo, como o termo da classe geral e o segundo, o específico.

No CPB, homicídio doloso e homicídio culposo estão prescritos no Artigo 121, o que diferencia os termos, é a inferência se é um crime doloso ou culposo, ademais, cada um recebe uma definição diferente. Portanto, no Tesauro foi elaborado um conceito para homicídio doloso e um conceito para homicídio culposo. Até o momento o microtesauro da Série Inquéritos Policiais apresenta 45 conceitos com predominância da área jurídica.

Lembrando que a estrutura do THESA se baseia na concepção das relações entre os conceitos, parte do pressuposto que um conceito pode ser representado por um termo, uma imagem, um som, um link ou qualquer outra forma que possa ser explicitada. (GABRIEL JUNIOR; LAIPELT, 2017)

Foi feita também, uma análise preliminar dos 45 grafos gerados pelo THESA. Cada grafo apresenta uma representação visual das relações existentes, ou seja, um mapa conceitual das relações entre termos. O quantitativo dos vértices no grafo, mostra TR do descritor, conforme o **quadro 15**:

Quadro 15 – Quantitativo dos vértices nos grafos.

DESCRITOR	QUANTIDADE DE VÉRTICES
Abandono de função	2
Abandono de incapaz	2
Abuso de poder	1
Ameaça	5
Apropriação indébita	5
Atentado ao pudor	3
Ato obsceno	3
Bigamia	1
Calúnia	1
Chantagem	2
Concussão	1
Constranger alguém	8
Contrabando	4
Corrupção ativa	5
Corrupção passiva	2
Dano	3
Desacato	3
Desobediência	3
Difamação	3
Esbulho possessório	3
Estelionato	4
Estupro	3
Extorsão	2
Falsa identidade	3
Falsidade ideológica	2
Falsificar documentos	2
Furto	4
Homicídio culposo	2
Homicídio doloso	1
Incêndio	1
Injúria	3
Lesão corporal	8
Maus tratos	2
Peculato	5

Porte de arma	1
Posse de entorpecentes	1
Prevaricação	2
Receptação	2
Resistência	2
Rixa	1
Roubo	5
Sedução	5
Sequestro	1
Tráfico de drogas	2
Violação de domicílio	2

Fonte: Elaborado pela autora, 2022

O quadro quantitativo dos vértices pode ser usado como um parâmetro de avaliação quantitativa das relações entre termos. O tesauro preliminar apresenta grafos contendo até 8 vértices e grafos de apenas 1 vértice. O que demonstra um indicativo para reavaliar e/ou estabelecer novas relações semânticas para a elaboração do microtesauro da Série Inquéritos Policiais.

Estas foram nossas análises preliminares, portanto, os resultados demonstram que o *software* THESA pode ser adaptado e utilizado, como instrumento de controle terminológico em arquivos, podendo ser utilizado por outras instituições. Por intermédio do produto desenvolvido de forma precisa e representativa da Organização do Conhecimento.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A pesquisa teve como objetivo geral, apresentar uma proposta de tesauro funcional para a documentação do Arquivo Público do Estado do Pará, baseado no modelo australiano, com auxílio do *software THESA*, como representação de um modelo mais detalhado da informação orgânica- funcional.

Em conformidade com os objetivos específicos, fomos a literatura da área da Ciência da Informação para sistematizar o estudo do desenvolvimento do processo da Organização do Conhecimento no campo da Arquivologia, descrevendo as atividades mais significativas dessa inter-relação.

É fundamental que o profissional da Ciência da Informação se pautem em princípios teóricos consistentes para o tratamento terminológico, principalmente nos princípios da Teoria da terminologia de Wüster e da Teoria do Conceito de Dahlberg.

Apresentamos um estudo da *Web Semântica*, por meio da Organização do Conhecimento, com o objetivo de verificar as potencialidades do *Thesauri – AGIFT* e do *Software THESA*, pois se fala muito em domínios do conhecimento e sua organização.

Abordamos o tesauro como uma estrutura de conceitos que assume papel fundamental na integração, viabilizando a interoperabilidade semântica de sistemas informação. Daí nossa intenção de aplicamos o *Software THESA* na Série Documental: Inquéritos Policiais do Arquivo Público do Estado do Pará – APEP, para constatar os aspectos de padronização terminológica da Organização do Conhecimento na Arquivologia.

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi de caráter exploratório teve como procedimentos técnicos uma pesquisa bibliográfica e documental, dessa forma, podemos conhecer o estado em que a temática referente a tesouros aplicados a arquivos está fundamentada na literatura da área.

Ainda, com relação à pesquisa realizada, este trabalho tem como natureza a pesquisa qualitativa. Uma vez que, se utilizou da análise dos conceitos relacionados à temática pesquisada e presentes na bibliografia levantada.

Diante disso, com este estudo, podemos perceber que a aplicação do software THESA na modelagem conceitual dos termos da Série Inquéritos Policiais é uma importante aliada na elaboração de modelos mais precisos, sobretudo o uso do arcabouço teórico dos tesouros aplicados a arquivos.

Mediante os resultados obtidos no presente estudo, pode-se elaborar um panorama em que se denota a relação da Organização do Conhecimento e com a Arquivologia, assim como, a elaboração de um tesouro com a função de otimizar os processos relacionados à transferência de informações acumuladas em sistemas de informações arquivísticas.

Portanto, a contribuição significativa do minitesouro da Série Inquéritos Policiais se faz presente no domínio de referência da informação orgânica- funcional dos registros desses documentos, ou seja, o minitesouro aplicado no Arquivo Público do Estado do Pará - APEP é um complemento para recuperação da informação no processo de busca dos usuários/pesquisadores, além do próprio controle do vocabulário.

Por fim, esta pesquisa pode ser continuada considerando sua relevância quanto aos dados de pesquisa para a instituição arquivística. Destaca-se que novos estudos podem ser realizados, cujos resultados inferem em proposta de um novo tesouro para outras séries documentais, bem como, estudos sobre implementação de tesouros aplicados a arquivos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Francisco Lopes de. **O controle de vocabulário como dispositivo metodológico para a organização, tratamento e organização da informação arquivística**. Campinas, 2008. 267f. il. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2008.

AMERICAN NATIONAL STANDARD/NATIONAL INFORMATION STANDARDS ORGANIZATION. **ANSI/NISO Z39.19 Guidelines for the Construction, Format, and Management of Monolingual Controlled Vocabularies**. Bethesda: NISO Press, 2005.

BARBOSA, Alice. **Teoria e prática dos sistemas de classificação bibliográfica**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1969.

BARITÉ, M. **Organización del conocimiento: un nuevo marco teórico- conceptual en Bibliotecología y Documentación**. In: CARRARA, K. (Org.). **Educação, Universidade e Pesquisa**. Marília: Unesp-Marília-Publicações; São Paulo: FAPESP, 2001.

_____. **Diccionario de Organización del Conocimiento: Clasificación, Indización, Terminología** / Mario Barité et al. 6.a ed. corregida y aumentada. Montevideo: CSIC, 2015.

BARROS, T.H.B; SOUSA, B. T. R. R. **Organização do Conhecimento e Arquivologia: abordagens metodológicas**. *Inf. Inf.*, Londrina, v. 24, n. 2, p. 76 – 92, maio/ago. 2019.

Barros, T. H. B; Bastos, C. M. C; Santos, A. C. R. dos. **Sistemas de organização do conhecimento no contexto da arquivologia: aportes metodológicos para seu desenvolvimento**. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, maio/ago. 2022, p. 1-20.

BARROS, T.H.B. **A Indexação e a Arquivística: aproximações iniciais no universo teórico da organização e representação do conhecimento**. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, vol. 21, núm. 46, mayo-agosto, 2016, p. 33-44.

BRÄSCHER, Marisa; CAFÉ, Lígia. **Organização da informação ou organização do conhecimento?** In: LARA, Marilda L.G.; SMIT, Johanna. (Org.). *Temas de pesquisa em Ciência da Informação no Brasil*. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes/USP, 2010. ISBN: 978-85-7205-081-4

BELLOTO, Heloísa Liberalli. **O arquivista na sociedade contemporânea**. Universidade de São Paulo, São Paulo. 2003.

_____. **Arquivo Permanente: tratamento documental**. 2a Ed. RJ: Editora FGV, 2004.

BERNERS-LEE, T.; HENDLER, J.; LASSILA, O. **The semantic web**: a new form of web content that is meaningful to computers will unleash a revolution of new possibilities. *Scientific American*, New York, may 2001. Disponível em: <http://www.sciam.com/2001/0501issue/0501berners-lee.html>.

BERNERS-LEE, Tim. **Semantic web road map**. Disponível em: <http://w3.org/DesignIssues/Semantic.html>. Acesso em: 25 de setembro 2020.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli (coords.). **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo São Paulo/Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

CAMPOS, M. L. A.; GOMES, H. E. **Metodologia de elaboração de tesouro conceitual**: a categorização como princípio norteador. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 11, n. 3, p. 348-358, 2006. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/273>>. Acesso em: 6 setembro. 2020.

CERVANTES, B. M. N. **A construção de tesouros com a integração de procedimentos terminográficos**. 2009. 198 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências -Marília, 2009.

CERVANTES, B. M. N. **Contribuição para a Terminologia do Processo de Inteligência Competitiva**: estudo teórico e metodológico. Marília, 2004. 183f. Dissertação (Mestrado) –Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências -Marília, 2004.

CINTRA, A. M. M. **Elementos de linguística para estudos de indexação**. *Ciência da Informação*, Brasília, v.12, n.1, p.5-22, 1983.

_____. **Estratégias de leitura em documentação**. In: SMITH, J.W. *Análise documentária: a análise da síntese*. 2.ed. Brasília: IBICT, 1989

CINTRA, A. M.; TÁLAMO, M. F. G. M.; LARA, M. L. G.; KOBASHI, N. Y. **Para entender as linguagens documentárias**. São Paulo: Polis/APB, 1994

DAHLBERG, I. **Knowledge organization: its scope and possibilities**. *Knowledge Organization*, v.4, n. 20, p.211-21022, 1999.

_____. **Teoria do conceito.** *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978a.

DAVANZO, Luciana. **CONSTRUÇÃO E APLICAÇÃO DE TESAUROS FUNCIONAIS NA ARQUIVOLOGIA: uma proposta teórica e metodológica a partir do modelo Records Continuum**, 2021. 192f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências - Marília, 2021.

ESTEBAN NAVARRO, M. A. **La representación y la organización del conocimiento en los archivos.** Zaragoza: Universidad de Zaragoza, ISKO España, 1995. p. 65-90.

FAUSTINO GABRIEL JUNIOR, R.; LAIPELT, R. do C. F. **THESA: Ferramenta para construção de tesauro semântico aplicado interoperável. P2P E INOVAÇÃO, [S. l.]**, v. 3, n. 2, p. 124–145, 2017. DOI: 10.21721/p2p.2017v3n2.p124-145. Disponível em: <http://revista.ibict.br/p2p/article/view/3815>. Acesso em: 21 ago. 2021.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GREEN, R. Overview of relationship in knowledge organization. In: **BEAN, C. A.; GREEN, R. (Ed.). Relationship in knowledge organization.** Dordrecht: Kluwer, 2001. Chapter 1, p. 3-18.

GUIMARÃES, J. A. C. **Organização do Conhecimento: passado, presente e futuro sob a perspectiva da ISKO.** *Informação & Informação*, Londrina, v. 22, n. 2, p. 84 – 98, maio/ago., 2017.

HJØRLAND, B. **Fundamentals of knowledge organization. Knowledge organization**, v. 30, n. 2, p. 87-111, 2003.

HJØRLAND, B. **What is Knowledge Organization (KO)?** *Knowl. Org.*, v. 35, n. 2/3, p. 86-101, 2008.

HJØRLAND, B. **Knowledge organization.** *Knowl. Org.* v.43, no. 6: p.475-84. 2016. Also available in Hjørland, Birger, ed. *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization*, http://www.isko.org/cyclo/knowledge_organization.

HODGE, G. **Systems of knowledge organization for digital libraries: beyond traditional authority files.** Washington, D.C.: The Digital Library Federation Council on Library Information Resources, 2000

ISO 25964-1:2011. **Thesauri and interoperability with other vocabularies.** Part 1: Thesauri for information retrieval. Geneve: International Standard Organization, 2011.

LAIPELT, Rita do Carmo Ferreira. **Metodologia para seleção de termos equivalentes e descritores de tesouros: um estudo no âmbito do Direito do Trabalho e do Direito Previdenciário**, 2015. 213 f. Tese (Doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós Graduação em Linguística Aplicada, São Leopoldo BR – RS, 2015.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. (Projeto como fazer, 6).

MINAYO, M. C. S. **O desafio da pesquisa social**. In: R.; Minayo, M. C. S.; Deslandes, S. F.; Gomes, R. (Org). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. (30a ed.). Petrópolis: Vozes, 2011.

MOTTA, Dilza Fonseca da. Método relacional como nova abordagem para construção de tesouros. Rio de Janeiro: SENAI, 1987. 89 p. (Coleção Albano Franco, n. 12). NATIONAL ARCHIVES OF AUSTRALIA. **Developing a Functions Thesaurus: Guidelines for Commonwealth Agencies**, Canberra: National Archives of Australia, 2003.

NUCCI, GUILHERME DE SOUZA. **Manual de processo penal e execução penal** – 13. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2016.

SOUSA, Renato Tarcisio Barbosa de. **Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação**. In: Rodrigues, Georgete Medleg; Lopes, Ilza L. Organização e representação do conhecimento. Brasília: Thesaurus, 2003, pp. 240-269.

SMIT, J.W; KOBASHI, N.Y. **Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 2003.

TERRA, J.C.C. et. Al. **Taxonomia: elemento fundamental para a gestão do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

ZENG, M.L. **Knowledge organization systems (KOS)**. Knowledge Organization, Frankfurt, v. 35, n. 2-3, p. 160-182, 2008.

APÊNDICE



OFÍCIO Nº 15/2022 - PPGCI (11.36.29)

Nº do Protocolo: 23073.017797/2022-40

Belém-PA, 04 de abril de 2022.

Aos Senhores(a) Coordenadores do
Arquivo Público do Estado do Pará - APEP
Tv. Campos Saltes, 273 - Campina, Belém - PA,
66019-050

Assunto: Pesquisa de Campo

Prezado (a),

A discente **Adriana Carla Ribeiro dos Santos**, Matrícula **20207547012** regularmente matriculada no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - PPGCI/ICSA/UFPA vem respeitosamente solicitar sua colaboração na dissertação de mestrado intitulada **"ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO NA ARQUIVOLOGIA: TESAUROS APLICADOS A ARQUIVOS"**, sob orientação do Prof. Dr. **Thiago Henrique Bragato Barros**.

Nesse sentido, gostaríamos de contar com sua parceria em viabilizar o acesso a documentação do fundo da Secretaria de Segurança Pública, série Inquéritos Policiais, para a discente Adriana Carla Ribeiro dos Santos a qual está relacionado com a sua pesquisa citada anteriormente.

Agradecemos antecipadamente e colocamo-nos à disposição para outros esclarecimentos.

Atenciosamente,

(Assinado digitalmente em 04/04/2022 15:13)
FRANCIELE MARQUES REDIGOLO
COORDENADOR DE PÓS-GRADUAÇÃO - TITULAR
PPGCI (11.36.29)
Matrícula: 80859889

(Assinado digitalmente em 04/04/2022 18:19)
ADRIANA CARLA RIBEIRO DOS SANTOS
DISCENTE
Matrícula: 20206888882

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sigs.ufpa.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **15**, ano: **2022**, tipo: **OFÍCIO**, data de emissão: **04/04/2022** e o código de verificação: **494a93cb13**